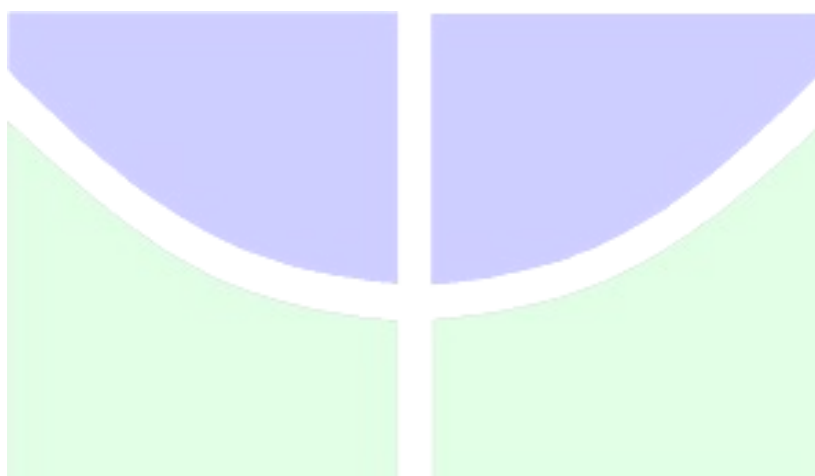




UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO – CET  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

**GABRIEL FERREIRA MARCHIOLI**

# **MEMÓRIA E GASTRONOMIA: AGRICULTURA ORGÂNICA E AFETIVA**



BRASÍLIA – DF  
2017

GABRIEL FERREIRA MARCHIOLI

# MEMÓRIA E GASTRONOMIA: AGRICULTURA ORGÂNICA E AFETIVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília para obtenção do Título de Mestre em Turismo. Área de Concentração: Cultura e Desenvolvimento Regional.

**Orientadora:** Profa. Dra. LANA MAGALY PIRES

BRASÍLIA – DF  
2017

FM317m Ferreira Marchioli, Gabriel  
Memória e Gastronomia: Agricultura Orgânica e Afetiva / Gabriel Ferreira Marchioli; orientador Lana Magaly Pires. -- Brasília, 2017.  
120 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado Profissional em Turismo) -- Universidade de Brasília, 2017.

1. Memória. 2. Gastronomia. 3. Agricultura Orgânica. 4. Cultura Alimentar. I. Magaly Pires, Lana, orient. II. Título.

GABRIEL FERREIRA MARCHIOLI

# MEMÓRIA E GASTRONOMIA: AGRICULTURA ORGÂNICA E AFETIVA

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Turismo do programa de Pós-Graduação em Turismo do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília, pela seguinte banca examinadora:

Data de aprovação: 07/03/2017

## MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

---

**Presidente e Orientador:** Profa. Dra. Lana Magaly Pires  
Professora do Departamento de Nutrição da Universidade Federal do Paraná  
Linha de pesquisa: Memória e Gastronomia

---

**Membro Titular:** Profa. Dra. Neuza de Farias Araújo  
Professora da Universidade de Brasília  
Linha de pesquisa: Gênero

---

**Membro Titular:** Profa. Dra. Shirley Cristina dos Santos  
Professora da Universidade Federal do Maranhão  
Linha de pesquisa: Planejamento Regional

---

**Membro Suplente:** Profa. Dra. Maria Fernanda Farah Cavaton  
Professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília  
Linha de pesquisa: Cultura, pensamento e infância

**Local:** Centro de Excelência em Turismo  
**UNB – Universidade de Brasília – Campus Universitário Darcy Ribeiro**

Ao Theo: O meu pequeno.

## AGRADECIMENTOS

*Mesmo que não sejam os fatos por inteiro, ficam os fatos que se entende. Entende. A que ouve e que fala, até essa passa a entender melhor o que tinha na cabeça. Vai se desfazendo o novelo dos pensamentos. O colorido dos fatos, a lã colorida.*

*Damaris Ribeiro de Paula*

Aprendi que quando se fala em memória alimentar, remete-se normalmente a uma lembrança de infância, ou às memórias da infância. No meu caso, ao cheiro de pão saindo do forno, em que minhas avós se dedicaram a fazer praticamente por mais da metade de suas vidas. As minhas memórias de infância ligam-se indiscutivelmente às delas, às das mães delas e às das mães das mães delas... Uma vez que tivemos algumas gerações que se indagaram pelo mesmo método, sem necessariamente uma receita específica, sobre o saber-fazer do pão. Agradeço inteiramente às minhas avós por essas memórias gustativas, que hoje são para mim, afetivas.

O pão, por sua vez, me remete ao café. Forte e bem doce. E esse vai-e-vem de emoções se repetem por todas as manhãs em que escuto o chiado de água quase fervente de minha chaleira elétrica. Sim, alguns hábitos (nunca) mudam, o meio de se chegar é que se adapta ao momento vivido. Hoje os meus cafés são adoçados pelas notas das lembranças em que me remetem. Por vezes eu acordo sem ouvir o barulho da chaleira. Por vezes, quando acordo, a garrafa de café já está sobre a pia. Embora, na maioria das vezes, está sobre a mesa, acompanhado da minha xícara de barro, a qual trouxe dos meus momentos de solidão, lá da vida da montanha. Agradeço a ele, meu companheiro de todas as horas e para todas as horas. Ele, que dotado de amor e de muita paciência, tem estado ao meu lado todos os dias. Ele, que se sente obrigado a me preparar o café todas as manhãs, mesmo assim ainda o faz com todo o amor desse mundo. Agradeço você Paulo, por tudo isso e por tudo o que você me representa.

Com o passar dos anos o paladar não é mais tão íntimo do prato da infância, entendo hoje, que o paladar varia também de acordo com a posição em que você se encontra na sociedade, também a partir das responsabilidades que acredita ter enquanto humano para com o mundo. Do prato da infância o paladar já não está mais íntimo não, mas de todas as coisas vividas com ela na infância, sim. E permanecem sendo. Ela disse-me certa vez, “abra-se, permita-se, confie, e... transforme o mundo, a partir de você”. Então agradeço também suas palavras, sem as quais eu não estaria aqui hoje.

Tenho uma queda por alimentos envoltos por terra, eles remetem ao meu pai, ao meu avô e a minha tia Rose. E hoje, os envoltos por terra traduzem-se em mim, ou àquilo em que me tornei. Agradeço ao meu pai, o homem do campo, o maior de todos os heróis do mundo, quem me ensinou o quão simbólico é colher algo em que você mesmo tenha plantado. Traz um novo sentido. Um sentido. Não existe somente uma única comida em que me remeta a algo. Constantemente o cheiro e sabor de um alimento me faz viajar por quilômetros, faz com que eu sinta saudade e com a saudade, me faz sentir cruelmente a falta do gosto da liberdade (ONFRAY, 1992). Hoje entendo que parte da minha memória está diretamente ligada àquilo que como. É mais do que obvio, para mim, que o sentimento de relutância entre um fragmento e outro é nada mais do que a perpétua idealização, ou a fuga de algo que, por falta de uma palavra melhor, chamaremos aqui, de saudade. Agradeço aqui àquele que fui e àquele em que me tornei.

Agradeço às transformações que sofri, aos cabelos brancos tão bem-vindos nesses dois anos. É visível, é tocável, senti na pele.

Agradeço a paciência em que tive comigo ao buscar em uma pesquisa tão profunda, densa e sutil ao mesmo tempo, uma forma de trazer um mundo melhor pra ele. Ou pelo menos, à minha intencionalidade ao fazê-la. Agradeço ao meu sopro de vida. E então agradeço ao meu maior pequeno, quem me faz refletir a cada passo dado. Agradeço ao Theozinho, e ao quanto tenho me tornado uma pessoa melhor. Melhor que ontem, ao menos.

Aos ouvidos mais atentos que já pude ousar em minha vida. Ouvidos sinceros e serenos. Ouvindo-me, você me ensinou a ouvir. À sua calma, paciência, e por sempre ter me levado a sério, ter estado comigo, para qualquer que fosse o meu devaneio. Aos importantes momentos de reflexão sobre os textos que você nem ao menos tinha lido. Agradeço a você por sua constante presença, dedicação, amor, sabedoria e seu admirável senso de justiça. Por todas as vezes em que me acompanhou até a academia e que esteve comigo para que o tempo passasse mais depressa. Amo você, por ontem, hoje e amanhã. Pela imensidão que você me representa. Por você ser a Cleide, a tia, a amiga e nessa existência, fazer com que minha tenha mais sentido.

Estivemos nós, sempre repletos de um sorriso amarelado com o tempo, perdidos entre um encontro e uma breve despedida, ou despedidas, essas, que custam geralmente alguns anos de nossas vidas. Entre essa essência do ser e estar, o que mais me encanta é onipresença perpetuada a cada gesto. Agradeço a magia que a envolve, que mesmo distante consegue me abraçar e me fazer sorrir. Agradeço pelo quanto você faz eu me sentir seguro. Agradeço todo esse amor gratuito que tem por mim. E agradeço a cocada e a sutilidade dos seus atos, que se traduziram nas nossas memórias gustativas e nas boas histórias que temos para contar. Agradeço também a fundamental força em que me deu para que esse trabalho acontecesse.

Ficaremos aqui, então com a, digamos que cruel satisfação do Ser. Ser, no sentido genuíno da palavra. Do sujeito. Das marcas. Dos contrastes. E por falar de contrastes, do gosto da liberdade. E da saudade de sua poesia Damaris. Da sua inspiração. Da colcha que retalhos que a mãe da minha avó teceu e que vamos construindo com o passar do tempo. E o tempo?

Seria então embebido das palavras certas que nunca vieram. Talvez porque nunca existiram. E não existem. Não há o que se entender aqui. Através da imensidão do seu céu, foram então se formando os desenhos das nuvens baixas, e nesse rabisco, nós construímos, Brasília e eu, ou melhor, edificamos, o maior de todos os inatingíveis, a cumplicidade. Agradeço à cidade, e ao céu. Agradeço a paciência que teve comigo, a minha dualidade, que passeava entre o amor e o ódio. Agradeço à Brasília pelo sentimento de pertencimento, nunca antes sentido em lugar algum.

À poeira do ar que junto ao calor deixa o céu pornograficamente bonito. E também à menina de personalidade forte, geminiana, que me fez entender que além de concreto e cimento, Brasília era a terra das flores. E das pessoas. A minha terra. Agradeço então a sua companhia insanamente necessária. Agradeço à brasiliense linda a qual a cidade tem o prazer de desfrutar.

Lembro-me da gente sentado num parque, todo verde. Onde o verde tomava conta de cada centímetro de terra batida, rochosa. Ao nosso alcance estava o céu. Era como se ali pudéssemos então ser céu e terra ao mesmo tempo. Era o encontro do que havia de melhor a se encontrar. Agradeço a você mãe, simplesmente por ser mãe. Existir. Com você sou céu, sou mar. Posso ser o que eu quiser ser. Você me ensinou que o ser era mais importante que o estar. Somos cúmplices. De tão cúmplices, consigo fechar os olhos e sentir presença. Sentir essência, que é o que me deixa forte, quando ausência. Agradeço a mulher mais forte que já conheci nesta vida.

Agradeço também a ela, em terceira pessoa, com sentimento de quem sente em primeira, arruma a vírgula em seus escanteios e transborda em aspas. Entre meio a reflexões passadas,

n'um contingente de amor e ansiedade, como quando se quer dizer algo, mas a gramática foge das mãos, era algo como que descabido demonstrar amor em tamanha distância. Mas qual era mesmo tal distância se vivíamos um dentro do outro? Ela com papel de, ora irmã mais velha, ora, mais nova. Ora a mãezona, ora, a filhona que precisa inegavelmente de colo e eu sempre estou lá. De uma forma ou de outra. Porque afinal de contas, é tudo uma forma de interpretação. E de sentir. E de sentir o que se interpreta e de interpretar o que se sente. Assim, nessa total confusão de sentidos e licença, digamos que, poética. De redundância, que nos cabe. Sim, sempre nos coube, um dentro do outro. Você tinha razão, quando cheguei, o prazo de validade da soja havia expirado. Perdemos muitas e muitas outras histórias juntos. Mas enquanto a soja estava no armário, estávamos nós, descobrindo outras partes de nós, que nem sonhávamos conhecer. Sempre vivemos sonhos juntos, até os quais que nem pensávamos em sonhar. Ter você em minha vida é como se nada mais faltasse. Agradeço a você Leticia, por esse amor incondicional. Agradeço você em dobro, por ter trazido à vida àquele por quem eu daria a minha.

Agradeço a você Deyse, pela sua cara amarrada. A você Débora, que representa para mim o que eu quero ser no futuro. Aos novos conhecidos, *enchanté monsieur!* À nova vida e ao novo eu, que muda a cada instante. Agradeço a você Conceição, por ter tirado aquela imensa bola de minhas costas. Agradeço ao *crossfit*, que me fez ver que é possível ser saudável. Ao Vitor e a Angel, meus fiéis companheiros no curso de Aviação Civil. Agradeço a você Alexandra, por essa força espiritual e por ter transcrito as falas do nosso sujeito de pesquisa. E a você, querida Nayara, por mais uma vez me ajudar com a correção do resumo em francês!

Agradeço a você, professora Lana, que com todo o amor e paciência que eu não sabia que existia nesse mundo, me acolheu. Foi mãe, foi professora brava, foi amiga, foi cúmplice. Com você aprendi a arte de ouvir, e de ouvir outra vez. Agradeço imensamente por ter aceitado essa difícil empreitada de me orientar em meu mestrado, o qual foi também meu projeto de vida. Você sempre esteve lá, até mesmo quando eu não estava. Olhou por mim, cuidou de mim. Você me deu broncas. E acreditou que eu poderia ir além. Acreditou em mim até mesmo quando eu desacreditei. Acho que acredita mais em minha capacidade do que eu mesmo. Se eu estou aqui escrevendo essas palavras, devo imensamente a você. Então a agradeço, por ser quem você é.

Agradeço imensamente a você, Shirley, amiga de mais de uma década, professora para a vida, da vida. À sua atenciosa leitura. Suas impagáveis contribuições. Sua atenção às notas de rodapé. Sua confiança. Sua imensurável paciência e forma repleta de amor ao se expressar da maneira mais doce desse mundo. Agradeço ao seu sotaque paulista, o qual me faz sentir na mesa da cozinha da minha vó, com um pedaço de pão caseiro com manteiga e cafés fresquinhos.

Agradeço as contribuições da professora Neuza, que me fizeram refletir sobre a importância e necessidade de se falar sobre gênero. Hoje, amanhã e enquanto houver necessidade. Agradeço ao seu tom baixo de voz, que se traduz em respeito e amor por tudo àquilo que faz. Agradeço você, queridíssima professora Maria Fernanda, por prontamente ter aceitado fazer parte de minha pesquisa. Por todo o seu amor e carinho em suas anotações, contribuições e o respeito pelo meu trabalho. Agradeço você professor Mauro Del Grossi por ter me recebido em sua disciplina. Por suas discussões democráticas e reflexivas. Agradeço a você o pesquisador que sou hoje. Agradeço finalmente pela imensa contribuição bibliográfica neste trabalho, sem as quais estaria perdido. Agradeço ao Lucas e a Simone, pessoas que tornaram minhas noites de segunda-feira ainda mais agradáveis.

Agradeço ao Narrador, Seu César, sem o qual este trabalho não existiria. Agradeço imensamente às suas palavras, e ao seu respeito. Às suas memórias. Agradeço por fim, minhas memórias, sem as quais não seria nem metade do que sou hoje. Às minhas dores, angústias.



*“São muitas as lembranças. Elas vêm à noite. Você já ouviu a voz do silêncio? À noite, quando a escuto, não consigo dormir.”*

*(Sr. Miguel)*

## RESUMO

Este estudo trata sobre a importância da memória afetiva como construção e conservação de cultura, tradição, gastronomia, agricultura orgânica e sociedade. Trouxemos as narrativas de um produtor de alimentos orgânicos como elo representativo do meio rural, bem como apresentamos seu diálogo com os Chefes de Cozinha, atores da gastronomia como um meio de visibilidade de um *continuum* entre os sujeitos habitantes da cidade e do campo, estes, representados aqui, por meio de suas memórias. Utilizamos a Teoria da Memória como método, por excelência para a reconstrução das memórias do Narrador e então, desta forma, ressaltamos a relevância deste trabalho enquanto importante artifício de valorização da cultura alimentar brasileira. Não obstante, fizemos uso da Antropologia Interpretativa para a análise das falas. Compreendemos a partir da pesquisa as motivações que levaram o Narrador, sujeito da pesquisa, ao cultivo desse tipo de agricultura. Com base em suas memórias evidenciamos que para ele, o ato de plantar simbolizava para além do físico. Havia ali uma interação com as raízes fixadas à sua memória aos oito anos de idade. Tivemos como ponto de partida a reconstrução dos fragmentos ~~o recolhimento~~ de suas memórias, que por sua vez, tiveram relação com o campo da gastronomia e da agricultura orgânica. Temos que esses agricultores “plantam memória”, “regam memória” e “colhem memória” – e se alimentam – e nos alimentam delas, e que essas então, memórias, no plural, tornam-se, portanto, parte importante do cenário da cultura alimentar e gastronomia brasileira.

Palavras chave: Memória. Gastronomia. Agricultura Orgânica. Cultura Alimentar.

## **RESUME**

*Cette étude concerne l'importance de la mémoire affective comme moyen de construction et de préservation de la culture, de la tradition, de la gastronomie, de la agriculture biologiques et de la société. Nous présentons le dialogue d'un producteur d'aliments biologiques avec les Chefs de Cuisine comme le lien représentatif du milieu rural. Également, nous utilisons les rapports des acteurs de la gastronomie comme la proposition d'existence d'un continuum entre les habitants de la ville et ceux de la campagne; ces habitants sont représentés par leurs mémoires. Nous utilisons la Théorie de la Mémoire comme méthode par excellence pour la reconstruction des souvenirs de le Narrateur. Par conséquent, la pertinence de ce travail, relève-t-elle de la d'appréciation de la culture alimentaire brésilienne. Néanmoins, nous avons utilisé de la Anthropologie Interprétatif pour l'analyse des discours. Grâce a cette recherche, nous avons compris les raisons ayant poussé le Narrateur, le objet de cette recherche, a se tourner vers cet type de agriculture. Après avoir étudier ces mémoires, nous avons compris que pour lui l'acte de planter avait une symbolique au-delà du physique. Il y existe une interaction avec les racines attachées dans la reconstruction des fragments memóires à ses huit ans. Nous rassemblons tout d'abord les mémoires liées à leurs tours au domaine de la gastronomie et aussi de la agriculture biologique. Notre théorie établie que ces agriculteurs "plantent la mémoire", "l'arrosent", "l'irriguent" et finalement la "récoltent" – et ils s'en nourrissent - et ils nous nourrissent de cell- là, lorsque les mémoires, au pluriel, deviennent une partie importante dans la culture alimentaire et de la gastronomie brésilienne.*

*Mots Clefs: Mémoire. Gastronomie. Agriculture Biologique. Culture Alimentaire.*



## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1: Preparo de pão retratado em um mural da tumba de Senet, em Luxor .....	51
Figura 2: Legumes e Verduras do Blue Hill.....	57

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
ONU	Organização das Nações Unidas
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SAN	Política de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

## SUMÁRIO

Introdução.....	7
1. Panorama Rural.....	13
2. Do Rural à Agricultura Orgânica.....	34
3. Gastronomia e Agricultura Orgânica.....	46
4. Teoria da Memória.....	64
5. Trilhas Metodológicas.....	75
6. Exposição das memórias, lembranças e recordações.....	79
Considerações Finais.....	105
Referências.....	110

## Introdução

Sabe-se da importância da terra enquanto meio de bem estar social. Nela vive o agricultor, também vive sua família. Nela, também vivem outros agricultores, com suas respectivas famílias, em nossa compreensão, formando-se uma teia de pessoas e de relações, com costumes e intenções distintos quanto ao seu uso, mas que seu uso, parte-se direto e objetivamente pelo sujeito. Assunto de tamanha relevância, e de vida própria, lei própria, como o Estatuto da Terra, firmado por intermédio da Lei de número 4.504 de 30 de Novembro de 1964 em seu Art. 2º onde a oportunidade de acesso à propriedade da terra é assegurada a todos, condicionada somente pela sua função social.

Com o desvelar do tempo, e por meio das relações sociais sucedidas nesse contexto, surge-se, a partir das diversas formas de usos da terra, para as ciências sociais, como também, para outras áreas de estudos, a necessidade de se compreender como o papel do agricultor intervém na sociedade, e neste trabalho de dissertação, como a agricultura pode ser capaz de influenciar outros campos de pesquisa, como a Memória e a Gastronomia. Desta maneira, se tornaram possíveis compreender dentro da pesquisa, o agricultor, sua agricultura e suas memórias como ponte para as relações em que se dá dentro da área da gastronomia.

Para tanto, neste trabalho de dissertação, recolhemos as memórias de um autodenominado produtor orgânico, Seu César, de 67 anos, residente do entorno do Distrito Federal, como base para se interpretar as relações que, a partir de sua herança afetiva, sua história oral de vida, corroborou para um aprofundamento sobre a temática estudada e também suas inferências e similaridades com os atores da gastronomia, tendo como suporte a Teoria da Memória.

A Teoria da Memória se forma pelo sujeito, em volta e por meio dele, sendo o narrador quem tece o fio e toda tessitura sobre a qual vai se envolvendo por meio do recordar de suas lembranças. O papel da Teoria da Memória seria desta maneira, o *caminho* para se chegar a uma interpretação mais próxima daquilo que se entende por real, pela *verdade do sujeito*, ainda que a metodologia não tenha obrigação em desvelar ou de avaliar o que é verdade para o narrador, dentro do desvelar da narrativa, e então, desta maneira, sugerimos que, o que é verdade para o sujeito, é também fonte legítima de sua história, é fonte legítima e de grande relevância para o que se é pesquisado.



A escolha do nosso Narrador, inicialmente, se deu de modo aleatório por instrumento da disciplina optativa de Memória e Gastronomia realizada no ano de 2015, ofertada pelo Mestrado em Turismo na Universidade de Brasília, onde tínhamos como exercício tecer uma pesquisa de história oral, como forma de construção de sua história de vida. A partir dos muitos encontros com o Narrador, e da qualidade do material adquirido, partiu-se a inquietação de se realizar um estudo mais profundo. Ecléa Bosi (2015) nos elucida que esse fato se deve a impressionante forma de como o sujeito mistura a sua “narrativa memorialista” a uma marca pessoal dos fatos narrados, estilizando pessoas e situações, onde a própria crítica de ideologia se faz em seu discurso.

Outra razão bastante pertinente deveu-se ao fato de o produtor ter para além de seus conhecimentos empíricos sobre a terra e a agricultura, e de sua vida pública, grande interesse pela área da gastronomia, que acreditava que teria representatividade para sujeitos do meio rural e de seus produtos.

O fato de se trabalhar com a produção orgânica na pesquisa, para além de uma delimitação teórico-acadêmica, deveu-se também ao fato do encantamento e estilo de vida do pesquisador sobre a temática, o qual também tem a sua origem no meio rural, mas que se deu conta somente ao entrar no campo de investigação e a partir dos diálogos com o Narrador. Os conhecimentos práticos e empíricos se fizeram natos para a correlação da produção orgânica, das memórias do Narrador, com as implicações neste meio na gastronomia.

A pesquisa foi dividida em seis capítulos. No primeiro capítulo, além de tratar sobre os conceitos e autores que utilizamos como base neste trabalho, foi realizada uma abordagem sobre a evolução da agricultura e do meio rural no Brasil, bem como apresentamos as mudanças ocorridas nos processos de trabalho no campo inclinando-se para uma discussão sobre agricultura orgânica, foco desse trabalho.

No segundo capítulo, já tendo o conhecimento teórico do desenvolvimento da agricultura e do meio rural, apresentamos os caminhos utilizados pelos agricultores para se chegar ao plantio de uma produção orgânica. Também adentramos em conceitos como de soberania alimentar e nutricional como meio importância para a conservação de uma identidade no campo, trazendo, desta maneira, questões como a tradição, direitos e a função social da terra.

O terceiro capítulo trará um panorama da relação do rural com a gastronomia, possibilitando assim, o entendimento de nuances sobre a história da culinária e suas influências a

fim de se averiguar como se dá o encontro entre a gastronomia e agricultura orgânica. E então, a partir dessas inquietações surgiram alguns questionamentos que julgamos de ordem essencial para a reflexão nesta pesquisa e para o desenvolvimento, como: Quem plantou? De onde vem? Como vivem essas pessoas? São reconhecidos pelo que produzem? Qual a importância desses atores serem os guardiões da cultura alimentar? Esse encontro se dará por meio do diálogo textual entre o Narrador Seu César, Teóricos e Chefes de cozinha.

Como relevância, concordamos que, “sendo a cozinha um microcosmo da sociedade e uma fonte inesgotável de história, é importante que algumas das suas produções sejam consideradas como patrimônio gustativo da sociedade. [...]” (SANTOS, 2011, p. 109). E, então, desta maneira, fazemos esse paralelo, entre rural e gastronomia, com objetivo de compreender se a partir do plantio, houveram adaptações para se alcançar demandas de mercado e também o contrário, se, por intermédio da agricultura orgânica<sup>1</sup>, sociedades estão sendo representadas por meio da comida.

Para tanto, fizemos uso de histórias orais, e então, da “ligação entre memória e identidade social, mais especificamente no âmbito das histórias de vida, ou daquilo que hoje, como nova área de pesquisa, se chama de história oral” (POLLAK, 1992, p.1), justificando-se, portanto, o uso dessa técnica de pesquisa, porque concordamos que “a coleta de representações por meio da história oral, que é também história de vida, tornou-se claramente um instrumento privilegiado para abrir novos campos de pesquisa” (POLLAK, 1992, p.8). Desta maneira, temos como ideia de que o agricultor planta memória e a rega, para que dela se possam extrair seus frutos.

No quarto capítulo, apresentamos a Teoria da Memória como método e também suas contribuições no campo das ciências sociais. O que propusemos neste trabalho foi de fazer uma associação do sujeito rural com a gastronomia com base na Teoria da Memória, a fim de considerar esse *todo* como um processo social.

No quinto capítulo, buscamos, a partir de uma investigação empírica do tema, valorizar o aspecto humano e as questões estabelecidas pelo sujeito da pesquisa, arguindo sobre a forma de como o trabalho foi tecendo seus fios. Tivemos esse objetivo com o intuito de se apresentar o

---

<sup>1</sup> [...] Além dos incentivos que colocam em marcha um plano conjunto, exige-se monitoramento e adoção de salvaguardas que inibam os comportamentos oportunistas. Existem mecanismos privados, de natureza reputacional, como penalidades em caso de quebras contratuais, e mecanismos de controle e de exclusão – como se observa nas áreas de denominação de origem e na atribuição dos selos de certificação. [...] (BUAINAIN, 2014, p.289).

Narrador e a forma sob a qual o trabalho de pesquisa foi-se realizando (história oral) a partir da reflexão sobre a importância da narrativa, e então, do sujeito, trazendo, destarte, observações pertinentes sobre sua trajetória e experiência a partir de uma análise pautada que em sua memória. Para Walter Benjamin (1996), seria o narrador, a figura entre “os mestres e os sábios” recorrendo-se ao acervo de toda uma vida, configurada na experiência de si e do outro, ou ainda, do coletivo, daquilo “que se sabe por ouvir dizer”.

No sexto capítulo, trouxemos à tona a exposição das memórias, onde, objetivamente, foi-se apresentado a história oral de vida do produtor orgânico, Seu César, colhidas a partir da aproximação do pesquisador no campo de investigação, bem como suas análises. Foi também, realizado, o encontro de sua narrativa com o diálogo de autores e empíricos da área de gastronomia que têm como premissa reflexões que vem ao encontro com a temática, a fim de compreender, nessa ponte, as diversas formas de pensar, que aludem a um mesmo objetivo, de percepções sobre a importância do rural e de sua agricultura à sociedade.

Um dos grandes objetivos deste trabalho é apresentar, por meio da técnica de narrativa de história oral, as memórias do sujeito de pesquisa e suas vivências empíricas sobre o meio rural e sua produção orgânica, trazendo então, à sociedade, o conhecimento desse meio por esse viés, possibilitando assim, uma valoração desse meio, ou seja, operar com o conceito de valor ideológico, carregando uma significação social e de classe (VOLOCHINOV, 1981), também culturais e gastronômicos.

Compreendemos a valoração, também como forma de representatividade do meio rural, tanto pelos aspectos de importância pautados em termos subjetivos do sujeito em relação a sua posição e noção de sua cultura na sociedade, tanto a visão, muitas vezes estagnada dessa sociedade em relação ao que se entende por meio rural. Em uma visão mais ampla, defendemos que, seria então, a valoração, também um processo de aproximação do sujeito e da sociedade, com objetivos de obter, a partir dessa ideia, um enlace de forma mais natural sobre o papel, tanto da sociedade urbana em relação ao meio rural, quanto do próprio rural, sobre uma ótica de seus meios, partindo-se das realidades, como também as abstrações dessas realidades, pelo sujeito rural.

A partir da Teoria da Memória, tivemos a pretensão de fazer uma reconstrução das recordações de um único produtor rural, não exatamente, uma reconstrução a partir de uma ordem cronológica específica, porque entendemos a importância do narrador enquanto elemento

central em seu discurso, o que seria como se a narrativa mergulhasse na “coisa” da vida do narrador para que em seguida a retirasse dele (BENJAMIN, 1996). O que ao nosso entendimento, o faz autor de suas próprias lembranças. Nosso papel, desta maneira, foi o de conduzi-lo em sua narrativa a fim de compreender as suas motivações sobre o cultivo de alimentos orgânicos por meio da rememoração de suas lembranças, e também suas relações com a gastronomia.

Acreditamos na memória enquanto importante recurso sobre a verdade, sobre a verdade do sujeito, e desta maneira, não necessariamente nos preocupamos com a veracidade dos fatos. Estávamos mais preocupados em desvelar a singularidade que suscita a relevância da narrativa do sujeito de pesquisa, que no nosso caso, tangia-se a partir das memórias de um produtor rural, de suas interpretações sobre o meio, bem como as nuances compreendidas entre as teorias da área. Fizemos desta maneira, o aporte com os empíricos e teóricos da área da memória, da sociologia, da antropologia, da filosofia e da gastronomia para a interpretação dos relatos colhidos de *suas* memórias. O que para nós, seria reconhecer e aceitar as lembranças desse sujeito não somente enquanto memória legítima, mas como caráter necessário para a relevância da construção dessa narrativa, a qual também aborda sua existência. Deste modo, concordamos com Bergson (2006, p.51), quando coloca que “a lembrança de uma sensação é coisa capaz de *sugerir* essa sensação, ou seja, de fazê-la renascer, fraca primeiro, mais forte em seguida, cada vez mais forte à medida que a atenção se fixa mais nela”.

Podemos entrever o papel da memória nas questões e traços sobre a consciência<sup>2</sup>, sendo colocada, a partir de uma perspectiva humana e complexa, a qual também compreende língua e cultura, e, desta maneira, podendo distinguir-se entre atos de uma percepção ou de uma representação advinda da memória. Deste modo, podemos salientar que a história de vida, por sua vez, pode ser representada pela história oral, da qual, como pesquisadores, nos compreendemos enquanto coautores, quando a partir da teoria, apresentamos nossas análises, onde também se abordam episódios empíricos de nossa existência.

Essa, digamos que, aquisição de informações por meio do subconsciente e a retenção desses episódios vividos são dotadas de aprendizados, e no caso, a memória, quando acessada, traz ao sujeito, a possibilidade de, ao contar, reproduzir essas vivências e reinterpretá-las, trazendo-as para o momento-presente, na realocação temporal a partir do que se acredita ser hoje.

---

<sup>2</sup> Para esse assunto leia: FREUD, S.. Projeto para uma Psicologia Científica.

São, portanto, as informações que obtemos muitas vezes inconscientes, acessadas pela consciência, como um gatilho que faz o sujeito lembrar-se de tal ou tal fato.

## 1. Panorama Rural

A diversidade dos sujeitos da pesquisa, ou seja, dos que compõem os grupos de agricultores que produzem alimentos orgânicos, é ampla, e, por essa razão, neste trabalho, não queremos nos limitar e estreitar nos conceitos de “produtores” orgânicos ou “agricultores” orgânicos ou “agroecológicos” ou “[...] familiares orgânicos”, ainda que iremos adentrar nesses conceitos a fim de se desvelar se há inter-relações entre eles, afinal:

O universo agrário é extremamente complexo, seja em função da grande diversidade da paisagem agrária [...], seja em virtude da existência de diferentes tipos de agricultores, os quais têm interesses particulares, estratégias próprias de sobrevivência e de produção e que, portanto, respondem de maneira diferenciada a desafios e restrições semelhantes. Na verdade, os vários tipos de produtores são portadores de racionalidades específicas que, ademais, se adaptam ao meio no qual estão inseridos, [...]. Existe uma multiplicidade de metodologias, critérios e variáveis para construir tipologias de produtores. Nenhuma delas é inteiramente satisfatória, em parte porque o comportamento e a racionalidade dos vários tipos de produtores respondem a um conjunto amplo e complexo de variáveis com peso e significado diversos de acordo com o contexto, e em parte devido às dificuldades de aplicação empírica de tipologias conceituais que levam em conta um número grande de variáveis (GUANZIROLI; CARDIM, 2000, p.10).

O agrário, desta maneira, pode ser entendido como uma propriedade agrícola, ou ainda, um espaço diretamente relacionado à agricultura, mas não somente, porque, temos conhecimento de que “a vida agrícola não é composta apenas pelo trabalho da terra, com vistas à produção. Ela comporta ainda a exploração de vegetais espontâneos (extrativismo vegetal), o que torna seu estudo amplo e complexo” (FERREIRA, 2002, p. 45). Nas construções teóricas, algumas fundamentais à natureza humana, no que concerne à sociologia relacionada, indicamos sobre a vitalidade da área quando permeia a existência da agricultura.

Para Veiga (2004), o que seria mais adequado para se entrar em um debate sobre a ruralidade, ou ainda sobre esses aspectos, no tocante a definição desse espaço agrícola, seria procurar critérios que dessem conta simultaneamente de aspectos ecológicos, tanto quanto socioeconômicos quando da utilização desses territórios. Não distante, desta maneira, estaria o sujeito, o qual permeia relações pessoais, sociais, e aspectos como a individualidade e necessidade de cada propriedade em questão, o que não pode ser deixado de lado, porque fazem parte de uma gama de interesses individuais e de objetivos específicos.

Quando optamos por fazer o cruzamento dessas construções teóricas, é porque observamos que essas diversidades existentes, individuais de cada sujeito, ou ainda, desses espaços agrícolas, não se encaixariam em um único modelo teórico, porque compreendemos a existência da transformação de propriedades agrárias e essas não estão necessariamente dentro de um plano evolutivo pautado por incentivos do governo, tanto no que abrange aspectos sociais, quanto financeiros.

Para conhecermos o panorama rural brasileiro, o qual serve de plano de fundo para a questão abordada no trabalho, autores como Nagabe (2012) e Mattei (2015) trouxeram luz sobre a questão da espacialidade e da continuidade existente entre o rural e o urbano, autores, como Spósito (2000) e Veiga (2004), auxiliaram nesse debate com reflexões sobre as questões do campo referentes à importância da revitalização do meio rural, também enquanto espaço de bem-estar social.

Foram ainda, entre outros, pautados autores como Lênin (1915) e Chayanov (1899) para questões de base sobre agricultura a partir de um modelo capitalista. Onde foi possível, a partir dessas leituras, afirmar a relevância do meio rural na sociedade, sendo, para além de qualquer interpretação econômica, um espaço de concentração humana, ainda que organizado de maneira diversa, em sua questão social, tendo, desta maneira, importante papel sobre as mudanças ocorridas em todo um território, incluindo-se, principalmente, a classe trabalhadora.

A questão agrária também estaria ligada às transformações nas relações sociais, de trabalho e de produção, pautados em como se produz, e de que maneira se produz (SILVA, 1980), emergindo, destarte, elementos de reflexão para a melhora das condições de vida do trabalhador rural brasileiro. Por essas vias, seria possível também, pensar na questão da estrutura fundiária no Brasil, onde grande parte da população depende da utilização da terra para seu sustento, tanto por questões econômicas e políticas, quanto sociais, mas esta, só está para uma reduzida minoria (PRADO, 1979), onde, entendemos que a partir do uso da terra, o desenvolvimento agrícola, por si só, não proporcionaria melhoria de vida da população do campo.

É de suma importância pensar para além da questão fundiária para fins de desenvolvimento do campo, como também, em seu desdobramento. E então, desta maneira, relacionar esse problema à distribuição de terras no país para que se possa ter uma reflexão mais precisa. Não negligenciando o fato de que, para cada espaço de terra, existe também uma

dinâmica própria, de um grupo, ou ainda, de cada trabalhador rural, e então, desta maneira, buscamos considerar se o processo de desenvolvimento poderia se dar com base em interpretações dos impactos em relação à vida dos sujeitos nas áreas rurais em detrimento das urbanas.

O que podemos observar, no entanto, seria uma falta de adjacência entre os interesses das áreas e as formas de uso da terra. Dentro de um modelo de produção do espaço urbano, a cidade ultrapassa os limites, “incorporando terras rurais, sem efetivamente ou imediatamente, transformá-las em terras de uso e ocupação urbanas. Constituem um território indefinido, [...] Não são mais campo e não chegam a ser ainda, plenamente, cidade, podendo-se admitir então que são cidade/campo” (SPOSITO, 2010, p. 13). Nesse desdobramento, temos margens para interpretar, que existe insuficiência de recursos para as áreas rurais, e que esse fato é também fruto desse processo de delimitação das áreas, e que enquanto houver políticas iguais para áreas distintas, teremos esses problemas de disparidades socioeconômicas, e, o sabemos que o mesmo ocorre para as áreas urbanas.

Como um possível caminho para a resolução destes problemas, apontamos que seria necessário primeiramente tomar conhecimento sobre como se dava o processo evolutivo e social de ambos os meios, individualmente, como uma extensão de formas e também de mobilidade. Atentando-se as especificidades que abordam a interpretação dos modos de vida sociais a partir de determinados grupos, ou ainda, a partir da importância dada aos sujeitos pertencentes a cada território, propiciando, desta forma uma espécie de desenvolvimento para as áreas rurais que não necessariamente se assemelha aos modelos das áreas urbanas.

Na obra Agricultura Familiar no Censo Agropecuário 2006, o termo rural é tratado enquanto sinônimo de agropecuário, mas incluem totalmente os termos de agricultura e agricultura familiar em suas abordagens a partir de características centrais, embora, para nossa leitura, a questão estivesse embasada na crítica sobre a delimitação do território rural, onde:

[...] a agricultura familiar pode ser definida a partir de três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados é feita por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (INCRA/FAO, apud GUANZIROLI; CARDIM, 2000, p.8).



O modelo de desenvolvimento capitalista dentro do meio rural teve sua evolução econômica iniciada pelo capitalismo industrial pelo processo do colonialismo e em sua atualidade pautada no domínio do capital financeiro, com o objetivo de acúmulos e de reprodução enquanto um sistema. Mas, acreditamos que, se ponderarmos somente a criação de leis que abranjam exclusivamente o avanço financeiro dentro da agricultura, sem organizar a produção e a solução para as necessidades das sociais do meio rural, esse modelo seria insuficiente. Seria possível concordar com a Teoria de Lênin, posta na década de 1917, onde não seria necessária a industrialização para se chegar ao socialismo, o social então seria entendido como parte anterior à industrialização.

Não se pode negar a relevância do capitalismo na economia, onde para o rural representaria o nascimento de uma nova ordem econômica e social (revolução agrícola), baseada na técnica e no desenvolvimento, principalmente quando se trata de produção agrícola. Na contemporaneidade, Veiga (2004) nos adverte que a ruralidade nunca se resumiu somente em relações sociais com uma vertente diretamente ligada às atividades agrícolas. Mas para nós, a grande crítica se pauta sobre o apelo de exportação agrícola como prerrogativa para se falar em desenvolvimento, assim como a dimensão na distribuição de terras que, muitas vezes negligencia o papel social do sujeito.

Seria desta maneira, incontestável que, para as estatísticas econômicas, a terra cultivada teria maior importância e não sua superfície total (LÊNIN, 1980), o que, por sua vez, traria importantes marcas para o século 1920, como o avanço dos proletários<sup>3</sup>.

O papel dos agricultores, bem como a luta pela terra não pode ser negligenciada, deve ser compreendida enquanto um potencial considerável tanto para as questões sociais, como climáticas e as intervenções e poder que o espaço rural detém sobre o território, trazendo, desta maneira, uma noção de multifuncionalidade:

A noção de multifuncionalidade rompe com o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura que deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas. Ela se torna responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solos, biodiversidade e outros), do patrimônio natural (paisagens) e pela qualidade dos alimentos (CARNEIRO; MALUF, 2003, p. 19).

---

<sup>3</sup> Não trataremos, entretanto, especificamente, do avanço na conquista de terra neste trabalho, mas de qualquer maneira, é necessária a menção, cuja mesma é, muitas das vezes, motivação em diversas articulações.

Desta maneira, pensar no conceito de multifuncionalidade para além da questão da pluriatividade, traz aos sujeitos do campo, um reconhecimento de um papel social que antevem a questões econômicas voltadas a produção de alimentos e da produção de capital por meio não agrícola. Os modos sociais que o campo pode representar, bem como a importância dos modos de vida e de cultura, trazendo-nos a ideia de uma dinâmica social entre os envolvidos, que vai para além da questão do território ocupado.

No tocante aos conceitos sobre a espacialidade, apreendemos que eles se misturam em determinados momentos, então concordamos que “[...], a sociedade é organizada como se fosse um único produtor coletivo, sendo os múltiplos trabalhadores rurais num só todo, [...]” (RANGEL, 2004, p.146). E então, a influência desses trabalhadores, estaria diretamente ligada ao potencial de produção agrícola, logo, a disponibilidade de terras produtivas deveria ser um fator de grande relevância. Tanto em sua disponibilidade, quanto a possibilidade de expansão para a inserção de novos tipos de cultivo, como ainda, para a produção que suprisse ao consumo interno da propriedade, para somente depois se pensar em um potencial de produção que suprisse o mercado nacional ou exportação.

Neste sentido, podemos dizer que o uso do termo agricultor familiar se funde em termos genéricos, então fica então cada vez mais evidente a necessidade deste engendramento de ações para o sucesso do campo, mesmo se pensarmos a partir da ideia de que o capital em suas atuações na agricultura pode não estar sujeito às formas de propriedade e uso de determinado espaço, ou ainda, que esse capital se submete a formas antigas e patriarcais de uso da terra (LÊNIN, 1980).

Mesmo que os atores do campo não utilizassem meios não agrícolas de subsistência como forma de mantimento no espaço, esse processo se daria da mesma maneira, ainda que contrapússemos esse embate com as teorias de Alexander Chayanov (1899), onde o comportamento da unidade econômica do camponês fosse visto a partir da racionalidade do trabalho familiar e da produção capitalista.

A partir da conjuntura do modelo de desenvolvimento econômico, salientamos o quanto os direcionamentos do capital financeiro foram prejudiciais para as áreas rurais: houve uma concentração de renda para aqueles que conseguiram aderir ao modelo, contudo se traduziu a uma desigualdade social dentro do campo. Os que não conseguiram se manter nas áreas rurais foram procurar abrigo nos grandes centros, sem uma perspectiva de desenvolvimento ou apoio do governo, excluídos então de suas esferas sociais e culturais.

Para além do desenvolvimento econômico, poderiam se pautar em desenvolvimentos sociais, e uma discussão maior sobre a forma de geração de renda no espaço rural, elencando argumentos que elucidassem sobre o processo de mudança ocorrido no meio rural, traduzindo-se na possibilidade da continuidade do seu modo de vida rural que se diferencia, tanto em necessidades, quanto em costumes, do modo de vida urbano.

O processo de modernização do campo, mesmo quando pautado por um viés sociológico, teria influenciado as formas de produção das propriedades agrícolas. Falamos desta maneira, de pluriatividade dentro do campo, que para nós, seria “entendida como a combinação da atividade agrícola com atividades não-agrícolas por uma mesma unidade familiar” CARNEIRO, (2003, p.168). Concordamos, a partir desse ponto, que “[...] o recurso às múltiplas atividades para complementar renda não estaria, nesse contexto, rompendo com um padrão de reprodução social, mas ao contrário, seria a expressão de uma maneira de exercer a condição de agricultor” CARNEIRO (2006, p.177).

Essa mudança, muitas vezes brusca, nesse processo de se acompanhar o mercado, tem inferido na permanência dos pequenos produtores no campo, ocasionando por vezes, exclusão social e desemprego. Não obstante, os movimentos sociais podem servir como meio de contribuição para a criação, ou ainda, para a preservação desse ambiente social, contribuindo, desta maneira, para a redução da exclusão social (ABRAMOVAY et al., 2006).

Deste modo, podemos dizer que a saída encontrada por esses pequenos produtores no campo também tem se modificado, aludindo-se a também a uma necessidade da pluriatividade no meio rural brasileiro, como forma de obtenção e aumento de renda, sobrevivência e de permanência.

Mesmo tendo conhecimento do caráter pluriativo do meio rural, as políticas alimentares e agrícolas só são suscitadas a partir de desafios envolvidos em uma série de funções quanto se toca a necessidade de desenvolvimento econômico:

[...] fenômeno que é tido como distinto daquele que era identificado, anteriormente, como dupla-atividade, termo que fica restrito à combinação do trabalho agrícola com o trabalho fabril: operário-camponês. A combinação da agricultura com atividade salariada permanente (e não-temporária) não identificada como pluriatividade. Podemos supor que isso se deva ao fato de que a relação de trabalho assalariado represente uma construção ideal de autonomia do agricultor que administra sua própria força de trabalho e se impõe à condição camponesa que passa a ser exercida, [...]” (CARNEIRO, 2006, p.174,175).

A pluriatividade então surge como alternativa para superar as condições de trabalho impostas pela “administração da força de trabalho”, muitas vezes, condicionadas a uma dinâmica do capital financeiro, o que chamamos aqui de mercado, onde o morador do campo, muitas vezes, então passa a ter a necessidade de um trabalho remunerado, sendo assim, a combinação social de processos de trabalho tomando forma de uma opressão organizada que vai de encontro com a sua natureza, privando, desta maneira, a liberdade e a independência do trabalhador individual (MARX, 2008), o que, em nosso entendimento, se traduz como um ciclo de produtificação, processo pelo qual o sujeito faz parte, mas não é o epicentro. Deste modo, enxergamos que o homem, na história, produz “sua sociedade, suas relações sociais, insurgindo-se contra os poderes que o subjagam: a dominação e os cerceamentos políticos, a pobreza, os bloqueios nos acessos às grandes inovações culturais referidas à universalidade do gênero humano” (MARTINS, 2008, p. 147-148), sendo desta maneira o homem, um ser social.

Desta maneira, a crítica em que se faz a esse sistema, seria a falta de um olhar sociológico no campo, porque concordamos que “[...] a pluriatividade seria necessariamente familiar [...]” (CARNEIRO, 2006, p.179) e, em se tratando da questão familiar como exemplo, o sujeito deveria vir então como a chave desse processo social, uma vez que sem o sujeito não há meios para as atividades acontecerem. A chave para esse desenvolvimento da vida social do trabalhador, tanto das áreas rurais, como das áreas urbanas seria então uma junção de conhecimentos técnicos e empíricos em um processo simbiótico.

Desta maneira, talvez seja possível perceber elementos que nos levam a crer que, ainda, grande parte deste trabalho rural não se adequa as condições sociais necessárias quando se tratam de atividades agrícolas, pois, muitas vezes é deixado de lado o fato de que “nem todas as relações sociais têm a mesma origem. Todas sobrevivem de diferentes momentos e circunstâncias históricas” (Martins, 1996, p. 15), principalmente as que provêm das atividades relacionadas à monocultura. Deste modo, seria necessário ter em mente que o aumento da especialização da mão de obra no meio rural, poderia significar um caminho oposto ao da agroecologia, podendo ter como consequência uma dependência ainda maior dos produtores (BUAINAIN, 2006), muitas vezes relacionados de maneiras distintas em relação às expectativas do produtor.

Então, neste paralelo, a necessidade financeira do agricultor, muitas vezes o faz ser visto como produtor, em termos de conceito. Produtor, no sentido de se produzir exclusivamente para se sustentar o mercado. Esse processo não faz dele “não agricultor”, não deixando,

necessariamente, de produzir para o próprio consumo. O movimento parte-se de uma extrapolação advinda da “fuga de uma exploração” tão comumente encontrada em áreas rurais, como aponta:

[...] o camponês trabalhador, ao perceber o aumento da produtividade do trabalho, inevitavelmente equilibrará os fatores econômicos internos de sua granja, ou seja, com menor auto-exploração de sua capacidade de trabalho. Ele satisfaz melhor as necessidades de sua família, com menor dispêndio de trabalho, e reduz a intensidade técnica do conjunto de sua atividade econômica (CHAYANOV, 1981, p. 141).

Em nossa interpretação, o termo “de sua granja” corresponde à “de sua propriedade”. Acreditamos que não há conjectura negativa contida no ato de se fundir os conceitos, pois, muitos, para não generalizar, dos classificados produtores rurais, passam pelo aprendizado de agricultor, na mais sutil interpretação e uso que se possa ter da palavra antes de se tornar “produtor rural” em termos de classificação acadêmica. A necessidade de permanência no campo pode ser entendida como uma forma de alicerce de cultura e identidade que geralmente se perderam e vem se perdendo com o poder que o capitalismo detém sobre a agricultura e os espaços rurais.

Podemos desta maneira, refletir sobre as contradições trazidas pelo capital, principalmente o que toca em aspectos sobre a delimitação espacial e as características urbanas consolidadas no meio rural enquanto vetor de desenvolvimento, mas ainda, sobretudo, refletir sobre os inúmeros meios encontrados como formas de resistência e de luta dos povos do meio rural. Coadunando com essa ideia e indagando como o trabalho se dá dentro do campo, temos:

[...] a população rural ou camponesa dedica apenas parte do seu tempo à produção do que hodiernamente chamamos de bens agrícolas ou produto do setor agrícola, [...] mesmo da produção propriamente agrícola, somente parte cai sob o controle estatístico e, portanto, da contabilidade social. Parte do tempo agrícola, [...], dedica-se à produção de serviços ou de bens, que nenhuma contabilidade social contemporânea consideraria agrícolas; ademais, parte da produção propriamente agrícola é *autoconsumida*, [...] (RANGEL, 2004, p.143).

Seria como se pensássemos que o meio rural e seus modos distintos de agricultura tiveram então reconhecimento como a grande engrenagem para que o desenvolvimento de meios tecnológicos acontecesse, ainda que houvesse uma pressão política e do capital sobre as inferências que uma produção não agrícola possa trazer. A discussão não permeia somente sobre

os meios encontrados pelos sujeitos do campo em se manter nas propriedades, a discussão em voga está sobre a contradição de um meio rural produzir além do rural, como se o desenvolvimento desse meio devesse seguir um modelo, ou se manter em um determinado padrão para permanecer rural.

Não que essa reflexão traga alguma novidade para o contexto atual, mas já é sabida a real necessidade e urgência de acompanhamento e subsistência do meio rural para que também exista a tecnologia, digamos que, cidadinas, que pode ser entendido como “[...] inúmeros exemplos de novas identidades rurais ou manifestações de ruralidades encontrados tanto no campo quanto na cidade. Associadas à economia seriam a revitalização de práticas de produção orgânica nas atividades agrárias, [...] (BIAZZO, 2008, p.143)”.

Por intermédio do vetor de desenvolvimento do capital, a agricultura passava então a sofrer subordinação da indústria, como a produção de hortaliças em série, bem como o padrão de tamanho, coloração e peso determinada para os produtos. A agricultura passou desta maneira, a ser organizada pela lógica do capital financeiro, passando então a ter alimentos globalizados, sendo tratados como mercadoria e os produtores também tiveram que se inserir nesse pacote para se sustentarem no campo, muitas vezes sem recurso. Passou-se então, a partir desse modelo de desenvolvimento trazido do capital e das indústrias para a área rural, a se ter uma produção pautada sobre os insumos exclusivamente para a obtenção de lucros.

As formas encontradas pelos produtores para a permanência em suas respectivas áreas, como a multifuncionalidade, ou a pluriatividade, nos trouxeram inquietações para além dos modos de produção, nos fizeram pensar em como a teoria tem dividido o espaço rural em fragmentos.

Salientamos, a partir dessas reflexões propostas, a relevância da leitura de Bernard Kayser (1989) sobre o meio rural, que para ele, seria então definido como um modo de particular de utilização do espaço e também de vida social, onde a noção do espaço rural se pautaria a ideia de continuidade, o que implicaria certo nível de organização administrativa e de controle para que houvesse uma “coletividade territorial”. Em vias atuais, entretanto, Buainain et al. (2013, p. 114) nos coloca que “em nenhum outro momento da história agrária os estabelecimentos rurais de menor porte econômico estiveram tão próximos da fronteira da marginalização”.

Avançando o nosso pensamento, com um viés social, interpretamos então o meio rural para além de um modo, ou ainda, um modelo de utilização. Nesse espaço vivem os atores e

atrizes sociais e esses fazem, de alguma, ou de total maneira, parte desse processo de desenvolvimento, ou vêm fazendo. A história desses espaços, por suas características específicas, pode resultar em estruturas sociais que dão significado à vida das pessoas e também orientam mudanças singulares.

As propriedades rurais, anteriormente ao desenvolvimento do capitalismo no campo eram tratadas como um espaço social e de bem comum, de natureza, como um espaço de bem-estar, ainda que o homem, em sua necessidade de vida estivesse sujeito às leis econômicas e, como produto do meio social em que vive (FERREIRA, 2002). O fato de a terra ser tratada como princípio de mercadoria, ocasionou fechamentos de algumas propriedades, também barreiras visíveis e invisíveis e a questão social, humana foram deixadas para segundo plano.

A noção que concerne a mensuração e as mudanças ocorridas no cenário rural tem sido aplicada de uma única maneira, que seria, ao nosso entendimento, como que uma extensão ou também descontinuidade. Foram pautadas em certo nível de organização administrativa, sobre uma questão simbólica e ideológica desse imaginário, do antes, para o que se vive na atualidade, que toma frente das questões do campo e de relações sociais, também das questões do “imaginário do campo”. Logo,

[...] a ideologia não pode apenas ser vista em termos puramente subjetivos, como estando ‘toda apenas na cabeça’ dos outros, mas também a partir de sua realidade concreta, fatural. A ideologia produz símbolos, criados para fazer parte da vida real, e que frequentemente tomam a forma de objetos. **A ideologia é, ao mesmo tempo, um dado da essência e um dado da existência,** [...]. Ela é um fator constitutivo da história do presente. A realidade inclui a ideologia e a ideologia é também real. A ideologia, outrora considerada como falsa, portanto não-real, de fato não é algo estranho à realidade, nem é aparência apenas. Ela é mais do que aparência, porque é real. Quando, num lugar, a essência se transforma em existência, o todo em partes e, assim, a totalidade se dá de forma específica, nesse lugar a história real chega também com os símbolos. Desse modo, **há objetos que já nascem como ideologia e como realidade ao mesmo tempo.** É assim que eles se dão como indivíduos e que eles participam da realidade social. Nessas condições, **a totalidade social é formada por mistos de "realidade" e "ideologia". É assim que a história se faz** (SANTOS, 1996, p.82 – grifos nossos).

Quando o autor traz a expressão “toda apenas na cabeça” em seu livro *A Natureza do Espaço* (1993), referencia-se a obra de James Anderson (1973), em *“Ideology in Geography: An Introduction”* concordando com a teoria colocada pelo autor e explicando-a na citação.

Assimilar a subjetividade da ideologia do sujeito é fruto da ideia inicial e de base para qualquer pesquisa na área das ciências humanas e sociais. Sendo a ideologia parte constituinte e

individual de cada sujeito, tornando-se fator construtivo para o desenvolvimento de uma história de vida, ou ainda, de histórias de vida do sujeito sofrendo as alterações a partir do contato social de um determinado grupo ou sociedade.

Ou ainda, a construção, enquanto narrativa, retratando o passado e as projeções sobre a “espera” do futuro enquanto fator do presente, e, desta maneira, do real. Concordamos que “[...] nosso pensamento, sob sua forma puramente lógica, é incapaz de representar a verdadeira natureza da vida, a significação profunda do movimento evolutivo” (BERGSON, 2015, p.5).

Pensar a evolução de um grupo para se chegar ao sujeito é o processo contrário e excludente do indivíduo, melhor dizendo, o sujeito enquanto uno pode trazer mais referências sobre um determinado grupo do que o inverso. Ele está dotado de saberes individuais e de influências do coletivo, e pode trazer, a partir de suas experiências, um panorama mais real sobre o que se é de fato.

Dentro das simbologias apresentadas por Milton Santos (1996), enfatizando então a questão de uma construção social que vai para além da aparência, trazemos, desta maneira, uma forma de realidade, a partir de um dado ponto de vista, onde a realidade social é também socialmente construída. O entendimento de algo socialmente construído perpassa a ideia de que tem suas estruturas com base em uma determinada sociedade ou de um grupo, a ideia é que se vá além dessas conjunturas previamente determinadas. As estruturas sociais se formam a partir da busca de necessidades, de valores e de interesses de um sujeito, mas acreditamos, não obstante, que sempre estará baseada no plural, no coletivo, dotado de ideias e convicções características de determinada localidade. Para Werlen (1993) apud SANTOS (1996, p. 54):

O espaço no mundo físico é constituído *via* a experiência corporal do próprio sujeito através do eu consciente em movimento. O agente experimenta assim o mundo físico e representa as suas dimensões espaciais *da perspectiva de seu próprio corpo*. Similarmente, a materialidade do mundo físico é experimentada pelo contato corporal direto com esse mesmo mundo. Essa visão do mundo físico centrada no sujeito também afeta a definição dos sistemas de coordenadas espaciais correspondentes. A perspectiva subjetiva principia com a ideia de que por intermédio do corpo o agente assume uma posição concreta no mundo físico.

Tendo como base que o “consciente em movimento” alude a uma constituição de uma experiência corporal do sujeito advinda de suas representações enquanto estruturas, assume-se, desta maneira, uma posição real do espaço físico. Adentrando essas perspectivas à nossa teoria



sobre o sujeito do campo, onde, acreditamos que, também há para além do imaginário “cidade-campo”, a realidade daquele que vive nesse meio e que “o retorno ou a permanência na área rural aparece na balança permanência-migração como uma saída possível para combater a marginalização sofrida especialmente pelo homem no ambiente urbano pobre, afinal, lá não é o seu lugar” (MANCUSO; RAMIRO, 2010, p.17).

Acreditamos ainda, que, demonstrando certo empenho enquanto grau de complementaridade do meio rural para a relação cidade e campo, desta maneira, então o sujeito diante de uma imagem se apresenta no espaço ao mesmo tempo em que se subtrai dele, quando há uma busca por afirmação. Que não é coisa, nem causa, que é um rastro secreto, o próprio gesto da resistência (TERRA, 2016) enquanto parte daquele meio, fazendo então uso de uma perspectiva e talvez ainda, de uma projeção sobre o presente e futuro e o bem-estar social das pessoas que vivem nesse meio, com objetivo de transmissão desse bem-estar social para seus descendentes. Desta maneira, concordamos que “[...] o rural se vê consumido como virtual antes mesmo de se tornar mercadoria, incorporado aos diferentes discursos políticos ou como referência cultural, para a sociedade como um todo” (RUA, 2006, p.95), como também, midiáticos, haja vista a comum ideia da continuidade do trabalho efetivo da terra por seus familiares.

Nestes termos, podemos sugerir que haja uma apropriação de consumo e a uma produtificação das áreas rurais, bem como a industrialização e urbanização dentro de um padrão de desenvolvimento ofertado pelo capitalismo, e para tanto:

O “nexo dinheiro” da mercantilização invade cada vez mais os espaços relacionados, ampliando quase irrestritamente o campo da vigência do mundo das coisas que têm um preço. Nesse mesmo processo o cidadão vai sendo transfigurado no consumidor/espectador. Monetarização e espetacularização se retroalimentam como vetores de uma colonização da *vida vivida* por estruturas produtoras de experiências de segunda mão (BARTHÓLO, 2009, p.50).

No tocante a essa interpretação, foi possível perceber ao longo da trajetória do meio rural, a importância do incentivo financeiro e tecnológico do governo para o desenvolvimento das propriedades de terra, para que os agricultores fossem, para além de produtores, reprodutores de seus próprios espaços sociais. O que vimos, entretanto, foram estruturas produtoras, financiadas pelo capital, trazendo um modelo de vida para o meio rural a partir de suas imposições de consumo, o que dificultou o fixar de uma característica própria, única, advinda do campo. Desta

maneira, por longo tempo, a acepção do rural, em sua premissa interpretativa, dava margens a perspectivas equivocadas, inclusive daqueles inseridos nesse meio, como as que tendem a associar o campo ao atraso.

A fuga do homem do campo também tem sua origem a partir da fuga de padrões de conhecimento, muitas vezes impostos, ou até mesmo abrange características, como a aceitação dos dizeres acadêmicos, acreditando que um desenvolvimento da área pode nos dar suporte para avaliar o quanto o meio rural hoje pode ser influenciado. Desta maneira, concordamos que teoria e prática deveriam funcionar a se completar e não uma ditando regras à outra:

O que equivale dizer que a *teoria do conhecimento* e a *teoria da vida* nos parecem inseparáveis uma da outra. Uma teoria de vida que não vem acompanhada de uma crítica do conhecimento é forçada a aceitar, tais e quais, os conceitos que o entendimento põe à sua disposição: não pode fazer mais que encerrar os fatos, por bem ou por mal, em quadros preexistentes que ela considera definitivos. Obtém assim um simbolismo cômodo, talvez mesmo necessário à ciência positiva, mas não de uma visão direta de seu objeto (BERGSON, 2015, p.8).

Dentro do campo das ciências sociais, esse estudo feito por Henri Bergson (2015), nos traz a possibilidade de entendimento sobre a importância das falas do sujeito e também a importância sobre os teóricos da área. Por um lado o conhecimento da prática e das vivências sociais do homem no campo, por outro a teoria, que para nós, concordando com o autor, são questões inseparáveis.

E então, o rural, assim como seus produtores, já há algum tempo vêm tomando seu espaço e força, por meio de suas vozes, traduzidas pelo simbolismo de um bem estar social e de qualidade de vida, os quais, para eles, é a agricultura quem pode trazer subsídios importantes no papel dessa unidade social. A qual, hoje, se encontra mais seguramente significativa e mais complexa do que a geração de empregos agrícolas, mas não somente, pois notamos que, ainda que haja esse rompimento de costumes advindos da “teoria da vida”, há aqueles que permanecem no campo, e com sucesso. O conhecimento, desta maneira, não parte exclusivamente dessa forma de observação, há ainda uma intencionalidade científica que o motiva, como as necessidades humanas.

Os agricultores familiares hoje podem ser tomados como exemplo, porque, apesar de ter que se adequar constantemente às novas teorias e leis, cujas quais objetivam a organização do setor, ainda aparecem como fonte importante e expressiva no plantio e distribuição de alimentos

no Brasil destinados à população, ainda que grande parte dos alimentos que exportamos fazem parte de monoculturas. Há um respiro recorrente a esses aspectos se pensarmos no poder em que a agricultura familiar tem de se resguardar frente aos constantes novos parâmetros de sua permanência no campo. Desta maneira, concordamos que,

[...], não podemos ignorar o papel relevante dos agricultores familiares na produção de alimentos básicos que compõem a cesta alimentar da população brasileira. Dados do Censo Agropecuário de 2006 ressaltam esse aspecto, ao detectar que a maioria da produção alimentar destinada à população (e não às exportações) provém do setor produtivo familiar. Negar isso significa a negação de uma realidade complexa, porém efetiva em termos da produção alimentar do país (MATTEI, 2015, p.117).

Cidade e campo operam de maneira a se completar, em algumas áreas mais desenvolvidas esse processo se dá graças a uma mobilidade maior entre esses espaços, embora tenhamos conhecimento de que essa não é uma realidade para todas as regiões no Brasil. O campo, atualmente vem se encorajando pelas políticas de desenvolvimento regional, ainda que escassas. As áreas urbanas já não são mais vistas como espaço de maiores oportunidades e de desenvolvimento, e o retorno ao campo possibilitaria que a unidade familiar e a unidade de produção coincidissem, ou seja, há uma esperança quanto ao incentivo de retorno às suas raízes culturais e aos costumes.

Apesar das significativas diferenças tanto culturais, como espaciais das áreas urbanas e rurais, identificá-las pode ainda ser uma tarefa um pouco mais complexa, ainda que haja interligações pautadas nos sujeitos, objetivando-se um espaço simbólico no qual as áreas se misturam. Em nível de conceito, no Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, a partir de estudos realizados para o Censo Demográfico<sup>4</sup>, somente considera como área urbana sedes de município e de distrito ou áreas urbanas isoladas e não leva em consideração o tamanho da cidade nem a quantidade de habitantes, e essa definição de perímetro urbano é revista apenas a cada 10 anos:

A classificação da situação do domicílio é urbana ou rural, segundo a área de localização do domicílio, e tem por base a legislação vigente por ocasião da realização do Censo Demográfico 1991. Como situação urbana consideram-se as áreas correspondentes às

---

<sup>4</sup> No Censo, os pesquisadores do IBGE visitam todos os domicílios do país para aplicar um questionário. Depois de percorrer todos os cantos do Brasil, indo de casa em casa, os pesquisadores organizam e analisam as informações coletadas nos questionários. Em seguida, divulgam os resultados em uma série de publicações sobre os temas estudados (IBGE, 1992-1997).

idades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites. Este critério é, também, utilizado na classificação da população urbana e rural (IBGE, 1992-1997).

Algumas características básicas de uma zona urbana para o IBGE são: edifícios, habitações, meio-fio, calçadas, rede de iluminação, serviços de saúde, educação, saneamento ambiental, lazer, entre outros. Algumas áreas situadas fora desse limite urbano, que não necessariamente rurais, a partir desse ponto, que angariam necessidades de uma área urbana, sofrem com problemas sociais devido a uma ausência de uma identificação com o espaço. A qualidade de vida decai, por exemplo, pela ausência de saneamento ambiental ou falta de áreas de lazer e de saúde para a comunidade. A dinâmica de cada área se dá de forma diferente, mas no caso dessas áreas, que não são urbanas e não são rurais, e na maioria das vezes bastante populosas, o processo se dá de maneira nebulosa, sem clara organização. Balsadi (2001) contribui que essa leitura se dava a partir do deslocamento entre espaço e setor. E que o que vemos agora é o surgimento de um novo tipo de área, mais dinâmica, que se tornou “periurbana”, podendo ser mais bem descrita como economia local.

Carneiro (1998), a partir da perspectiva de lacuna entre o meio rural e o urbano, nos elucida sobre a existência do Projeto de Vida Rurbano, que surgiu em função da perspectiva de estreitamento desses meios por recurso da pesquisa e das relações de trabalho, com entendimentos sobre a importância da sociedade local a partir de definições e redefinições de identidades sustentadas na diversidade e nas formas de se combinar práticas e valores originários de universos culturais distintos, identificados como rurbano.

O que se permanece, no entanto, enquanto marca das áreas urbanas, não obstante, são os determinantes e diferentes modos de produção, ou ainda, as particularidades de cada área e em diversas formações socioespaciais (SPOSITO; WHITACKHER, 2006). Nas áreas urbanas, deste modo, se concentram não apenas pessoas, mas um rol de desenvolvimento para a consolidação desse espaço, como o de infraestrutura e a subjetividade dos aspectos sociais.

Neste sentido, podemos concordar que “[...] a urbanização é um processo muito mais complexo e não pode ser reduzido (apenas) a sua dimensão populacional, razão pela qual a questão cidade-campo merece ser vista a luz de outras perspectivas [...]” (SPOSITO; WHITACKHER, 2006, p. 114), até hoje ainda são observadas pelo IBGE. Sabemos que mesmo o processo de industrialização trazendo então sua forma organizacional de território por meio da

urbanização, este não priorizaria o processo social, e então, desta maneira, nossa crítica parte-se da importância de se inferir outros aspectos, como o levantamento das necessidades provenientes a cada área, uma fiscalização maior quanto à saúde, educação, saneamento básico e cultura.

Tendo compreensão a respeito de como as áreas são segmentadas no Brasil e considerando-se que a comunidade rural não usufrua de alguns benefícios julgados importantes e necessários ao bem estar social, indagamos se a problemática não resida sobre a estrutura de delimitação e de dimensão de espaço ser baseada com características da densidade populacional pelo Censo Demográfico. Esta não poderia implicar sobre o tipo de produção executada nas propriedades. Tampouco incitar sobre questões de mão de obra utilizada em suas delimitações de tipo de áreas rurais para o incentivo financeiro. Característica essa, que muitas vezes, gera dilemas diretamente relacionados à dificuldade de se permanecer no espaço rural, como no caso dos agricultores familiares, que, na maioria das vezes, enfrentam problemas por falta de recursos financeiros por não se enquadrarem em nenhum dos conceitos impostos, quando se trata, por exemplo, de se utilizar mão de obra que não familiar e este ultrapassa o número permitido para esse tipo de produção.

Hoje, o rápido desenvolvimento do transporte e infraestrutura poderia contribuir tanto com o aumento da mobilidade como com a drástica mudança de paisagem, o que em algumas localidades, realmente acontece. O que traz alguns efeitos, positiva e negativamente. Positiva, no sentido de que grande parte dessa mudança objetiva-se pautado na melhoria da qualidade de vida das pessoas, mesmo que de forma subjetiva e de maneira pontual, ainda que esta, não atenda todas as necessidades das camadas sociais de uma cidade. Negativa, no sentido de que, mesmo melhorando a vida de um determinado grupo ou sociedade, interferências sobre consumo e a falta de preservação da natureza, também substancial, muitas vezes não são levadas em conta.

Dada a dimensão territorial do Brasil e vinculada à ausência de uma política pública voltada para cada território especificamente, para cada região urbana, para cada região rural e para cada região que não se enquadra em tal ou em tal conceito, essa premissa não faz parte de uma linearidade quando se fala em desenvolvimento. Há, muitas vezes, uma ruptura entre os espaços em se tratando de políticas sociais e de distribuição de renda, que inviabiliza a ideia de continuidade. Para tanto, seria necessário buscar uma compreensão de maneira mais objetiva e contundente as necessidades de cada indivíduo, de cada grupo de pessoas, de cada formação de

bairro, de cada cidade, e de cada estado para que se possam desenvolver políticas públicas que abranjam as suas reais necessidades. Para tanto, ainda que em âmbito de propostas, no Brasil:

[...] o que distinguirá a região urbana da região agrícola não será mais a especialização funcional, mas a quantidade, a densidade e a multidimensão das relações mantidas sobre o espaço receptivo. A noção de oposição cidade-campo torna-se, desse modo, nuançada, para dar lugar à noção de complementaridade e seu exercício sobre uma porção do espaço (SANTOS, 1985, p. 70).

Podemos arriscar dizer aqui, que se os ambientes estão cada vez mais misturados, formando-se, portanto, um mosaico. Acreditamos que, não mais haveria um limite imposto entre rural e o urbano, pelo menos não geograficamente. Assim sendo, o espaço geográfico poderia ser considerado como algo que participa igualmente das condições sociais (SANTOS, 1996) e do físico, como um misto, um híbrido (heterogêneo). Para o autor, as relações sociais e o objeto, enquanto fruto desses vínculos é o que determinam essas relações de vizinhança. O que nos ajuda na compreensão da multiplicidade do rural e traz consigo o *continuum* de sua relação com o urbano, na ideia de se transcrever o espaço geográfico e social de uma forma onde neles não haja lacunas ou mesmo descontínuo, luz a uma ideia de unidade, em sentido moral e social, à noção de continência e de autocontrole.

E desta maneira, não haveria significações independentes dessas áreas, embora as diferenças nas funcionalidades dos espaços não é o que distinguem totalmente as regiões. Podemos pensar, na ideia de que um espaço não mais sobrevive sem o outro no que está relacionado com a sua identificação. Os espaços rurais em relação às áreas urbanas, “têm deixado de ser meros exportadores de bens primários para dar lugar a uma maior diversificação e integração intersetorial de suas economias, com isso arrefecendo e, em alguns casos, invertendo o sentido demográfico e de transferência de rendas que vigorava no momento anterior” (FAVARETO, 2014, p.1111).

Desta maneira, as relações interpessoais, e então, sociais, passam também a serem percebidas e suportadas por bases teóricas. Estas são então representantes, melhor dizendo, são representadas, por esse meio e o campo passa então a ser visto como um espaço não mais distante da cidade, entendendo, a partir deste arranjo, que há então, um *continuum* entre campo-e-cidade, o que favoreceria a permanência do homem no campo, mesmo com as dificuldades apresentadas para a sua permanência.

Compreendemos, a partir desta reflexão, que atualmente não se faz mais tão relevante a delimitação dos espaços rurais, desde que este seja um contínuo das áreas urbanas. As funcionalidades formam-se um composto. Nas áreas urbanas, a título de exemplo, já se pode notar um engajamento maior sobre a produção de alimentos, como de hortaliças, que antes, somente era praticada por áreas rurais. E do outro lado, o campo hoje, não mais somente trabalha com a agricultura, recebe indústrias, dada a sua facilidade de acesso e dos preços inferiores de manutenção em relação aos grandes centros. Existe uma urbanização da área rural e uma aproximação maior das áreas urbanas, então, “[...] isto implica dizer que o espaço rural brasileiro se urbanizou como consequência do processo de industrialização da agricultura e do ‘transbordamento’ do mundo urbano para o rural” (SILVA, 1997, p.1).

Com o engendramento entre espaços rurais e urbanos, é possível perceber que não somente os espaços físicos estão mais próximos, mas as relações sociais também o estão. Este movimento pode servir de motor para o desenvolvimento humano, que antecede o desenvolvimento das áreas. Dentro das ciências sociais, por exemplo, “não se trata mais de algo pensado, mas algo vivido. Não é mais uma relação, é algo absoluto” (BERGSON, 2015, p.17). Sendo, desta maneira, imprescindível o olhar ao outro para compreender-se a si.

Na análise do meio rural esse fator também é relevante, principalmente se pensarmos na necessidade das pessoas que um dia viveram no meio rural, ressignificando o campo, como a própria motivação de retorno às suas origens, pautado na ideia de pensar o meio rural também enquanto sinônimo de fuga do urbano e de qualidade de vida. Ou ainda, olhar o campo como espaço de encontro e de relações sociais mais duradouras, no legado que passa de geração em geração, de uma cultura permeada de histórias e anseios sobre uma nova ótica, uma perspectiva de memória social, de histórias de vida regadas no indivíduo e carregada de coletividade.

Mas não somente, pois não podemos descartar o fato de que ainda existe uma supremacia evocada na então nomeada agricultura moderna, a qual sugere que haja preocupação com a terra, trazendo, desta maneira, luz a uma renovação de modos operatórios não excludentes. Mas o que ocorre no Brasil é um tanto inverso, porque ainda se ignora o papel de subsistência e o papel social e da terra a partir dessas relações. A partir da prerrogativa de que se pode falar em uma ‘nova agricultura’, é sinal de que o campo está em movimento e, portanto, não é um meio estagnado. Desta maneira, concordamos que é de suma importância:

[...] considerar as motivações culturais e sociais para a manutenção da atividade agrícola, tais como a manutenção de uma identidade social, a de um patrimônio familiar, de redes de solidariedade e de sociabilidade [...], é fundamental reconhecermos o papel da agricultura como fornecedora de alimentos para a própria família, talvez uma de suas funções mais vitais para grande parte da população rural pobre brasileira (CARNEIRO, 2006, p.183).

Apesar da aparência inicialmente simplista do campo, sobre a ótica de como o meio rural vem se desenvolvendo, ou ainda, a forma pela qual esse meio vem sofrendo as alterações advindas dos grandes centros, hoje, o “velho mundo agrícola” traz consigo a voz de uma necessidade, de emergência de um meio rural multifuncional, com maior diversificação econômica em meio a novas formas de produção e de subsistência (NUNES, 2012).

O meio rural, desta maneira, pode estar em sintonia com os seus sujeitos, a partir do momento em que na multifuncionalidade tenha espaço para as relações sociais, ou ainda, agregando “novos desafios na relação, na inter-relação e na dialogação não só entre o homem e a natureza, mas com todas as coisas existentes” (ZAMBERLAM; FRONCHETI, p. 07). Há uma necessidade humana, latente, sobre a questão de identidade. Uma ideia de pertencimento a um determinado lugar, como raiz social. Ou ainda, um contraste sobre dominação do campo, tanto pelas diversas formas de capitalismo, ou ainda, por meio das interferências dos grandes centros, o que podemos notar, hoje, são as alterações ocasionadas nas relações de trabalho:

[...], a rentabilidade da grande exploração rural [...] não tem relação necessária com a melhoria das condições de trabalho. [...] o objetivo da rentabilidade [...] seria prejudicado pela melhoria das condições de trabalho, pois essa melhoria importa necessariamente num aumento de custos de produção, e portanto na redução correspondente da rentabilidade. [...] o progresso técnico que objetiva maior rentabilidade, não pode constituir por si, fator de elevação do padrão de vida do trabalhador rural (PRADO, 1979, p.28,29).

O livro supracitado, *A questão Agrária*, trata da análise da questão agrária brasileira, partindo de questões sociais, englobando as mudanças ocorridas no país, incluindo-se, principalmente, a classe trabalhadora, tendendo para o discurso de uma economia colonial dependente, agrária e latifundiária, o que nos leva a refletir sobre como esse modelo visionário de desenvolvimento pautado sobre a exploração rural por artifício do capital de fato não tem feito com que haja melhorias nas condições de trabalho dos que permaneceram no campo. Verificamos que, na medida em que se observavam melhorias, aumentam-se os custos de produção o que deram margem para o atravancamento de pacotes tecnológicos, dos quais nem todos tiveram



condições de adequar e, portanto, não se refletem, necessariamente, no aumento da qualidade de vida do trabalhador rural.

A modificação das condições de trabalho no campo seria então um arranjo de fatores internos e externos relativos à dinâmica familiar, os quais aludem um sentido e significado ao recurso e práticas não agrícolas por parte da família de agricultores (CARNEIRO, 2006). O que Nagabe (2012) corrobora afirmando que tal fato não propicia diretamente um rompimento de experimentos vivenciados com as reproduções de ambientes, onde o homem de maneira suposta conviveria em consonância com a natureza.

As formas de concentração de trabalho e as atividades agrícolas nas áreas rurais, bem como as urbanas trazem um aspecto cada vez menos marcado por uma diferenciação de estrutura das atividades econômicas e sociais desenvolvidas nestas áreas. Podendo ser observado, com maior frequência, um aumento de residentes urbanos que passaram a viver no meio rural e mantiveram seus trabalhos nas áreas urbanas, seja por razões de custo de vida, de segurança, ou ainda, por uma questão de estilo de vida, o que nos mostra, uma maior propensão a escolher sua locação fora de grandes aglomerados urbanos (BALSADI, 2001).

Hoje, o que se pode observar é que a individualidade de cada sujeito vem como um propulsor de acesso às suas necessidades. Nessa perspectiva, “[...] a noção de ruralidade se vincula não somente à territorialização espacial ou à delimitação política de tais ambientes, mas, sobretudo, às características culturais e identitárias das coletividades e dos indivíduos pertencentes ao mundo rural, seu modo de viver, agir e pensar (NAGABE, 2012 p. 51)”.

Consequentemente, os aspectos culturais e de identidade estão sendo cada vez mais levados em conta quando se pensa no desenvolvimento de uma área rural, a terra e a agricultura não mais somente são vistas enquanto meio exclusivamente de produção de alimentos e, desta maneira, o processo de desenvolvimento a partir do modelo unicamente pautado no capital se enfraquece, ainda que, muitas vezes, o que ainda se vê, sejam concentrações de terra e de renda servidas para uma monocultura pouco variada, o que não corresponde, muitas vezes, aos anseios das populações das áreas rurais:

É possível estabelecer um novo tipo de propriedade da terra, produzir sem prejudicar a natureza, preservando as florestas e cuidar da vida das espécies; transformar os latifúndios em lugares agradáveis, bonitos e recompor as florestas, devolvendo a água aos córregos secos; estender para as comunidades próximas nossas conquistas; avançar nas relações pessoais e no aperfeiçoamento da democracia interna; [...] É isto que

entendemos por revolução cultural e acreditamos ser possível desencadeá-la para, de fato, não sermos apenas referência de força, mas também de alternativas, valores, virtudes e ternura. **O agrário para nós deve se transformar em agrado, agradável, para todas as espécies e para todos os seus descendentes** (BOGO, 2000, p. 68,69 - grifo nosso).

Identificamos desta maneira, um esforço maior de criação de um espaço social e também de preocupação sobre a conservação de uma identidade rural, tanto dos sujeitos do campo, como da sociedade em geral, ainda que com um viés histórico, que também pode ser percebido por meio da construção da natureza do pensamento humano (GEERTZ, 1978), onde as características sociais antecedem as formas de cultura, ou ainda os modelos de cultura que nos são impostos, e então, o que há, seria a modificação consciente e inconsciente do sujeito rural e das propriedades rurais.

Partimos da ideia de que o agrário deva então estar carregado de aspectos sociais, o novo cenário rural, trazido desta maneira, no capítulo, como panorama rural, podendo fazer união sobre essa nova identidade social, por meio de sua tradição e da memória.

## 2. Do Rural à Agricultura Orgânica

Eis que vos dou todas as plantas que nascem por toda a terra e produzem sementes, e todas as árvores que dão frutos com sementes: esse será o vosso alimento! Também dou a todos os animais da terra, a todas as aves dos céus, a todos os répteis da terra, e a todas as criaturas em que há fôlego de vida, todos os vegetais existentes, como mantimento e sustento! (BÍBLIA, Gênesis, 1: 29-30, p.17).

Seria para nós habitantes da Terra, irrefutável o direito de se viver e de permanecer nela. Direito esse que deveria atender a todas as pessoas e grupos que compõe uma sociedade, o direito à vida. O Estatuto da Terra, previsto a partir da Lei No. 4.504/64 em seu artigo 2º nos apresenta que “é assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista na lei”. No entanto, o que permeia a história do Estado Brasileiro são uma série de lutas, conquistas e revoltas para se desfrutar de um espaço para viver.

A função social da propriedade fora tomada por intenções capitalistas, de acúmulo de terras e de poder, estimulando uma insegurança de direitos por parte de todos, tantos os que vivem sobre áreas rurais ou ainda, urbanas.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 prevê a terra como um espaço de direitos ao homem, partindo-se da instituição de um Estado Democrático destinado a assegurar os direitos sociais e individuais, como a liberdade e a igualdade de justiça, pautados por meio da cidadania e da soberania alimentar e nutricional. Para o CONSEA (2015) significa uma garantia à soberania dos agricultores e agricultoras, extrativistas, pescadores e pescadoras, entre outros grupos, sobre sua cultura e também sobre os bens da natureza.

O direito à propriedade de terra está diretamente ligado aos direitos humanos, o que deveria assegurar o espaço social de todo o cidadão. Na prática, para além de terras que foram griladas<sup>5</sup> no Brasil, esse processo de aquisição de terras, muitas vezes se dá de forma hereditária, onde os direitos de uso das propriedades se passam por meio das gerações, o que acaba por engendrar grandes discrepâncias de acúmulo de poder e de terras. A partir desse ponto, o que podemos refletir é que não necessariamente quem herda uma terra fará o mesmo uso de seus ascendentes, razão pela qual hoje o que se vê, a título de exemplo dentro do rural, é o surgimento de uma produção que não agrícola, a qual contribuiu a um novo modelo do rural e de seu papel na sociedade, já discutido no capítulo anterior.

---

<sup>5</sup> Para este assunto, leia: “A grilagem de terras públicas na Amazônia brasileira” (BRASIL, 2006).

Com a distribuição de terras dentro desses modelos, avançamos que, os nunca tiveram propriedades, terão uma dificuldade maior de se enquadrar e de progredir dentro desse modelo capitalista. Esse modelo não igualitário resultou em lutas e revoltas por parte de uma população mais carente dessas justiça sociais. Seja rural ou urbano, o direito à propriedade, amparado pelo Estatuto da Terra, é uma função indispensável a qualquer ser humano, assim como o ar ou a água.

Ainda que o discurso capitalista tenha tendências a uma economia colonial dependente, agrária e latifundiária, existe ainda, “[...] uma íntima ligação entre agricultura e indústria; entre a vida rural e a sociedade como um todo; entre formas de produção e padrões de consumo; e entre estruturas tecnológicas e vetores globais, como as mudanças climáticas, [...] e a função de alimentação humana. [...]” (BUAINAIN et al., 2013, p.113). Desta maneira, a partir das transformações sociais ocorridas no campo, concordamos que:

Na consciência do homem comum, dá-lhe referências para compreender criticamente as transformações sociais de que se dá conta na corrosão de seu modo de vida e nas transformações sociais que o alcançam. Mas também como meio de orientação autodefensiva e transformadora de suas ações. [...] Alcança e transforma no marco dos valores da tradição, dos valores que humanizam a mudança social e lhe dão o sentido que pode ter na situação social de quem vive do que é peculiar e próprio da agricultura e do campo. O mundo rural pode ser cada vez mais moderno sendo ao mesmo tempo cada vez mais tradicional, isto é, reconstituindo e atualizando sua diferença como fonte de identidade e instrumento de afirmação e sobrevivência (MARTINS, 2014, p. 29).

Concordamos com os argumentos de José de Souza Martins, “o mundo rural pode ser cada vez mais moderno sendo ao mesmo tempo cada vez mais tradicional”, e, desta forma podemos reforçar o papel social das comunidades rurais, dotadas de costumes e de tradições, como o padrão alimentar, que, por vezes ultrapassa as delimitações espaciais, como força de representação e chega às áreas urbanas. Compreendemos as cidades como dependentes do meio rural para o consumo alimentar, este, objetivado na agricultura, que muitas vezes se porta com um papel dominante enquanto vetor da economia de um país.

O papel da agricultura dentro dos aspectos de direito à propriedade de terra na produção de alimentos ou de outros produtos de base, traz consigo a responsabilidade e a contribuição relacionada ao direito a uma segurança alimentar e nutricional. Essa segurança, por sua vez, também depende de políticas de consumo que pode vir traduzida a uma forma de mantimento de cultura e de hábitos alimentares distintos de cada grupo ou sociedade.

Neste trabalho, aliamos a ideia da segurança alimentar e nutricional também a aspectos da lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre aspectos da agricultura orgânica e dá outras providências, a qual considera como produção orgânica todos os agricultores que adotam normas técnicas específicas dispostas na lei, atenuando-se a recursos naturais, o respeito às comunidades rurais e sociais. Neste contexto, para a lei:

Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (BRASIL, 2003).

O movimento que concerne à produção da agricultura orgânica existe desde o final do século 1919, nascido na Europa, tinha como finalidade uma alimentação mais natural com objetivos de se proporcionar uma vida mais saudável para as pessoas, baseando-se, inicialmente, em rotação de culturas, em esterços de origem animal e adubação verde. Na década de 1920, o conceito foi tomando forma, passando, naquele momento a ser entendido como um modo alternativo ao modelo convencional de produção de agricultura, nos induzindo a refletir sobre uma produção mais ecológica, em consonância com a natureza, consolidando perspectivas que se harmonizassem aos produtos socialmente justos, respeitando os limites naturais necessários ao meio ambiente.

Para tanto, cabe dizer que a produção de agricultura orgânica traz consigo um comprometimento cultural, social e humano que vão além de conteúdos meramente econômicos. O discernimento sobre o cultivo da agricultura orgânica, segundo a Lei, estaria pautado nas finalidades do sistema de produção orgânico, relacionando-se a uma oferta de produtos alimentares, que por sua vez deveriam estar isentos de agrotóxicos, tanto por questões da saúde humana, quanto para a preservação do solo e do meio ambiente. No tocante a questão social, propiciando o incentivo e a integração entre os produtores orgânicos de forma regional.

Neste ponto, concordamos que os consumidores estão engajados como agentes de mudanças ecossociais de uma forma positiva, e isso lhes confere a habilidade de ‘fazer a

diferença', onde, destarte, o ato de consumir, e, portanto, da escolha por esses produtos ficaria impregnado com novos valores: o consumo, desta maneira, se tornaria um instrumento de desenvolvimento ecológico e social (Goodman e Goodman apud SOUZA, 2006), o que poderia desta maneira, alterar as condições tanto do meio rural, quanto dos trabalhadores da área, onde os produtos da agricultura orgânica evidenciariam, desta maneira, uma influência maior e um modo de sensibilização de uma maior conscientização sobre a importância desse tipo de agricultura para a sociedade.

A liberação sobre a comercialização dos alimentos advindos da produção da agricultura orgânica, no Brasil, entretanto, somente foi regulada quatro anos após a instauração da referida Lei, ocorrida por meio do Decreto nº 6.323, de 27 de Dezembro de 2007, o qual estabelecia normas e medidas relativas à qualidade dos alimentos orgânicos produzidos, bem como de seus processos de cultivo, como por exemplo, a acreditação, procedimento realizado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Inmetro, cujos objetivos tem fins de avaliação da conformidade dos produtos, bem como a validação da certificação orgânica.

A partir dessas circunstâncias, concordamos que se perdura uma problemática envolvendo a possível existência de conflitos avaliativos em alguns aspectos, como a definição de qualidades específicas que abrangem a produção de alimentos advindos da agricultura orgânica, sobre os meios utilizados para sua medição enquanto parâmetro de qualidade, ou ainda, sobre as formas de como as normas são implementadas (FLEXOR, 2005). No artigo 4º do Decreto, há um amparo no que concerne à demanda social envolvida relativa à produção de alimentos orgânicos, como o respeito sobre a relevância de se manter a tradição e a cultura, principalmente quando ocorridos em comunidades locais tradicionais. Para a comercialização desses produtos, por sua vez, ficou instituída sua identificação por intermédio de um selo único, padronizado em todo o território nacional, o qual é gerido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

No Brasil, tem-se conhecimento sobre uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN que se constituiu determinação legal da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN nº 11.346/06 que dialoga com o conceito de agricultura orgânica por possuir objetivos estratégicos na busca de ações e políticas públicas pelos princípios da soberania alimentar e o direito à alimentação adequada. O que nos traz reflexões no que diz respeito à necessidade do acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidades nutricionais suficientes a todos, como um direito humano, como também faz sobre outras

necessidades essenciais que respeitem a diversidade cultural e ambiental, propiciando a essas, uma desenvoltura mais socialmente sustentável:

O modelo de produção e consumo de alimentos é fundamental [...], pois, **para além da fome, há insegurança alimentar e nutricional sempre que se produz alimentos sem respeito ao meio ambiente, com uso de agrotóxicos [...], que conduzem ao consumo de alimentos que fazem mal a saúde ou que induzem ao distanciamento de hábitos tradicionais de alimentação.** [...] demanda ações intersetoriais de garantia de acesso à terra urbana e rural e território, de garantia de acesso aos bens da natureza, [...], do fortalecimento da agricultura familiar e da produção orgânica e agroecológica, da proteção dos sistemas agroextrativistas, [...]. (CONSEA, 2015, s/n. – grifo nosso).

Compreende-se, desta maneira, a existência de uma função social na arte de se produzir alimentos, luz a uma responsabilidade com o desenvolvimento biológico do planeta. A utilização de terras pela agricultura traz então seus efeitos, tanto benéficos, quanto prejudiciais. Benéficos no que corresponde ao resguardo de características fundamentais à sociedade rural, seja ela com a produção de alimentos ou o direito ao usufruto dos espaços naturais. Quanto prejudiciais, como mudanças climáticas, desertificação de áreas naturais, qualidade da água e poluição. Dados do Ministério do Meio Ambiente no Brasil, que surgiram após os debates no Seminário "diálogos setoriais sobre o controle e regulação de agrotóxicos e biocidas", apontam que:

O comportamento do agrotóxico no ambiente é bastante complexo. Quando utilizado um agrotóxico, independente do modo de aplicação, possui grande potencial de atingir o solo e as águas, principalmente devido aos ventos e à água das chuvas, que promovem a deriva, a lavagem das folhas tratadas, a lixiviação e a erosão. Além disso, qualquer que seja o caminho do agrotóxico no meio ambiente, invariavelmente o homem é seu potencial receptor (BRASIL, 2014).

O que se tem hoje é uma maior sensibilização frente aos recursos naturais e esta, diretamente ligadas às responsabilidades ambientais e de uma soberania alimentar e nutricional voltada à defesa e ao respeito dos diversos grupos sociais dos quais fazem parte do contexto nacional.

A Segurança alimentar era aliada, inicialmente, à ideia sobre a capacidade de se produzir alimentos de forma a não se ficar vulnerável. Essa discussão, que se encontra em constante construção, foi iniciada na Europa durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e também em um período pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Esse conceito, no entanto, somente entra como forma de notoriedade com a inserção da Organização das Nações Unidas – ONU, em 1945

nas discussões, contribuindo com a compreensão de que o conceito de segurança alimentar foi hegemonicamente tratado como uma questão de insuficiência da disponibilidade de alimentos, onde “no seio das recém-criadas organizações intergovernamentais já se podia observar a tensão política entre os organismos que entendiam o acesso ao alimento de qualidade como um direito humano [...] garantida por mecanismos de mercado [...]” (LEÃO, 2010, p.5). Também era tida como estratégia militar, mas essa mesma produção de alimentos, pensada em monoculturas em larga escala correspondia, não obstante, a uma fragilidade vida material e econômica, realidade de diversos países, e singularmente, em áreas rurais, onde foram moldadas a partir de um processo colonizador cuja função econômica se restringia tão somente à produção de excedentes alimentares para exportação.

Esse modelo condescendeu um sistema produtivo assentado na grande propriedade da terra, o que era, e ainda é, em grande parte, risco mundial. E que, desta maneira, “a ameaça aos ecossistemas das comunidades tradicionais se torna crítica no momento em que a conservação *in situ* dos recursos genéticos é reconhecida como decisiva para a preservação da biodiversidade. [...]” (WILKINSON, 2003, p.77,78). A agricultura, à vista disso, transformou-se uma visionária ponte para o crescimento da economia.

A indústria de consumo se manifesta por uma simbologia multifacetada, estando aliadas ao mercado, por meio do consumo, como por meio de políticas públicas. Seus principais produtos e mercadorias dentro desse processo de industrialização se dão a partir de um modelo civilizatório que pode se repercutir na alimentação, como similarmente, podem estar associados a uma sensação de necessidade, as quais podem aludir a novas propagações de mercado, atenuando-se, desta maneira, a um novo ciclo de consumo, ou, partindo-se ainda, de uma sensação de:

[...] demanda existencial. É um sintoma de necessidades e de atividades cujo conteúdo civilizacional ainda não está decifrado em toda a sua profundidade, na medida em que ele somente é definido pelo mesmo paradigma de antigamente, ou seja, aquele da economia. No entanto, esta revolução silenciosa, interpretada por novas aspirações cujo sentido foge ao reducionismo, estabelece a utilidade que tem a análise econômica de se abrir às outras ciências do homem e à pluralidade das culturas humanas (ZAQUAL, 2008, p.69).

A partir da demanda existencial que permeia também uma necessidade de ascendência cultural, as sociedades trazem no papel de identidade o ligamento com as suas origens históricas.



Desta maneira, entrevemos o papel do processo civilizatório na formação da cultura. Sobressaltamos, entretanto, que “situações de intensa mudança social diminuem o valor das experiências, posto que o passado deixa de ser referência básica e única para o comportamento e referência de continuidade social” MANCUSO (2007, p.1-2), essenciais para o desenvolvimento de uma tradição. Deste modo, atentamos sobre a importância de se fazer uma reflexão a partir do caráter social envolvido neste processo de formação de cultura, levando em conta o papel que o alimento pode ter enquanto resguardo cultural, como também de identidade.

Desta maneira, a partir da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que se teve como tema “Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar”, chegamos a uma associação desses processos quando observamos um compromisso mais amplo, no qual inferem também questionamentos de segurança e soberania nutricional, sendo estas, interpretadas como formas de garantias do direito ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, tendo como base práticas alimentares saudáveis e incorporando o acesso a necessidades essenciais e em bases, as quais chamamos aqui, de sustentáveis.

Consideramos, no entanto, e apontamos como crítica, a fragilidade existente nesse sistema de adoção dos conceitos que acerbam a soberania alimentar no Brasil, principalmente em aspectos que regem sobre a permissão de uso de defensivos químicos<sup>6</sup>, que são, muitas vezes, nocivos à saúde. Temos a impressão de que se ainda vive dentro de um padrão imposto de consumo, nele, pode-se observar uma mecanização do homem e dos animais:

[...], deve-se registrar que a forma de intervenção do Estado brasileiro na década de 1990 cumpriu integralmente os ditames gerais da ordem econômica mundial, mesmo que a oferta de crédito agrícola tenha sido reduzida em alguns períodos em função da crise econômica. Naquele período foi promulgada a Lei de Patentes, a Lei de Cultivares, [...]. Isso tudo efetivamente se traduziu em uma forte intervenção do Estado em favor do capital produtivo nacional e internacional, cujo epicentro são os grandes conglomerados da indústria química e das multinacionais que dominam o mercado mundial de sementes. Nesta lógica, **registra-se, ainda, a reclassificação de produtos agrotóxicos, permitindo o uso no Brasil de muitos produtos com toxicidade elevada** que são proibidos em várias partes do mundo (MATTEI, 2015, p.119 – grifo nosso).

---

<sup>6</sup> A complexidade da avaliação do comportamento de um agrotóxico, depois de aplicado deve-se à necessidade de se considerar a influência dos agentes que atuam provocando seu deslocamento físico e sua transformação química e biológica. As substâncias sofrem processos físicos, ou químicos ou biológicos, os quais podem modificar as suas propriedades e influenciar no seu comportamento, inclusive com a formação de subprodutos com propriedades absolutamente distintas do produto inicial e cujos danos à saúde ou ao meio ambiente também são diferenciados (BRASIL, 2014).

A intervenção do estado em relação ao capital produtivo fora então precursora da Lei de Cultivares, de número 8.661/93 que descontava 8% do imposto de renda devido para aplicação em pesquisa, a qual foi revogada pela Lei nº 11.196, de 2005, que agora atribui em seu Inciso VI redução à zero da alíquota do imposto de renda retido na fonte nas remessas efetuadas para o exterior, destinadas ao registro e manutenção de marcas, patentes e cultivares.

De acordo com Teixeira (2013), durante o Governo do presidente do Fernando Henrique Cardoso, em atos do Ministério da Agricultura, foram permitidos o aumento do uso de herbicidas sem a presença de fiscalizações incisivas. Medida essa, crucial, que serviu como aporte para a aprovação do uso de transgênicos no Brasil, por meio da Lei de Biossegurança, dados esses que tornaram o Brasil o país com maior volume de aplicação de venenos na agricultura mundial<sup>7</sup>.

A Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, a Lei de Biossegurança, entra como medida de tentar retificar e ordenar o uso desses defensivos químicos no Brasil trazendo regulamentos, também estabelecendo normas de segurança e de mecanismos de fiscalização e controle sobre organismos geneticamente modificados (transgênicos). Esta lei, ainda que “tendo como diretrizes o estímulo ao avanço científico na área de biossegurança e biotecnologia, a proteção à vida e à saúde humana, animal e vegetal, e a observância do princípio da precaução para a proteção do meio ambiente” (BRASIL, 2005) têm seus efeitos na saúde humana e no meio ambiente, ainda desconhecidos.

A partir desta leitura é possível afirmar que o debate sobre os usos da terra é de extrema relevância para o desenvolvimento rural do Brasil, porque, temos conhecimento de que a “[...] intensificação da produção, apoiada no uso de sementes melhoradas, insumos industriais, máquinas, água e gestão produtiva, submetidos à racionalidade econômica, não foi neutra, do ponto de vista social, e nem inócua, do ponto de vista ambiental [...]” (BUAINAIN et al., 2013, p.112). Esse fato deixa lacunas nas análises avaliativas e interpretativas, uma vez que questões sociais e ambientais também foram deixadas de lado, principalmente na questão do uso desordenado de defensivos químicos.

---

<sup>7</sup> Os agrotóxicos são considerados extremamente relevantes no modelo de desenvolvimento da agricultura no País. O Brasil é o maior consumidor de produtos agrotóxicos no mundo. Em decorrência da significativa importância, tanto em relação à sua toxicidade quando à escala de uso no Brasil, os agrotóxicos possuem uma ampla cobertura legal no Brasil, com um grande número de normas legais (Brasil, 2014).

O impacto negativo de uma produção baseada em um padrão técnico e organizacional é também fruto desse então, desenvolvimento, ou por assim dizer, do processo idealizatório de aumento da produção agrícola no mundo, por meio do uso intensivo de insumos industriais, mecanização e redução do custo de manejo, advindos da década de 1970, do movimento então denominado de Revolução Verde, o qual se constituía na criação de pacote tecnológico de insumos, composto de sementes melhoradas, sistemas de irrigação, maquinários modernos e agrotóxicos. O qual se iniciava a partir da argumentação de rendimentos culturais dentro de um contexto político favorável à regulação do mercado, ainda que:

Essa crescente consciência ambiental tem reflexos importantes sobre a agricultura e a ocupação do espaço rural. Houve um despertar para as relações entre o meio ambiente e o padrão de agricultura dominante na maioria dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Esse padrão, estilizado como agricultura industrial ou agricultura convencional, é associado (de forma equivocada) à chamada Revolução Verde e se caracteriza pela prevalência da monocultura, uso intensivo de insumos químicos, sementes e mudas melhoradas, mecanização e redução da mão-de-obra (BUAINAIN, 2006, p. 40-41).

O imperativo uso de defensivos químicos, em sua prática, nos trouxe como consequência a diminuição da biodiversidade biológica e genética e os efeitos sobre a segurança alimentar e nutricional também ficaram fragilizados, uma vez que, principalmente, houve uma transição da agricultura de subsistência, muitas vezes, familiar, para uma agricultura orientada para a exportação ou ainda, de fins de produção para uma alimentação para animais.

A esse tipo de agricultura, permeado a partir da revolução verde, e com o surgimento de créditos rurais para os grandes exploradores, gerou uma fragilidade no campo para os pequenos agricultores, que não puderam prosseguir nessa dinâmica, o que ocasionou em disparidades sociais, econômicas e regionais, bem como uma aceleração do êxodo rural. Para Pires (2003), o veneno aparece nas comunidades rurais como sendo uma barreira de crescimento para o povo, sendo então visto como o fruto proibido.

Começamos desta maneira, como forma de embate, a indagar sobre uma ideia de desenvolvimento rural durável, conhecido popularmente como desenvolvimento sustentável, o qual englobaria uma gama de questões ambientais, econômicas e socioculturais ligadas à agricultura e nos permitiria uma maior compreensão sobre como se dão as interações entre a agricultura e o uso de terras, seja por vias alimentares ou não.

O que nos leva a refletir, desta maneira, sobre uma “intencionalidade ecológica” objetiva e subjetiva que versa sobre essa questão desses sujeitos do campo, onde “a produção de sementes agroecológicas, ou seja, sem o uso de agrotóxicos e nem adubos químicos, significa uma (verdadeira) revolução cultural no campo, estabelecendo um novo tipo de propriedade da terra: a que produz sem prejudicar a natureza, preservando as florestas, a vida das espécies” (PIRES, 2003, p.69).

Avançamos dessa maneira, sobre a ideia de que os alimentos são moldados e socialmente construídos, no sentido de que se planta a partir de uma determinada cultura, estilo ou modo de vida, onde os gostos também os são, ambos moldados social e culturalmente, por meio de uma cultura alimentar do meio em que se vive. O que para Bourdieu (2007), essa construção social seria então representada pela forma e sobre quais alimentos estão sendo consumidos, variando segundo as categorias de agentes, segundo os locais aos quais elas se aplicam, sejam elas, por práticas sociais ou ainda, por uma origem social, que chamamos aqui, de identidade.

A partir dessas representações, onde o homem é o epicentro social do discurso na formação de identidade, damos então início ao surgimento da noção de agricultura vinculada à questão alimentar:

O homem renunciaria a seu papel de caçador ao iniciar o cultivo da terra há cerca de 10 mil anos. A agricultura nasceu quando ele se absteve de consumir parte dos grãos colhidos e os enterrou para que germinassem e se multiplicassem. [...] O início das civilizações está intimamente relacionado com a procura dos alimentos, com os rituais e costumes de seu cultivo e preparação, e com o prazer de comer (FRANCO, 1995, p.16,17).

Salientamos dessa maneira que a construção social do homem passa, obrigatoriamente, pela agricultura e que, ainda toca questões de identidade, cultura e memória, haja vista a ideia de que se (re)produzimos o conhecimento, (re)produzimos a cultura e o gosto, desde sua origem, então, a agricultura nasce e renasce a partir do olhar ao passado.

A construção social, nesses aspectos, também passa por intermédio de uma forte influência da tradição familiar, onde “estabeleceu-se que ter uma identidade equivalia a ter uma nação, uma entidade espacialmente delimitada, onde tudo aquilo compartilhado pelos que a habitam – língua, objetos, costumes – os diferenciaria dos demais de forma nítida” (CANCLINI, 2006, p. 115) onde, a partir deste ponto, podemos alcançar que a memória coletiva e a memória social se envolvem por gerações.

Pensar, desta maneira, sobre uma trajetória que vai do rural até a agricultura orgânica, seria um meio para reconhecer como as relações da agricultura são essenciais para a construção do sujeito social. A alimentação, dessa maneira, adquire papéis culturais e afetivos, bem como políticos. Aportam relações com o que se é consumido partindo-se da forma como esses alimentos foram cultivados, exercendo, desta maneira, uma forma de soberania alimentar nutricional amparado como direito à sociedade, como podendo, a partir dessa maneira, ter o poder de escolha sobre o que se come, também, sobre o que se compra, tendo, desta maneira o real direito ao acesso a alimentos que não sejam geneticamente modificados.

Deste modo, salientamos uma intencionalidade social que envolve a produção orgânica, aludindo-se a alimentos dos quais se sabe exatamente o que são, atrelando-se a ideia de que há uma maior fiscalização em torno desses produtos em relação aos alimentos advindos da agricultura convencional, tradicionalmente produzidos em monocultura.

Trazemos então a reflexão sobre a questão da naturalidade que envolve os produtos orgânicos, naturais na medida em que esses alimentos, em uma relação simbiótica, se alimentem dos próprios vegetais que nutrem a terra por meio de uma rotação de culturas. Bem como a preocupação dos atores desse meio rural, sobre as relações de uma produção mais próxima ao bem estar dos animais, possibilitando, portanto, uma comunidade mais justa para todos.

Esse tipo de agricultura também abrange meios de preservação cultural em relação às tradições, como também para o reforço de uma soberania e a segurança alimentar e nutricional dos povos, trazendo então à tona e dando importância nutricional e social a alimentos cultivados nos quintais de muitas casas, muitas vezes negligenciados<sup>8</sup> pelos sistemas agroalimentares, como as Plantas Alimentícias Não Convencionais – PANC's, consideradas, muitas vezes como mato pela maioria das pessoas, pela não divulgação de suas funções alimentares.

A agricultura orgânica, neste ponto, pode ser considerada, a partir dessa prerrogativa, como uma alternativa de se produzir alimentos sociais, e se sociais, com intenções de nutrir que adentrem questões de sustentabilidade no campo, tanto para o agricultor, tanto para o produto em que se pretende ser consumido, como para a sociedade.

---

<sup>8</sup> Os dados da Organização para Alimentação e Agricultura das Nações Unidas mostram que: Embora as pessoas consumam aproximadamente 7.000 espécies de plantas, apenas 150 dessas são comercialmente importantes e cerca de 103 espécies perfazem 90 por cento das culturas alimentares no mundo. Três culturas - arroz, trigo e milho - perfazem 60 por cento das calorias e 56 por cento das proteínas derivadas de plantas. O gado também está a sofrer uma erosão genética (FAO, 2003).

Deste modo, entendemos que a produção orgânica é mais do que uma forma de produzir, é todo um modo de vida que advém do campo e para ele retorna, seja com uma preocupação social, seja com uma intenção de preservação do planeta. Esse tipo de produção pode ser interpretado como contemporânea por muitos, mas é raiz para muitos agricultores.

### 3. Gastronomia e Agricultura Orgânica

Se conservam distintas e classificadas todas as sensações que entram isoladamente pela sua porta. Por exemplo: a luz, as cores e as formas dos corpos penetram pelos olhos; todas as espécies de sons, pelos ouvidos; todos os cheiros, pelo nariz; todos os sabores, pela boca. Enfim, pelo tato entra tudo o que é duro, mole, quente, frio, brando ou áspero, pesado ou leve, tanto extrínseco como intrínseco ao corpo (SANTO AGOSTINHO, 1996, p.267).

A história da culinária remonta a ideia de se preparar alimentos, é então parte formadora de cultura de um meio, tanto como forma de representação de um grupo, quanto como reprodução social, o que para Brillat-Savarin (2015) pode ainda servir como aporte para se compreender o destino de uma população a partir da forma como elas se alimentam. Portanto, a culinária, e então, cozinhar, pode ser entendido como um modo de conexão com o entorno, de oferecer, de agradecer e de ser generoso (CAROSELLA, 2016), pode servir como ponte de entendimento de como se dão as representações de cultura pelo artifício da reprodução da comida, desta maneira, em se pensando em uma evolução da agricultura, parte de uma intenção de se verificar como se dá o processo alimentar, tem-se que:

Em primeiro lugar a **culinária**, que nos remete ao conjunto de transformações materiais por que passam as matérias-primas alimentares até serem consumidas, incluindo tecnologias, tabus alimentares etc; em segundo lugar, a **gastronomia**, entendida como aquele procedimento comparativo que indica as melhores formas de tratamento de um determinado produto, dentro de uma determinada sociedade ou grupo com uma configuração de gosto particular; em terceiro, a **gastronomização**, que é a projeção dos valores associados à gastronomia no território do marketing e demais argumentos de venda de um produto alimentar (DÓRIA, 2015, s/n.).

Associamos, então, a ideia dessa preparação de alimentos, ou ainda, dessa cultura culinária como signo de distinção social. Permeiam às aspirações tecnológicas no sentido de se produzir o alimento, ou ainda, sobre sua forma de manipulação, seja ela, por intermédio de descobertas científicas, ou ainda, sendo pautadas sobre as características de um produto como sendo bom ou ruim para a saúde. A ciência nos aponta repetidas vezes alimentos como vilões e mocinhos, por vezes contraditórias. A intenção em que pretendemos dar aos alimentos recorre a partir da aceitação pelo corpo de determinados produtos e a recusa de outros, no desvelar da evolução de nossa espécie. Desde modo, concordamos que o ato de comer, portanto, pode ser um

ato político (CAROSELLA, 2016), principalmente se tidos enquanto atividade de transformação, fisiológica ou socialmente falando.

Fazemos então um paralelo com o termo gastronomia, o que para Brillat-Savarin (2015) se dá por intermédio de um ato social de julgamento, pelo qual escolhemos o que comer pelo paladar, dando preferência aos alimentos que incitam o apetite em uma recompensa de prazer. Se pauta sobre o prazer de fazer e o prazer de comer. O que para nosso entendimento, entretanto, se dá mais sobre a forma técnica de preparo de alimentos do que o ato social de se alimentar em si:

O príncipe de Soubise resolveu um dia dar uma festa; ela devia terminar com um jantar, e o príncipe exigiu o cardápio. O maître apresentou-se de manhã cedo com um cartão ornado de vinhetas, e o primeiro item sobre o qual o príncipe pôs os olhos foi o seguinte: *cinquenta pernis de porco*. "Bertrand", diz ele, "não estás exagerando? 50 pernis de porco! Queres regalar todo o meu regimento?" "Não, meu príncipe, apenas um aparecerá na mesa; mas preciso dos restantes para meu molho ferrugem, meus caldos, minhas guarnições, meus..." "Estás me roubando, e este item não passará." "Ah", diz o artista, mal contendo a cólera, "o senhor não conhece nossos recursos! Ordene, e **farei com que esses cinquenta pernis de porco aos quais se opõe entrem num frasco de cristal não maior que meu polegar**" (SAVARIN, 2015, p.60 – grifo nosso).

Por assim dizer, entendemos o conceito de gastronomia enquanto um rebuscamento de técnicas culinárias, que vem se modificando com o tempo e se tem levado mais em conta questões sobre os sentidos humanos em que pode ser capaz de aguçar, como a visão, a audição, o olfato, o tato, o gosto. "E se o *gosto*, que tem por finalidade a conservação do indivíduo, é incontestavelmente um sentido, com mais razão ainda deve-se atribuir esse título aos órgãos destinados à conservação da espécie" (SAVARIN, 2015, p.34). Seria então possível, por meio da fisiologia do gosto, e então, da comida, viajar por entre décadas de memórias e lembranças, possibilitando, assim, a percepção de como o hábito do presente pode se dar por meio de uma reprodução.

Desta maneira, a gastronomia vem reforçando o poder que todos esses sentidos, trazidos à luz da memória afetiva podem ser capazes de alcançar.

Brillat-Savarin (2015) nos aponta as diferenças obtidas nesse processo fisiológico nos últimos séculos, onde a esfera do gosto tomou proporções importantes, como por exemplo, a descoberta do açúcar, que nos transmitiram sabores de uma natureza desconhecida. E então, a partir desse ponto o paladar servir como mecanismo de partilhar uma experiência, ou ainda, uma



existência. Sendo, desta maneira, o gosto, interpretado como uma ponte de crescimento, desenvolvimento e conservação do indivíduo e de seus hábitos alimentares.

Henri Bergson (2015) nos elucida, no entanto, que a história da evolução da vida, ainda que esteja em desenvolvimento, nos faz refletir sobre como a inteligência se constituiu a partir de um progresso ininterrupto ao longo de uma linha, que passa pelos vertebrados até se chegar ao homem, nos ensinando que a partir da faculdade de se compreender, existe um anexo da faculdade de agir, como uma forma de adaptação cada vez mais precisa, complexa e flexível, da consciência dos seres vivos em detrimento às condições que lhes são impostas. Criando-se, portanto, a partir da faculdade de agir, a cultura alimentar e os hábitos alimentares de uma determinada sociedade como forma de expressão de um povo, intrínseca a cada grupo ou classe social.

“Ela (a gastronomia) considera também a ação dos alimentos sobre o moral do homem, sobre sua imaginação, seu espírito, seu julgamento, sua coragem e suas percepções, esteja ele desperto, ou durma, ou aja, ou repouse” (SAVARIN, 2015, p.58). O que nos traz na comida, uma gama de intencionalidades de se fixar uma tradição, seja por meio dos hábitos alimentares ou ainda sobre o modo de agir e de pensar de um determinado grupo com relação à questão de pertencimento oriunda de acontecimentos vividos tanto pelo sujeito ou pelo grupo, relacionando-se a um “saber-fazer” que pertence às especificidades àquele ou aquele determinado grupo.

A forma de manipulação de produtos tomaram rumos diferentes na história da culinária. Produtos antes tidos como populares ganharam importante papel dentro desse cenário gastronômico, porque, afinal, “nunca é demais insistir na nobreza da vida quotidiana” (MAFFESOLI, 2005, p.63-64). A partir daí, fala-se de uma valorização do simples, onde “consumir o popular também é parte do que se considera gastronomia, pois realça o convívio com a diversidade, valor em alta no mundo contemporâneo e revela uma habilidade de lidar com o diferente” (COLLAÇO, 2012, p.212). Desta maneira, o simples passa então por um processo de sofisticação gastronômica e ganha representação, tanto gustativa, quanto financeira.

A comida, desta maneira, poderia servir de suporte a uma ação da cultura sobre o alimento, entretanto, poderia engendrar mudanças, como a distância do alimento em relação à natureza, na medida em que essa transformação adquirisse maior complexidade (COLLAÇO, 2014). Aprendemos que o nosso alimento, também se alimenta e que o papel do cozinheiro, da

cozinha, nos revela processos que são interligados, como hábitos, cultura, religião, história, tradição e memória:

Vou dar um exemplo do que entendo por gastronomia. Se vamos à Bahia, encontramos dez barraquinhas em uma praia. Uma delas faz peixe frito melhor do que as outras. Isso acontece devido à execução adequada de uma série de etapas. Provavelmente, o dono dessa barraca levantou cedo, limpou o peixe corretamente e acondicionou-o em uma geladeira. Depois, aqueceu o óleo na temperatura certa, temperou bem o peixe, fritou durante o tempo correto, colocou em um bom prato, acompanhou de bons ingredientes e outra pessoa tirou aquele prato da cozinha e serviu na mesa do cliente (ATALA, 2013, p.136).

Nas narrativas de histórias de vida, podemos observar esse traço comum, o trabalho não formal na produção de comida, onde um saber não convencional pode expressar conhecimentos acumulados com a arte culinária (SANTOS, 2011). Com o retorno da significação dos alimentos cotidianos e populares, criou-se uma tendência maior das pessoas voltarem a cozinhar em casa, etapa essa que fora deixada para trás em um período pós-revolução industrial. Esse feito também se deu com influências de programas de televisão que ganharam espaço com disputas culinárias, como o MasterChef, surgido em meados da década de 1990 e popularizado no ano de 2005 com um formato mais performático dos participantes, afim de se obter maior audiência. Teve seu lançamento no mercado brasileiro no ano de 2014. Como também em outros programas televisivos, formadores de uma cultura alimentar.

O feito sobre a tendência de retorno à cozinha sugeriu uma preocupação maior com os produtos que seriam utilizados, sejam por questões de paladar, de qualidade ou ainda, econômicas. O ato de cozinhar pode possibilitar uma confiança maior sobre o que se come, onde então se tornariam reais, elementos de uma prática de segurança alimentar nutricional, ao passo que, a partir desse momento começa-se a ser repensado o papel dos alimentos, da cozinha e da gastronomia, como um ambiente não mais separado por classes sociais, quando o que se come está sobre as vistas de quem vai prepará-lo. A cozinha conquista os papéis sociais e políticos, detendo importantes poderes sobre os alimentos em que serão preparados, também sobre a forma como se são utilizados os produtos, estas, que vão além de formas técnicas, parte-se daí, sobre a realocação da importância social do papel do sujeito na cozinha, seja por meio de saberes culturais, familiares ou por questões de reprodução de suas memórias gustativas.

Uma solução para essa transformação é apontada por Dan Barber (2015). O Chefe de Cozinha nos enfatiza que seria fundamental um novo olhar sobre a definição de um jantar refinado para que, desta maneira pudéssemos notar a forte expressão que uma comida trivial pode representar, pois acredita que não existe maneira desse movimento acontecer se não partir de uma “culinária real”. O autor utiliza a expressão “culinária real” com intenção de se afirmar sobre a necessidade de se conhecer o que se come, pelo ato de cozinhar, e que o desafio sobre uma revolução social na cozinha está diretamente ligado à arte de cozinhar, afirmando que esta é uma das razões de que sempre volta à cozinha.

Desta maneira, podemos sugerir que a apreensão sobre o desenvolvimento da culinária se deu também a partir de critérios sobre a evolução do homem e que para se compreender o momento presente se faria necessário remontar ao início da história da culinária e de todos os seus processos. Quando pensamos, por exemplo, na civilização ocidental, percebemos que esta se foi baseada no trigo, onde os grãos representariam algo significativo em relação ao consumo humano (BARBER, 2015). A cozinha então toma seu lugar enquanto processo civilizatório.

A representação da manifestação da vida pela simbologia do trigo e do pão já é conhecida, fruto, inclusive de narrativas da literatura, tendo também, o pão, sendo visto como uma relação de tempo passado, existindo a partir do tempo, na “mesa antiga: existiu primeiro uma terra propícia, existiu depois uma árvore secular feita de anos sossegados, e existiu finalmente uma prancha nodosa e dura trabalhada pelas mãos de um artesão dia após dia; [...], na semente que germina, nos frutos que colhemos, no pão em cima da mesa, [...]” (NASSAR, 2014, p.52).

Tem-se conhecimento sobre a origem do símbolo da comida por meio de inscrições e gravuras. Por meio dos inscritos na tumba de Senet, o trigo e o pão, aparecem como elementos de busca e reafirmação do passado, traz a mulher enquanto manifestação da vida, representado pelo saber-fazer do pão (figura 1). O pão, de acordo com Pires (2003) não estaria ali representado em sua dimensão orgânica, mas uma forma pela qual se transcende a materialidade, que alude a elementos simbólicos. Desta maneira, a partir dessa múltipla representação do trigo, que passa de seu estado natural, selvagem a uma dimensão simbólica e social de pão, como forma de cultura, memória e de história, podemos sugerir, que as inscrições de arquétipos em tumbas no período egípcio, sendo indicada pela figura feminina, nos aludam a uma forma de representação da vida sendo gerada. Como aponta Sitwell (2015, p.13):

Figura 1: Preparo de pão retratado em um mural da tumba de Senet, em Luxor



Fonte: Sitwell (2015, p.13)

Como já se é conhecido culturalmente, “quase todas as tumbas eram para homens, mas a tumba de número TT60 em Tébas é a Senet. É a única de uma mulher datada do período egípcio do Médio Império, entre 2055 e 1650 a.C.; [...] Além das imagens de caça, aragem e semeadura, há representações indicando a produção de pão” (SITWELL, 2015, p.11). Embora a questão de gênero não seja um de nossos objetivos no trabalho, enfatizamos a importância no que se refere a força da representação da mulher<sup>9</sup> na sociedade, bem como a importância de seu papel enquanto substrato de memória.

<sup>9</sup> Como ponto de partida de uma teoria social do gênero, entretanto, a concepção universal da pessoa é deslocada pelas posições históricas ou antropológicas que compreendem o gênero como uma *relação* entre sujeitos socialmente constituídos, em contextos especificáveis. Este ponto de vista relacional ou contextual sugere que o que a pessoa “é” – e a rigor, o que o gênero “é” – refere-se sempre às relações construídas em que ela é determinada. Como fenômeno

“[...] os que viram os murais atestam seu poder avassalador: ‘estamos diante de representações excepcionais da verdadeira culinária do Médio Império’, escreveu o egiptólogo Thierry Benderitter ao vê-la na década de 1970” (SITWELL, 2015, p.11). Ressaltamos, deste modo, que “ser mulher constituiria um ‘fato natural’ ou uma performance cultural, ou seria a ‘naturalidade’ constituída [...]” (BUTLER, 2003, p. 8-9), ainda que o autor ressalte que “o fato de ela ter recebido seu próprio hipogeu, ou uma tumba subterrânea privada, atesta a importância de Antefoqer” (SITWELL, 2015, p.11). Não se sabe ao certo, se Antefoqer era seu filho ou seu marido. Então, por meio do simbolismo do pão, aqui representado por meio da figura feminina de Senet, representada pelo moer dos grãos em um pilão e que faz parte hoje do cotidiano de grande parte do mundo, sustenta-se a importância da representação da mulher na sociedade.

Essas confecções de alimentos se davam, muitas vezes, em grupo, “enquanto muitos sovam a massa pisando-a ou misturando-a com as mãos, outro personagem é visto virando um pedaço de pão parcialmente assado, que dourou nas cinzas quentes” (SITWELL, 2015, p.14):

Triture os grãos em um pilão e peneire-os para retirar a casca. Moa bem até obter uma farinha branca. Mistura a farinha com água suficiente até formar uma massa bem uniforme. Sove-a em uma tigela grande ou amasse-a com delicadeza. Separe as porções dessa massa e forme bolas. Asse diretamente sobre cinzas quentes ou coloque em fôrmas sobre uma chapa de cobre, no fogo. Fique atento ao cozimento: assim que a parte inferior do pão começar a dourar, vire e asse do outro lado (SITWELL, 2015, p.11 - Autor desconhecido, em Parede da Tumba de Senet, em Luxor, no Egito).

E desta maneira acontecia nuances de formação de uma tradição em uma dada formação de sociedade, “assim como a receita para o preparo do pão, [...] parece estar desenhada à perfeição. [...] ajudavam os mortos a ter pão decente na vida após a morte” (SITWELL, 2015, p.12) uma vez que o ciclo entre o produto bruto e o final, era então representado por essas formas sociais, muitas vezes subjetivas, podendo o seu conteúdo ser interpretado como memória social a partir da imagem que se fixam como forma de se manter uma existência. Ou ainda, como pode ser observada a partir das palavras do autor: “o fato de as cenas de cozinha doméstica serem consideradas importantes para a vida pós-morte confirma que elas eram parte vital do cotidiano da época, como também os são na atualidade” (SITWELL, 2015, p.14).

Para o autor, as imagens revelam não somente como a farinha era preparada a partir dos grãos, mas uma gama de diálogos que aparecem inscritos em sinais sagrados. Podemos então dizer que essa forma de representação pode ser interpretada nas gravuras enquanto existência social, aqui, representada na figura da mulher.

Desta maneira, podemos sugerir que os primeiros pães do mundo nos mostraram como de fato as pessoas progrediram na agricultura e nas técnicas de preparos dos alimentos (SITWELL, 2015). Podendo, desta maneira, ser interpretada como marca de uma existência, representada por uma culinária, que, deste modo nos elucida sobre a essência do sujeito a partir de seus hábitos alimentares. Para Maffesoli (1995), esses estudos poderiam servir de entendimento referente a uma busca, ou da reafirmação de identidade a partir do contágio emocional, afetivo ou gustativo que pode se perdurar com o passar dos anos.

Podemos também interpretar o pão enquanto simbolismo religioso “eu sou o pão da vida” (BÍBLIA, João, 6:48 p. 1401), que no antigo testamento, no livro bíblico de Êxodo, a partir de sua descrição, tinha-se entendimento que poderia se referir a um alimento produzido milagrosamente para sanar a fome. Em contrapartida, com vistas nos escritos do Novo Testamento, no livro de Matheus, onde “nem só de pão viverá o homem, mas de toda a palavra que sai da boca de Deus” (BÍBLIA, Mateus 4:4, p. 1281), em nossa interpretação, o pão aparece, desta vez, portando um significado simbólico enquanto aceitação das “palavras de Deus”.

A representação da vida, aqui atrelada ao pão, assim como do trigo, nos alude a uma ideia de uma cultura de sentimento, esta, observada a partir da representação da mulher, na tumba de Senet, ou ainda, como um símbolo de representação de grupos sociais, entendendo que as culturas se formam em um híbrido a partir de suas temporalidades que abrangem as diversas formas de ser e de pensar.

Desta maneira, também elencamos o importante papel da memória na busca de elementos no passado em função do momento presente, pensando o futuro a partir desse ponto. O ato de comer então representaria a dualidade de um processo de evolução homem-natureza por meio da culinária, e então, a partir dela aprendemos a usar o fogo, e foi, a partir do uso do fogo que o homem dominou a natureza (SAVARIN, 2015) e esse conhecimento nos elucida sobre as reafirmações sobre as condições já experimentadas. Desta maneira, concordamos que:

Uma comunidade pode manifestar na comida emoções, sistemas de pertinências, significados, relações sociais e sua identidade coletiva. Se a comida é uma forma de comunicação, assim como a fala, ela pode contar histórias e pode se constituir como narrativa da memória social de uma comunidade. Nesse sentido, o que se come é tão importante quanto quando se come, onde se come, como se come e com quem se come. Enfim, este é lugar da alimentação na História (SANTOS, 2011, p. 108).

Desta maneira, salientamos que “até mesmo uma experiência simples, se for uma experiência autêntica, é mais adequada para dar uma pista à natureza intrínseca da experiência estética do que um objeto já colocado à parte de qualquer outro modo de experiência” (McDermott, 1981 apud TURNER, 2005, p.178). Essa conotação de experiência tem a ver com o ato frágil do trabalho cotidiano, sobre as coisas que são deixadas para depois, onde a memória se torna apenas fragmento e é deixada de lado.

Refletimos, por conseguinte, sobre o fato da existência de uma relação do homem com a natureza, entendendo que existe um elo entre a culinária, manipulada pelo homem e o meio ambiente: “Pensemos no caviar, na trufa. O homem ainda tem de ir à caça de trufas, bem como à pesca do esturjão selvagem para conseguir o melhor caviar. É incrível como um dos mais altos patamares da cultura humana está intrinsecamente ligado à natureza” (ATALA, 2013, p.134).

Segundo Sitwell (2015, p.14) “os primeiros pães do mundo mostram como as pessoas progrediram na agricultura” e por consequência, torna-se notória a participação da agricultura, melhor dizendo, do cenário rural no desenvolvimento da culinária<sup>10</sup>. Avançamos desta maneira sobre o fato de que a evolução da agricultura não mais estaria sendo representada exclusivamente como fonte de nutrição para a população mundial e demandas de consumo. O consumo, por sua vez, faria luz a uma categoria histórica dentro de uma nova dinâmica social, desta maneira, seria então pautada no reconhecimento da existência de costumes e tradições que envolvem todos os sujeitos:

[...], os estudos sobre a comida e a alimentação invadem as ciências humanas, a partir da premissa que a formação do gosto alimentar não se dá, exclusivamente, pelo seu aspecto nutricional, biológico. O alimento constitui uma categoria histórica, pois os padrões de permanência e mudanças dos hábitos e práticas alimentares têm referências na própria dinâmica social. Os alimentos não são somente alimentos. **Alimentar-se é um ato nutricional, comer é um ato social**, pois se constitui de atitudes, ligadas aos usos, costumes, protocolos, condutas e situações. **Nenhum alimento que entra em nossas bocas é neutro.** [...] (SANTOS, 2011, p. 108 – grifo nosso).

---

<sup>10</sup> Do Latim *CULINARIUS*, relativo à cozinha, de *CULINA*, cozinha.

Desta maneira, poderíamos sugerir sobre uma intencionalidade social no ato de se alimentar. No entanto, com a evolução, tanto da culinária, quanto do meio rural, apontaríamos problemas dessa transição sobre algumas formas de produções agrícolas convencionais. O problema que se pode acentuar é o fato de que hoje, os alimentos enquanto produto final, passam por processos industriais e muitas vezes, químicos. Barber (2015) nos elucida que, por exemplo, há uma contrariedade que rege as dinâmicas de consumo, onde o natural foi deixado de lado, e nos exemplifica que em prol de uma vida “mais prática” deixamos de comer grãos integrais. O que consumimos hoje é “um trigo morto e descascado”, feito para durar, que contrário à ordem natural dos alimentos vivos, não é perecível e não traz mais tantos benefícios à saúde. Neste desdobramento, comer poderia se dar enquanto ato social entendendo que os alimentos já não são mais considerados inocentes.

Salientamos, todavia, que o problema pode partir de uma constante de produção, do novo formato de agricultura que se vem sendo utilizado, separada de abstrações acerca dos sujeitos envolvidos, quando, a partir de um modelo econômico dominante se instaura um formato tecnológico igualmente dominante (BUAINAIN et al., 2013). Desta maneira, se faria necessária uma ressignificação a partir de uma percepção comum dessa prática de se reconstruir a agricultura, podendo esta, estar aliada a uma ideia de “[...] estratégias desenvolvidas na agricultura familiar e nas comunidades camponesas de transformar práticas alimentares e sistemas de produção em valores de qualidade superior” (WILKINSON, 2003, p.77), bem como, esse processo também poderia se dar por meio da comensalidade<sup>11</sup>. Os alimentos e a forma de se alimentar se tornaram desta maneira, para Fischler (1993), objetos de julgamento tanto sobre a qualidade do que se come, na questão do gosto, quanto por questões de saúde.

Esse julgamento passa pela questão moral onde a comida enquanto papel social poderia ser a ponte para a melhoria sobre a forma de consumo desses alimentos, uma vez que o mercado é aquecido de acordo com as necessidades do consumidor, e o consumidor, por sua vez, vem modificando suas necessidades.

---

<sup>11</sup> Comensalidade é, em seu sentido literal, comer na mesma mesa (mensa). Uma definição ainda mais simples poderia ser a de que comensalidade é comer com outras pessoas, o que envolve algum grau de comprometimento e de envolvimento recíproco. Dito dessa forma, a comensalidade cria laços e cimenta a sociabilidade. De um lado, ela inclui indivíduos em um mesmo grupo; de outro, ela pode excluir aqueles que não tomam parte ou não estão na mesma mesa (FISCHLER, 2011 – entrevista - Revista Horizontes Antropológicos).



Quando então tratamos de gastronomia, pensamos imediatamente sobre sofisticação, onde é bastante provável que haja uma inclinação maior voltada para a estética e sabor. Já se pode notar, no entanto, uma maior preocupação com a qualidade nutricional e social e a origem dos produtos por chefes de cozinha “eu tenho um sonho. Não vou dizer que é um projeto, mas sim um sonho de melhorar a cesta básica, não apenas como produto de base, mas também como embalagem” (ATALLA, 2013, p. 134). Desde modo, foi possível perceber que “o mundo mudava sua visão sobre gastronomia, e novos conceitos de sofisticação estavam latejando. Era a sofisticação de dar mais valor a uma raiz do que a um foie gras. Com tudo que isso implica” (CAROSELLA, 2016, p.57).

Chefs de cozinha internacionais como Dan Barber, Massimo Bottura e atuantes no Brasil, como Paola Carosella e o brasileiro Alex Atala trouxeram um importante diferencial em suas cozinhas sobre um novo olhar ao alimento, desta vez como fator social dentro da gastronomia como forma de utilização de um ecossistema, em um processo simbiótico.

Questões e debates estão sendo feitos em relação ao valor social dos produtos, colocando-se como importância de se conhecer a plantação e principalmente sobre os atores sociais que ofertam os produtos em seus restaurantes. Dan Barber, a título de exemplo, defende uma cozinha sustentável, envolvendo gastronomia, agricultura, cultura, história, meio ambiente, e antropologia. Tem seu restaurante dentro da fazenda onde passou sua infância, em Westchester, ao norte de Nova York, nos Estados Unidos, a Blue Hill Farm, e suas funções dentro da propriedade se funde entre agricultor e chefe.

Em seu restaurante, os pratos servidos são uma mistura do que se pode colher em sua fazenda e suas inspirações a partir das memórias gustativas trazidas de sua infância, o que nos dá uma ideia sobre o quanto um chefe de cozinha pode ter um papel relevante e social em relação à valorização de uma culinária local:

Figura 2: Legumes e Verduras do Blue Hill



Fonte: Barber in Chefs Table (2015)

Na imagem, seguem cenouras, rabanetes, entre outros legumes, todos, recém-colhidos, frescos, do próprio “quintal”, com a ideia, para o chefe, sobre o que se come tenha sabor do que se come. Por que isto é melhor? O que é novo? O que é bom? O que é diferente? E então se chega a máxima sobre a valorização do produtor rural em detrimento do que se é produzido. Turner (2005, p.177), complementa nossos estudos nos trazendo a ideia de que “de todos os estudos e ciências humanas, a antropologia é a que está mais profundamente enraizada na experiência social e subjetiva do investigador. Nela, toda avaliação tem como referência o sujeito.” O objetivo, desta maneira, do prato apresentado, seria encurtar as distâncias, dona de todas as dicotomias, entre produtor, cozinheiro e consumidor, e chegar ao que se compreende sobre a própria vida, sendo una.

Tanto o consumidor, quanto o chefe de cozinha, ou ainda os produtores, seriam então uma espécie de investigadores, estando também no papel de expectadores, a partir dos quais se permitiriam viver sensações a partir das experiências do outro, tratando então de sentimentos que são comuns a si e também aos outros personagens e entendendo, desta maneira, como essa relação se daria, o sujeito traria em si mesmo a alteridade de poder comunicar-se com outrem (MORIN, 2010). Descobriremos em nós mesmos a existência de dois lados e talvez, desta

maneira, um possível alcance da totalidade, baseadas em experiências já antes sentidas, as quais seriam desta maneira, possíveis de serem aguçadas.

Deste modo, parte de sua memória interpretativa, sofreria então deslocamentos a partir dos experimentos de um fenômeno construído. Seria então, uma via de mão dupla, o respeito do consumidor na escolha dos produtos e então uma melhor produção acontecendo. O que, para Barber (2015) só seria possível a partir de questionamentos constantes sobre as formas de consumo dentro dessa dicotomia, para se chegar à ética, à biologia e questões mais profundas, sobre como usamos o planeta, sobre quais são as nossas responsabilidades humanas com os vizinhos, e também sobre as responsabilidades que temos com o futuro, porque, afinal, nós humanos, “pecamos, muitas vezes, no momento de respeitar a natureza, que é tão generosa conosco e é agredida” (ATALA, 2013, p.134).

Ressaltar então a obrigações sociais a partir do papel de pessoas que se tornaram públicas a partir de suas cozinhas seria um ato de mudança nevrálgica, onde os chefes de cozinha desempenhariam um papel central, como que um poder inédito na transmissão de ideias e como pensar a respeito.

Massimo Bottura, chefe de cozinha italiano, dono do restaurante Osteria Francescana, a título de exemplo, a fim de suprir às necessidades ocasionadas por um terremoto acontecido na madrugada de Maio de 2002 da cidade de Modena, Região da Emilia-Romanha, na Itália, utilizou de sua influência enquanto chefe para ajudar produtores locais a venderem seus queijos *Parmegiano-Reggiano*, após o ocorrido. Foram aproximadamente 360 mil queijos danificados, que foram transformados a partir de campanha mundial para sua utilização, por meio do prato *Riso Cacio e Pepe*, um risoto com uma técnica inédita para obter caldo e creme de queijo, apenas mergulhando seus pedaços em água quente. Bottura (2015) traz a receita com função social, alegando que um dos ingredientes mais importantes de sua comida é a memória. No ano de 2006, em entrevista ao jornal El País, o chefe diz que sua cozinha é sobre as emoções, em seu restaurante é conhecido por trabalhar os ingredientes tradicionais da cozinha italiana, com métodos inovadores. O seu restaurante, *Osteria Francescana*, foi eleito o melhor restaurante do mundo no ano de 2016. O chefe e proprietário de 53 anos de idade traz uma reinvenção da tradicional culinária italiana a partir das memórias em que tem de sua avó.

O que nos chamou a atenção para este trabalho de pesquisa, foi o fato de que Massimo Bottura, em sua efervescente trajetória traz consigo um projeto social iniciado no ano de 2016,

chamado *Food for Soul*<sup>12</sup>, sem fins lucrativos, com objetivos humanos de se combater a fome e o desperdício de alimentos. Trazendo como aporte inicial um questionamento “ciente de que um terço dos alimentos produzidos no mundo é desperdiçado, o nosso projeto começa com uma pergunta: São o desperdício de alimentos e a fome duas expressões do mesmo problema? Nós pensamos assim” (BOTTURA, 2016 – tradução nossa)<sup>13</sup>.

Os atos humanos estão repletos de significados, que emergem na tentativa de associar o que se é determinada cultura a partir de algo que já conhecemos e para Barber (2015) quando se deseja o melhor sabor, isso requer os melhores ingredientes, e na busca dos melhores ingredientes, busca-se uma ótima produção rural. O cozinheiro entende que, quando se trata bem a natureza, ela retribui com “comida excelente”. Afinal, “você é o que você come”. Mais importante que isso, é lembrar-se de que o seu alimento, também se alimenta. Sabemos que quanto mais vida estiver no solo, mais potencial se tem para a criação de sabor (BARBER, 2015).

Sobre essa elasticidade entre o comércio desses produtos e seus produtores, ou agricultores até se chegar e a gastronomia:

[...] apontamos a ambigüidade dessa valorização de recursos e conhecimentos tradicionais como opção de reinserção econômica da pequena produção. Por um lado, o reconhecimento por parte do consumidor/cidadão dos valores associados à pequena produção (sejam sociais, culturais ou políticos) e as iniciativas para transformar esses em valores de mercado trazem ameaças de diversas ordens. Toda valorização, mesmo no caso de comércio justo, passa pela promoção de mudanças e investimentos que podem ter um impacto desestabilizador, seja internamente ao grupo em questão, seja em suas relações com a comunidade mais ampla (WILKINSON, 2003, p.63,64).

Desta maneira, a partir da necessidade latente de uma alimentação mais saudável e adentrando-se nessa ideologia, digamos que bem participativa do mercado, indagamos se a crescente participação da agricultura orgânica na gastronomia poderia se dar como subterfúgio de resgate de alimentos e valorização cultural da origem do produto. Ou ainda, no sujeito, que escolhe a semente, que planta, que rega, que vê crescer e que colhe.

Podemos desta maneira, destacar uma reflexão mais objetiva a partir de uma representação de um grupo social, onde ocorreria “[...] a cada momento e fase, não uma simples estruturação do pensamento, mas a totalidade do repertório vital humano que inclui pensamento,

<sup>12</sup> Para mais informações sobre o projeto, consulte: <http://www.foodforsoul.it/>

<sup>13</sup> *Consapevoli che un terzo del cibo prodotto in tutto il mondo viene buttato via, il nostro progetto parte da una domanda: Sono lo spreco alimentare e la fame due espressioni dello stesso problema? Noi crediamo di sì (BOTTURA, 2016).*

vontade, desejo e sentimento, sutil e variavelmente interpenetrante em muitos níveis” (TURNER, 2005, p.179), onde, muitas vezes, esse ser social ultrapassa sua visão de mundo para viver seu ofício. Sobre esses níveis de experimentação, Turner (2005), avança seu pensamento e infere que as emoções das experiências vividas dão cor às imagens e esboços revividos pelo presente.

Nosso interesse de pesquisa se pauta na profundidade desse cenário gastronômico e de agricultura orgânica, com um olhar direto e objetivo no sujeito. Sobre a relação dos valores sociais dos alimentos orgânicos, que já pode ser apreciada a partir do uso desses alimentos por chefes de cozinha, entendendo que “um prato não começa nem termina na cozinha. Na verdade, começa na escolha do ingrediente e termina no prato vazio na frente do cliente satisfeito” (ATALA, 2013. p.136-137) e, desta maneira, o produto orgânico, quando estivesse presente, poderia ser tratado de maneira mais enfaticamente social, destacando não somente o alimento, mas o seu produtor, a sua origem, e então a sua cultura.

Em consonância com esse discurso, salientamos a necessidade de maior sensibilização, de uma maior atenção sobre as formas de uso do solo, este que se traduziria em alimentos limpos para a cozinha, onde, a partir da fertilização natural e das rotações de culturas, as variedades de alimentos se traduziriam luz a uma agricultura orgânica desenvolvendo a fertilidade sem o uso de aditivos químicos (BARBER, 2015).

E a cultura alimentar pode estar compreendida por meio da escolha dos alimentos, ou ainda, por meio de técnicas culinárias e o agrupamento social em torno da alimentação. O que para Brillat-Savarin (2015) pode se traduzir no prazer de se estar na mesa como sendo direito a todas as pessoas, de todas as idades, de todas as condições financeiras, de todos os países, todos os dias, entendendo que “os hábitos alimentares têm raízes profundas na identidade social dos indivíduos. [...]” (FRANCO, 1995, p.20), pois concordamos que “o lugar que o sujeito ocupa, a sua classe social, o modo como ele está inserido no processo produtivo são fatores que irão determinar o seu hábito alimentar, seu estilo de vida” (PIRES, 2003, p.3).

Nestes termos, sumblinhamos que, independentemente do espaço ocupado pelo sujeito na sociedade, o feito da convivialidade, dentro das relações sociais em determinantes sobre cultura passeiam entre as diversas tradições que podem fazer parte de um povo, e, que essas tradições, dizem respeito a uma maneira de ser do sujeito, mesmo que em face de ritmos cotidianos impostos. Então, essa crença, sobre a representatividade do sujeito por maneiras de vida advindas

do coletivo é o que nos dá margem para nos aprofundarmos no conceito de *habitus* proposto por Pierre Bourdieu:

O *habitus* como fundamento prático opera a reativação de um sentido objetivo nas instituições: produto do trabalho de inculcação e de apropriação que é necessária para que esses produtos da história coletiva que são as estruturas objetivas consigam se reproduzir sob a forma de disposições duráveis e ajustadas que são a condição de seus funcionamentos, o *habitus*, que se constitui durante uma história particular, impõe sua lógica particular à incorporação em suas aplicações, as quais os agentes participam da história nas instituições, é isso que permite habitá-las, se apropriar, na prática, e por onde mantê-las em atividade, em vida, em vigor, de lhes arrancar continuamente do estado de leis sem valor, sem elementos, de reviver o sentido que se encontra depositado, mas lhes impondo inovações e transformações que são a contrapartida e a condição desse novo começo (BOURDIEU, 1980, p.96 – tradução nossa).<sup>14</sup>

Apreendemos, a partir das definições e estudos sobre as obras do autor, que *habitus* pode servir como um estímulo de sensibilização de si e também ao outro, uma apreensão de um dado conhecimento, no sentido de interiorização do aprendizado para que se possa a partir desse movimento idealizar algo, entendendo ainda que, “a *reminiscência* funda a cadeia da tradição, que transmite os acontecimentos de geração em geração” (BENJAMIN, 1996, p.211), e então, a partir desses frutos construídos de certa história coletiva, não necessariamente seguindo um caminho pré-estabelecido, se possa servir de sustento para a existência de determinada língua, ou economia, e ainda que possam ser capazes de reproduzir e se manifestar por meio de uma dada reprodução cultural, as quais o autor chama de estruturas objetivas.

Sob essa forma de desenvolvimento, que não necessariamente está diretamente ligada à noção de crescimento em que se sustentam as estruturas, para nós, seria como uma sustentabilidade social em razão direta com o sujeito, assim submetidos nas mesmas condições materiais de existência.

Pierre Bourdieu faz uso desse termo, dentro da sociologia, de várias formas e elucida sobre a maneira de ser comuns às pessoas de um mesmo grupo social, ou que foram, digamos

---

<sup>14</sup> *l'habitus comme sens pratique opère la réactivation du sens objectivé dans les institutions: produit du travail d'inculcation et d'appropriation qui est nécessaire pour que ces produits de l'histoire collective que sont les structures objectives parviennent à se reproduire sous la forme des dispositions durables et ajustées qui sont la condition de leur fonctionnement, l'habitus, qui se constitue au cours d'une histoire particulière, imposant sa logique particulière à l'incorporation, et par qui les agents participent de l'histoire objectivée dans les institutions, est ce qui permet d'habiter les institutions, de se les approprier pratiquement, et par là de les maintenir en activité, en vie, en vigueur, de les arracher continûment à l'état de lettre morte, de langue morte, de faire revivre le sens qui s'y trouve déposé, mais en leur imposant les révisions et les transformations qui sont la contrepartie et la condition de la réactivation (BOURDIEU, 1980, p.96).*

que, orientadas por um mesmo sistema educacional. Então, para o autor, os gostos individuais, que chamamos aqui, de identidade, seriam variáveis de um hábito de uma determinada classe ou grupo social.

A identidade, para o autor, seria então determinada desde sua infância. Mas, em contrapartida, há autores que defendem a ideia de identidade como algo adquirido a partir das interações ao longo da vida, a partir dos parâmetros e expectativas estabelecidas pelo meio-social (GOFFMAN, 1988). Coadunando com essa ideia, acrescentamos que “[...] a identidade é uma construção que se elabora em uma relação que opõe um grupo aos outros grupos com os quais está em contato. [...]” (CUCHE, 1999, p.182).

Deste modo, concordamos com a teoria expressa por Pierre Bourdieu, entretanto, destacamos que essa noção de *habitus* também perpassa sobre a questão de indivíduo e o sujeito, quando concatenamos aos preceitos de Bergson (1939), que nos demonstrou a existência de uma Memória-Hábito e também sobre suas formas de identidade social. Desta maneira, concordamos que a identidade social tem por base seu preceito identificador em um processo de transformação:

A identidade social não é unicamente transmitida de uma geração à outra, ela é construída a partir de cada geração com bases em categorias e posições herdadas das gerações anteriores [cultura], bem como se utiliza de estratégias identitárias estabelecidas em que atravessam o sujeito e que contribuem para um efeito transformador (DUBAR, 2005, p.122 – tradução nossa).<sup>15</sup>

A identidade social tem total relação com o ato social de se alimentar, tendo sua raiz, nos hábitos alimentares. Para alguns autores é traduzido como comensalidade, concatenando uma cultura que pode ser considerada legítima, que nos permite ainda as disposições ligadas ao princípio da distinção do gosto, “onde o homem atribui um valor à comida, ligado às suas origens sociais” (BOURDIEU, 1979, p.209 – tradução nossa)<sup>16</sup>, como também uma maneira de expressão de personalidade, o que destacamos aqui enquanto uma transposição dessas relações sociais do sujeito e ainda de reprodução social, tendo, desta maneira, relação íntima com o comportamento de todas as classes sociais e grande parte da motivação dessa busca dentro do imaginário do campo se dá então, por meio da gastronomia.

---

<sup>15</sup> *L'identité sociale n'est pas transmise par une génération à la suivante, elle est construite par chaque génération sur la base des catégories et des positions héritées de la génération précédente mais aussi à travers les stratégies identitaires déployées dans les institutions que traversent les individus et qu'ils contribuent à transformer (DUBAR, 2005, p. 122).*

<sup>16</sup> *L'homme attribue une valeur à sa nourriture, valeur liée à ses origines sociales (BOURDIEU, 1979, p.209).*





## 4. Teoria da Memória

Pela memória, se reconstrói o passado, a história vivida da qual se sente saudade. As lembranças afloram quando se circula pelas ruas, quando se vêem os prédios, as pessoas. Afloram quando se sente um cheiro, quando se escuta um som, uma música, quando se vê um filme, um programa de televisão, quando se sonha e se relata o sonho (MANCUSO, 2010, p.69).

A metodologia de pesquisa trata de um conceito que comporta múltiplos sentidos. Segundo Chauí (2002), o método significa uma investigação que segue um modo ou uma maneira planejada e determinada para se conhecer alguma coisa, uma linha de procedimento racional para o conhecimento seguindo um percurso fixado. Seria, portanto, como uma via de acesso, pela qual nos dá embasamento para interpretar com maior coerência e correção possíveis as questões sociais propostas num dado estudo, dentro de uma perspectiva abordada.

Há-se uma tentativa de aproximação e explicação parcial da realidade onde o sujeito do conhecimento é conduzido a olhar a sociedade como quem a vê de fora, onde a aprendizagem seria como retomar a reflexão do outro para si. Entendendo a Teoria da Memória como método, aludimos a ela uma força interpretativa e de construção de conhecimento.

Neste trabalho, foram utilizados os conceitos de autores como Henri Bergson (1999, 2005 e 2006), Maurice Halbwachs (1990), Michael Pollak (1989 e 1992), Michel Onfray, entre outros, para desenvolver a Teoria da Memória. Entendendo-a enquanto um recurso metodológico com implicações simbólicas, afetivas e culturais, as quais transcendem a visão biológica ou a materialidade dos sujeitos, tendo como base, a memória.

Frisamos, a partir da teoria, que todo pensamento precede uma ação, mesmo que partindo de uma ideia abstrata sobre o tempo passado, e que, por outro lado, a experiência dentro desse tempo de ação é o que chamamos de espera, onde se passa pelo tempo presente, e então de uma memória. Temos então que o papel da memória pode ser entendido como:

Nossa duração, não é um instante que substitui um instante: haveria sempre, então, apenas o presente, nada de prolongamento do passado no atual, nada de evolução, nada de duração concreta. A duração é o progresso contínuo do passado que rói o porvir e que incha ao avançar. Uma vez que passado aumenta incessantemente, também se conserva indefinidamente. **A memória, [...], não é uma faculdade de classificar recordações numa gaveta ou descrevê-las num registro. Não há registro, não há gaveta, não há aqui, [...], sequer uma faculdade, pois uma faculdade se exerce de forma intermitente, quando quer ou quando pode, ao passo que o amontoamento do**

**passado sobre o passado prossegue sem trégua** (BERGSON, 2005, p.5 – grifos nossos).

A memória é também parte formadora da tradição e da identidade, se tendo como preceito um mecanismo de transmissão de práticas e conhecimentos adquiridos pelas imagens do passado que legitimam o presente. Enfatizamos que a Teoria da Memória, desta maneira, resulta de um progresso de desenvolvimento das memórias do sujeito, organizadas de maneira inconsciente, como uma forma de instinto, ou ainda, pela criação de um hábito, que muitas vezes resulta em um reconhecimento do tempo vivido. O que “equivale dizer que exercemos em geral nosso reconhecimento antes de pensá-lo” (BERGSON, 1999, p.106).

Dessa maneira, temos então “a memória como consolidação de um tempo ondulante e lacunar, fenômeno complexo e profundo que recria, por sua vez, uma hierarquia na essência do ser, e que não pode ser reduzida a pura intuição do tempo, pois este lhe escapa no triunfo de um tempo reencontrado, [...] (ROCHA; ECKERT, 2000, p.6). Desta maneira, com as ações do tempo, num poder de entendimento sobre o que se pode ser guardado e ainda, sobre o que e como se pode ser acessado no tempo presente. Porque se pauta diretamente sobre as histórias de vida dos sujeitos, onde o ponto de partida, portanto, é o presente e desta maneira, ao falar sobre o passado, fala-se sobre o momento presente (MANCUSO, 2010), muitas vezes revivendo-o a partir dessa rememoração, trazendo a tona, desta maneira, elementos sobre o que se é hoje, possibilitando, uma crítica sobre o fato acontecido a partir das novas características alcançadas.

Na esfera individual, memória poderia ser interpretada como a capacidade de um conjunto de funções psíquicas que possibilitam conservar e reviver, no presente, uma gama de informações experimentadas outrora. Podendo ser interpretada, desta maneira, “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 2003, p.419). A memória individual inerente e presente na seleção de lembranças do passado na fala de um sujeito é comumente repleta dos momentos vividos em um determinado grupo ou sociedade. Podendo, muitas vezes, ser carregada de conflitos em suas reproduções, como uma mistura de fatos dentro dos relatos narrados, sem portar, necessariamente, uma ordem cronológica precisa por meio das quais se constrói o momento presente. Tem-se, desta maneira, certa intenção de se reconhecer dentro da própria narrativa a partir de uma visão do presente sobre os fatos narrados.

A subjetividade pode ser apreendida como interpretação de fatos sobre as falas do sujeito, sendo então, representativa dentro um determinado grupo, principalmente quando Halbwachs (1990) nos elucida sobre a existência de uma memória social coletiva onde o indivíduo está imerso, diferente de uma narrativa de fatos históricos, onde o que se pretende é nada mais do que contar fatos ocorridos, fatos esses, como já vimos anteriormente, são imutáveis, pertencendo somente a determinados períodos históricos. Desta maneira, ressaltamos que “a memória guarda essa dimensão imaginável, enquanto a narrativa histórica prima por ser capaz de representar ‘o que aconteceu’, numa busca angustiante por se legitimar enquanto ciência” (OLIVEIRA, 2008, p.194) em um discurso tido como verdadeiro representativo de uma determinada época.

O afunilamento das leituras pertinentes aos objetos de estudo implica, desta maneira, no estabelecimento de critérios para aprofundar conteúdos que possam direcionar a construção dos instrumentos da pesquisa, no caso, as falas do Narrador. Desta maneira:

A pesquisa com fontes orais apóia-se em pontos de vistas individuais, expressos nas entrevistas; estas são legitimadas como fontes (seja por seu valor informativo, seja por seu valor simbólico), incorporando assim elementos e perspectivas às vezes ausentes de outras práticas históricas – porque tradicionalmente relacionados apenas a indivíduos -, como a subjetividade, as emoções ou o cotidiano (FERREIRA; AMADO, 1996, p.xiv,xv).

O sujeito é a principal fonte de suas narrativas e autor de suas histórias, de sua história oral de vida. É o narrador quem faz a escolha do que será dito, bem como, da forma como a sua história será contada. Deste modo, nos atentamos ao fato de que “[...] uma testemunha não se deixa manipular tão facilmente [...], e o encontro propiciado pela entrevista gera interações sobre as quais o historiador (nesse caso, o pesquisador) tem somente domínio parcial” (FRANÇOIS, 1996, p.9), cabendo, desta maneira, então ao ouvinte, apenas a análises e interpretações sobre as narrativas, sem juízo de valor. É, portanto, quem constrói sua própria ordem temporal baseando-se em critérios subjetivos. Afinal, concordamos que “contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perdem quando as histórias não são mais conservadas. Ela se perde porque ninguém mais fia ou tece enquanto ouve a história. Quanto mais o ouvinte se esquece de si mesmo, mais profundamente se grava nele o que se é ouvido” (BENJAMIN, 1996, p.205), o que propicia maior aceitação sobre a mistura de elementos sobre o que considerava ocorrer naquela época, a partir de seus conhecimentos históricos prévios em harmonia com sua análise no momento da narrativa.

O narrador é quem traz a tona os fatos que os influenciaram na sua trajetória de vida, os detalhes que julga fundamental, e outros, que também aparecem de forma secundária, mas de extrema relevância. Bem como a ordem de se organizar os fatos, o poder de se infiltrar em sua própria consciência, mesmo que inconscientemente ou ainda de muitas outras consciências, quando se reflete e faz menção ao coletivo em que foi vivendo ao longo de sua trajetória, e ao passo em que vai se revelando ao pesquisador, vai construindo o seu próprio sentido de significados. E desta maneira, justificamos o uso da narrativa de história oral, como forma de se manter memória:

Em uma e em outra questão postas pelos objetivos – memória e narrativas – a presença da morte era uma constante. Não somente a morte física, anunciada por um corpo cada vez mais débil, **mas a morte de um mundo social, de um jeito de viver**, que se expressava na morte dos amigos e parentes que, por serem comunidade de ouvintes, eram apoio à memória e, conseqüentemente, de contínua construção da identidade (MANCUSO, 2010, p.65 – grifos nosso).

A autora também nos atenta ao fato de que este seria “um corpo que lembra a morte de alguns e presente a própria morte. E é essa morte, mesmo que não vivida, que se transforma em importante quadro social da memória” (MANCUSO, 2010, p.66). Nosso objetivo, a partir desse cenário dado, se enquadra sobre a importância de trazer a memória enquanto maneira de fazer viver o sujeito, melhor dizendo, com intenção de mantê-lo vivo.

Elegemos, desta forma, a Teoria da Memória como método, adjunta aos recursos da história oral de vida como técnica qualitativa para registrar os dados da pesquisa, atentando-se que ao se fazer os registros de voz, estaremos, por intermédio deles, registrando também a vida e o personagem dos seres em sua total individualidade (BOSI, 2015). Como nos elucidava Bernardo (2007, p.29), atentando que “a opção pela memória se dá porque o que interessa são situações vividas que, embora possam parecer insignificantes à primeira vista, após a análise, poderão se mostrar plenas de significados”. Os significados que o sujeito traz para si, com base em suas vivências, como também por meio das experimentações vividas pelo coletivo, as quais se identifica, e então traz como relatos de sua própria experiência, tornando-se, dessa maneira, como parte daquele fato narrado, que julga como importante para sua construção social e, desta forma, traz, portanto, para a sua narrativa de vida.

Dentro dessas perspectivas, a história oral, ou papel da história oral pode ser entendido enquanto um esforço de se obter informações a partir das diferentes perspectivas de um

determinado sujeito, também trazendo consigo aspectos históricos, porque evidenciamos que o sujeito carrega consigo interpretações sobre o coletivo, mesmo que ainda das vivências individuais, que, na maior parte do tempo não podem ser obtidas em pesquisas puramente teóricas.

Para Pollak (1992, p.8) “a coleta de representações por meio da história oral, que é também história de vida, tornou-se claramente um instrumento privilegiado para abrir novos campos de pesquisa”, onde a própria história das representações daria luz a uma reconstrução cronológica de um determinado período, mesmo que partindo de pontos de vista do sujeito. Desta maneira, a relevância da narrativa se torna essencial também, tanto para a memória individual, quanto a partir das representações de uma memória coletiva.

Os relatos orais nos permitem ter consciência sobre os fatos ocorridos em determinado momento, como ideia de reconstrução de um dado cenário a partir das impressões e falas do sujeito, que é quem narra sua história e vida, mesmo que se hajam contradições nas narrativas sobre o ambiente em que se vive, ou que se viveu em detrimento da memória que lhes são resgatadas. Segundo Clifford Geertz (1978), o homem está envolvido em uma teia de significados e que cabe a nós, pesquisadores, decifrar e interpretar esses códigos. O mesmo autor nos apresenta a Antropologia Interpretativa:

Resumindo, os textos antropológicos são eles mesmos interpretações e, na verdade, de segunda e terceira mão. (Por definição, somente um “nativo” faz a interpretação em primeira mão: é a *sua* cultura). Trata-se, portanto, de ficções; ficções no sentido de que são “algo construído”, “algo modelado” – o sentido original de *fictio* – não que sejam falsas, não-fatuais ou apenas experimentos de pensamento (GEERTZ, 1978, p.25-26).

Desta maneira, temos ciência de que “não me cabe, aqui, interpretar as contradições ideológicas dos sujeitos que participaram da cena pública” e que “explicar essas múltiplas combinações é tarefa reservada a nossos cientistas políticos, que já devem ter-se adestrado a estes malabarismos” (BOSI, 2015, p. 458-459). E desta maneira, temos conhecimento de que quando interpretamos o sujeito, estamos, do mesmo modo, interpretando sua cultura, essa, que só cabe a ele tal análise. Quando entramos no conceito de cultura a partir da análise do sujeito, trazemos a especificidade da cultura enquanto um objeto de análise da antropologia. Desta maneira, então concordamos que o homem, estaria ele, amarrado a sua própria teia de significados, os quais ele mesmo construiu, e, desta maneira, assumimos “a cultura como sendo essas teias e a sua análise;

portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado” (GEERTZ, 1978, p.15). Desta maneira, contribuímos que as construções, inclusive, partindo-se das próprias expressões sociais dos sujeitos em relação a uma manifestação de cultura, podem estas, estarem dotadas de critérios subjetivos.

Temos em mente, que a maneira de se apropriar da narrativa cabe única e exclusivamente ao sujeito, e que os códigos por ele utilizados podem ser parciais e provisórios, partindo-se somente dele sua primeira interpretação sobre os fatos narrados, o que nos dá embasamento para a utilização do diálogo entre a Teoria da Memória e a Antropologia Interpretativa neste trabalho. Entendendo que “se a Antropologia Interpretativa preconiza a busca de significados, [...] procura-se interpretar os significados das substâncias da memória” (BERNARDO, 2007, p.30), quando, o que nos “chama a atenção é o modo pelo qual o sujeito vai misturando na sua narrativa memorialista a marcação pessoal dos fatos com a estilização de pessoas e situações e, aqui e ali, a crítica da própria ideologia” (BOSI, 2015, p. 459).

Essas histórias de vida, podem se desdobrar em tradições, comumente apontadas dentro das civilizações, e seriam, portanto, uma continuidade da memória existente entre os sujeitos e então o papel da memória alude-se às questões de comportamento. “O que nós chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar” (NORA, 1993, p.15). Deste modo, concordamos que:

Localizam no passado as possibilidades e as origens daquilo de que se orgulham no presente: a cidade que cresceu, com prédios e bairros bonitos, a casa construída, a família criada. Localizam no passado a origem das conquistas tecnológicas atuais às quais não se referem explicitamente. Dessas coisas eles participaram ativamente, elas contém o seu trabalho, os seus sonhos, as suas conquistas, os seus medos, os seus afetos (MANCUSO, 2010, p.69).

As sociedades, por sua vez, são vistas, faces às outras, enquanto modernas, engajadas em um processo de mudanças históricas, mas, entretanto, ainda fazem parte de uma sociedade conservadora, ou ainda, uma sociedade de conservação, onde se é possível notar uma crescente demanda por uma retenção patrimonial em vinculação com o passado (FABRE, 1994)<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> *Nos sociétés, [...], se sont définies face aux autres, à toutes les autres, comme modernes. [...] engagés dans un processus continu de changement historique, [...] nous sommes aussi des sociétés de conservation. La fièvre patrimoniale croissante est la forme présente de cet attachement au passé (FABRE, 1994).*

Fazemos então, desta maneira, uma relação dessa manifestação social enquanto forma de expressão, de pertencimento a uma analogia às memórias colocadas entre a relação de tempo e de espaço, onde “determinado número de elementos tornam-se realidade, passam a fazer parte da própria essência da pessoa” (POLLAK, 1992, p.2).

A memória, por sua vez, aparece como um fenômeno individual, sendo que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios” (HALBWACHS, 1990, p.51). E deste modo, também enquanto fenômeno coletivo e social. Sendo então constituída a partir das vivências em um determinado grupo, submetido a transformações, ou a percepções da realidade, das quais os fatos subjacentes as tais percepções criam algumas designações, muitas vezes, atribuídas a determinados períodos. Períodos esses que aludem diretamente a fatos de memória, onde não existe, necessariamente, uma ordem cronológica exata. Porque “os destaques feitos das narrativas, por pequenos que sejam, demonstram a importância dos grupos de referência e de apoio à memória. Se a memória associa-se ao sentimento de identidade, perder esses grupos de referência é arriscar esse mesmo sentimento” (MANCUSO, 2010, p.70).

A partir desse cenário dado, onde a importância da memória tem um papel importante na construção de uma memória individual, buscamos interpretar:

Recordo-me de um domingo frio e chuvoso, talvez no outono ou durante os rigores do início do inverno com um nunca mais acabar de umidade e garoa. Meu pai trabalhava num lote de terra cedido por seu patrão para que ele o usasse como horta. A anterior fora tragada por algum remembramento proporcional à superfície alocada: tudo desaparecera, arrancado, saqueado, devastado, enterrado na mixórdia de uma terra inculta (ONFRAY, 1999, p.11).

A partir da dimensão entre presente e o passado, misturam-se ali, a busca por aquele *sabor* da infância ou por *aquele* gesto, se tornam miscelânea de uma possível ressignificação do futuro, do que *pode vir* a acontecer, ou estar *de acordo* com o passado, que seria de certa forma estabelecer um futuro de acordo com as verdades. E “quando a memória não está mais em todo lugar, ela não estaria em lugar algum se uma consciência individual, numa decisão solitária, não decidisse dela se encarregar” (NORA, 1993, p.18), afinal, a memória só existe que por meio do sujeito, diferente da história, que carrega um passo imutável, carregado de fatos. É memória na medida em que se estabelece, e na medida em que se torna parte do sujeito. A ideia de se buscar

elementos constituintes da memória de um narrador nos alude a ideia de um fato-presente, melhor dizendo, ele é quem vive das suas próprias percepções para narrar suas memórias ou as representações a partir de si do que se acredita por verdade.

Quando Michel Onfray, para além de narrar memórias de sua infância, narra também os sentimentos vividos, como o frio, ou ainda a falta de sensação de pertencimento àquele lugar “devastado”, desta maneira, o que queremos deixar claro, a partir de nossos entendimentos, é que dentro da memória há espaço para a subjetividade, sendo a maneira de lembrar tanto individual, quanto social, porque, da mesma maneira em que o autor estava naquele determinado tempo presente, havia ali, outros sujeitos, partilhando de emoções distintas dentro de um mesmo espaço físico. Entretanto, quando o narrador relata fatos colhidos a partir das lembranças buscadas recolhidas em sua memória, traz também elementos de uma memória coletiva. Desta maneira, concordamos que “o tempo da memória é social, não só porque é o calendário do trabalho e da festa, do evento político e do fato insólito, mas também porque repercute o modo de lembrar” (Chauí, 1979 apud BOSI, 2015, p.31).

Para tanto, mencionamos a história oral ou ainda, a história de vida coletiva, dentro das narrativas, porque acreditamos que ao narrar uma história, o indivíduo se transporta a momentos vividos e esses momentos são carregados de outras tantas experiências que passa pelo coletivo. Na análise dessas memórias, a partir do conceito criado pelo autor sobre a existência de uma memória social coletiva, “Maurice Halbwachs enfatiza a força dos diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade a que pertencemos” (POLLAK, 1989, p.3). A nosso ver, nesse caso, a esse arsenal de memórias coletadas que aludem às impressões vividas pelo indivíduo, mas não somente. Tanto os eventos experienciados pelo sujeito, quanto as pausas por ele utilizadas, servem como direcionamento para se obter uma interpretação mais fiel quanto às transcrições de uma narrativa:

A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos. Entre estes, existem dois grupos, que se interpenetram de múltiplas maneiras. A figura do narrador só se torna plenamente tangível se temos presentes esses dois grupos. ‘Quem viaja tem muito que contar’, diz o povo, e com isso imagina o narrador como alguém que vem de longe. Mas também escutamos com prazer o homem que ganhou honestamente sua vida sem sair do seu país e que conhece suas histórias e tradições [...] (BENJAMIN, 1996, p. 198).



Nas narrativas de história oral de vida, as pessoas tornam-se, portanto, testemunhas de si e também do coletivo. Suas lembranças, seus hábitos e suas percepções são então conservados e podem servir de ponto de partida para gerações futuras porque concordamos que “na origem da narrativa existe esta autoridade” (MANCUSO, 2010, p.65). No sentido de que se é possível apreender sobre o momento presente a partir de fatos passados narrado.

Os pontos de vista, muitas vezes mutáveis até mesmo dentro de uma única entrevista, com um único sujeito, passam então a ser ponto de destaque dentro da pesquisa, entendendo que a relevância do sujeito se pauta na “não contradição entre indivíduo e sociedade e o quanto a representação individual, mesmo não podendo ser reduzida à representação social, é um caminho para se chegar a ela” (MANCUSO, 2010, p.66). Seria desta maneira, o entendimento de que o sujeito poderia estar revivendo, portanto, sua história passada no momento presente enquanto a narra, estando ele dotado de representação sobre os conhecimentos adquiridos e nessa instância, trazendo novos significados durante a narrativa de sua própria história em função do tempo vivido. Consideramos necessário que a história seja desvelada e que, por seu intermédio, se possa compreender como se fora construída a história de vida do sujeito. Nestes termos, sobre a articulação da herança da memória nas falas no narrador, temos:

A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória (...). Esse último elemento da memória – a sua organização em função das preocupações pessoais e políticas do momento, mostra que *a memória é um fenômeno construído* (POLLAK, 1992, p.4).

A memória, ora traz fatos marcantes como algo nato, que o próprio narrador os classifica e os identifica como sendo parte de sua história. Ora, se distancia, como se determinado trecho já não fizesse mais significado para ele em uma contextualização sobre o momento presente. Não se trata de uma determinação sobre o que é verdade, de fato, nem de uma interpretação direta que interage sobre a manipulação desses dados, são fragmentos de reconstrução e devem ser tratados dessa maneira. “A razão é que os fatos já nos chegam acompanhados de explicações. Em outras palavras: quase nada do que acontece está a serviço da narrativa, e quase tudo está a serviço da informação. Metade da arte narrativa está em evitar explicações” (BENJAMIN, 1996, p.203). O narrador é quem olha para trás e julga tal e tal acontecimento como sendo “seu”, como sendo

“moral”, ou ainda, como algo que ultrapasse determinados valores sociais por uma determinação que para si é mais importante desta ou daquela determinada maneira.

Tomamos então, a narrativa, enquanto evidencia oral, tendo conhecimento de que tanto o conteúdo físico das histórias individual ou coletivas e suas ações no mundo, podem estar desligados desse espaço-temporal, ou de seus modos de pensamento, a tal ponto que o tempo que seu aspecto psicológico se tornaria indissociável de suas experiências (ROCHA; ECKERT, 2000) e desta forma, não haveria maneira de se escapar de um julgamento lógico do sujeito em função do próprio sujeito em relação aos fatos narrados. Concordamos desta maneira, que o testemunho oral representaria o núcleo da investigação (FERREIRA; AMADO, 1996). O núcleo de investigação, para nós, arguiria sobre a peculiaridade encontrada nos relatos orais, que diferente da busca sobre o que se é real baseado em fatos históricos, busca-se a essência do sujeito a partir de suas próprias representações.

A importância da narrativa de história oral tem desta maneira, a mesma portabilidade de confiança dos fatos apontados em livros de história. Entendendo que os livros de história, os quais também registram fatos narrados, partem sobre um ponto de vista, uma versão do acontecido, que não raro são desmentidos por outros livros com outros pontos de vista (BOSI, 2015), traduzindo-se como uma “reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais” (NORA, 1993, p.9).

Para nós, os relatos orais de histórias de vida seriam para além de registros, uma representação do passado do sujeito. Deste modo, em relação a coleta das narrativas, “a veracidade do narrador não nos preocupou: com certeza seus erros e lapsos são menos graves em suas conseqüências que as omissões da história oficial no que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetuar-se na sua história de vida” (BOSI, 2015, p.37).

Constituímos, a partir desses preceitos, o Narrador enquanto fonte legítima de pesquisa, tanto no que diz respeito às suas memórias individuais, quanto aos parâmetros de suas memórias coletivas, pois que reconhecemos no sujeito, uma forma de representação de uma sociedade. Concordamos, portanto, que “se o corpo é o fator de individuação, o corpo é o lugar por excelência. Nele acontece a memória individual que vai ser um ponto de vista da memória coletiva. O corpo que lembra, porém, é um corpo no qual se evidenciam as marcas do tempo” (MANCUSO, 2010, p.66).

Nossa pesquisa, desta maneira, correlaciona a partir das lembranças do sujeito, suas experiências vividas no campo empírico, como também de toda subjetividade acessada a partir do rememorar de sua trajetória de vida. A Teoria da Memória, portanto, nos auxilia a pensar na diversidade existente no meio rural a partir das percepções de um sujeito rural, entendendo que este também é dotado de memórias coletivas, partindo-se do princípio de que o sujeito carrega consigo as experiências acerca de si e também dos outros.

Desta maneira, trazemos o sujeito de pesquisa enquanto importante representação do meio rural. Dotado de costumes, tradições, que abrangem tanto a si, quanto aporta fortes características do coletivo. Assim sendo, que “o homem não deve ser construído como um sujeito constituindo realidade, mas sim como a própria articulação do encontro. [...] O homem não encontra, ele é o encontro” (Lévinas apud BARTHOLO, 2015, p.49). Elencamos, portanto, a relevância das falas do sujeito enquanto fator contribuinte de uma construção de identidade coletiva.

## 5. Trilhas Metodológicas

Nossa proposta foi a de apresentar a narrativa da história oral de vida do Seu César, de 67 anos de idade, autodenominado produtor orgânico, como fonte legítima nesta pesquisa, trazendo, desta maneira, na Antropologia Interpretativa (GEERTZ, 1978) um caminho para as interpretações e análises de suas narrativas, colhidas a partir da técnica e de nossos entendimentos de história oral, que seria, para nós, uma técnica de coleta de reconstrução da memória onde se produzem as narrativas. Tendo como principal suporte o diálogo entre a Antropologia Interpretativa e a Teoria da Memória.

Foram realizados, para tanto, encontros casuais no decorrer do ano de 2015, na feira de alimentos do Ceasa, no município de Brasília, situado no Distrito Federal, local onde o Narrador trazia semanalmente seus produtos para a venda.

Na imersão no campo de investigação, a história oral de vida do Seu César foram gravadas com consentimento prévio, a memória do produtor orgânico entra como prerrogativa principal, elencados aqui, como forma de estudo de caso, conhecimentos empíricos, construindo uma tessitura com a agricultura orgânica, a partir de suas falas.

A elaboração do diário de campo teve como ponto de partida, as leituras relacionadas com a temática, o aprofundamento dos estudos e a identificação do pesquisador com a área abordada e a uma pesquisa realizada em conjunto a disciplina de Memória e Gastronomia, do programa de mestrado em Turismo da Universidade de Brasília, a qual, seus resultados foram apresentados em forma de seminário.

O encontro do pesquisador e do Narrador quanto ao objetivo de se dissertar sobre o assunto, deveu-se a partir da percepção do pesquisador quanto à disposição do produtor em se estabelecer uma relação direta com seus consumidores a partir de seus alimentos orgânicos. Durante a maior parte dos encontros, foi possível notar o Narrador explicando aos seus clientes a origem de seus alimentos, bem como, trazendo explicações sobre como se dava o processo de plantio, de adubação. De onde retirava a água que alimentava sua plantação, sobre a forma de colheita e caminho para que o produto chegasse até a venda. Ele trazia, mesmo que sem intenção objetiva, fragmentos de sua história de vida ao contar, a partir de suas lembranças, sua raiz histórica em função de uma alimentação mais limpa de resíduos químicos.

A pesquisa feita para a disciplina trouxe inquietações sobre a temática estudada, e, principalmente curiosidades sobre a história de vida daquele produtor, tão apto em contar suas memórias. Conforme os encontros iam acontecendo, entre um pimentão orgânico e outro, que de tão natural, tão orgânico chegava a ser doce, tivemos então vontade de registrar aquelas lembranças. A história oral, também dotada de vida e de sentimentos não poderia ficar perdida ao vento. Percebemos no nosso Narrador uma motivação em contar sua história de vida. Ele queria ser ouvido, e que e do outro lado, havia um ouvinte dotado de amor, interesse e paciência para ouvir aqueles relatos.

Atrelamos a ideia sobre a motivação que o Narrador tinha de contar sua história de vida a partir do notório distanciamento que o mundo moderno trazia para ele, a partir da velocidade iminente sobre as coisas acontecerem. Também sobre o fato das pessoas não terem mais tempo e nem interesse em parar e ouvir uma história dos mais vividos, e então apontamos para uma espécie de distanciamento e, ““é isto realmente. Está diminuindo o número dos que falam a nossa linguagem”. É como se houvesse uma comunidade invisível aos olhos que se manifestava por um significado afetivo e valorativo que diferenciava as palavras de sempre” (MANCUSO, 2010, p.65). A autora nos elucida, a partir de seus trabalhos com pesquisa de história oral, sobre a percepção que teve da maioria dos narradores em que teve contato, que seria como se, com o passar dos anos, eles não fizessem mais parte daquele contexto social.

Apreendemos, a partir dessa interpretação, a noção de que os guardiões das memórias ficaram para trás, não mais tendo a energia do antes para que a vivência acontecesse de forma leal, de forma igualitária. Havia, portanto, um estranhamento e distanciamento, não haviam mais ouvidos atentos. E então, a partir desse encontro, mútuo de interesses, o de ouvir, e o de ser ouvido, surgiu também o estreitamento de laços entre produtor, e naquele momento consumidor, e o pesquisador que estava surgindo a partir das inquietações e contato com aquela história oral de vida. A partir daquele momento, buscamos interpretar, a partir do que o Narrador tinha para nos contar, sua relação de vida e sua principal motivação em plantar orgânicos, ou de *ser orgânico*, como descrevia.

Com o desvelar do tempo, realizamos uma entrevista gravada. Essa entrevista, não foi de fato uma entrevista, traduziu-se em um diálogo aberto e franco sobre o qual se pautavam as lembranças em que o Narrador tinha de sua infância, mais precisamente falando, sobre as suas memórias, a partir das lembranças em que tinha de sua avó. A gravação teve um total de 34

minutos, irrisórios se levarmos em conta a infinidade de encontros no decorrer do ano e a troca de experiências vividas. Mas a gravação nos desencadeou em uma real motivação para que o trabalho de dissertação de mestrado acontecesse. No entanto, vale ressaltar que, a maior parte de sua história de vida se dava na ocorrência dos encontros casuais e com o gravador desligado.

No início, os encontros serviriam apenas como meio de elaboração de diário de campo, para que se pudesse, a partir da entrevista, ter material dentro de uma perspectiva de história oral para estudos da disciplina. Entretanto, a partir da apresentação do seminário na disciplina, a apresentação fora apenas uma ínfima amostra de todo o material de análise da trajetória de vida do Narrador. Havia muito mais a ser desenvolvido, conteúdo esse que não caberia em uma breve apresentação de um seminário na disciplina. A partir de sua história oral de vida, deu-se início a uma pesquisa mais aprofundada em encontro com os teóricos da Teoria da Memória.

Clifford Geertz (1978) nos auxiliou nesta interpretação quando nos elucidou que o papel do narrador na narrativa assimilaria sua essência, e ao se saber reproduzir sua história de vida, seu dom se partiria pelo poder de escolha do que seria dito. Walter Benjamin (1996) colabora com esse ponto, nos trazendo que a “dignidade” do narrador estaria em poder contar toda sua história, seria desta maneira, “contá-la inteira”, de forma em que “o justo” se encontraria “consigo mesmo”, sendo sua memória a única capaz de sobreviver ao seu desaparecimento. Desta maneira, caberia somente a ele, “uma permanente interação entre o vivido e o transmitido” (POLLAK, 1989, p.9) o papel dessa primeira interpretação ao se reproduzir sua história de vida e, sua memória individual, estaria também, representando a história de vida de um determinado grupo, da memória social coletiva, esta, que usamos enquanto justificativa de ter no papel da narrativa do Seu César, a representação de uma memória coletiva.

Concordamos desta maneira, que “o narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes” (BENJAMIN, 1996, p. 201), para que, em conjunto ao leitor, poder se fazer uma superposição dessas memórias, individuais e coletivas, como também da teoria. Justificando-se, desta maneira, que o uso do testemunho oral possibilitaria à história oral o esclarecimento de trajetórias individuais, de “eventos e processos que às vezes não têm como ser entendidos ou elucidados de outra forma [...]. São histórias de movimentos sociais populares, de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas, de versões menosprezadas” (FERREIRA; AMADO, 1996, p.xiv).

Levamos em conta, desta maneira, que ao se privilegiar a fala e a escuta como instrumentos de pesquisa, tornamos então mais nítido o objeto, possibilitando assim novos caminhos, a partir do sujeito (PIRES, 2003). Em vista disso, por meio da história oral de vida do produtor orgânico Seu César, nós tentamos trazer em sintonia, um panorama geral sobre os acontecimentos do campo com vistas às percepções do sujeito desde sua inserção no meio rural, tendo conhecimento em que o Narrador teve uma “vida urbana” em boa parte de sua trajetória narrada, até o presente momento. Concordamos que “as lembranças às vezes afloram ou emergem, quase sempre são uma tarefa, uma paciente reconstituição. Há no sujeito plena consciência de que está realizando uma tarefa” (BOSI, 2015, p.39) quando se narra sua história de vida tendo como base a rememoração que aborda aspectos de sua trajetória.

Nosso Narrador, neste trabalho é quem faz então uso desse recurso de linguagem, da história oral, para acessar suas memórias, revivê-las e transpassa-las, reorganizando-as de maneira que essas memórias fizessem algum sentido para ele. Seriam, essas memórias, dotados de objetivos pessoais e desconhecidos, muitas vezes estabelecidos por ele, sobre a forma pela qual gostaria de ser visto.

## 6. Exposição das memórias, lembranças e recordações

Lembro-me que, no início dos anos noventas do século XX fui visitar o avô de uma amiga. Descendente de italianos, ele, na época com 96 anos, ainda conseguia distinguir o passado do presente. Naquele dia, ele novamente começou a contar, com muita energia e vontade, as histórias da família. Fiquei ouvindo-o por uma hora mais ou menos. Tentei então cortar a conversa e me despedir. Precisava trabalhar. Quando tentei me levantar, ele segurou firmemente meu braço direito com a mão esquerda, a ponto de me paralisar no gesto. Perguntou-me rispidamente: “E agora, o que faço com as minhas histórias? Se eu morrer sem contá-las, com quem elas ficam?” A iminência da própria morte pode ser um fator que selecione, entre tantas lembranças, as que se quer deixar de herança (MANCUSO, 2010, p.65).

Este capítulo fará a exposição das memórias coletadas do produtor de alimentos orgânicos Seu César, apresentado nas trilhas metodológicas, com o encontro da narrativa de alguns chefes de cozinha que trabalham com o seguimento de uma cozinha mais voltada aos alimentos orgânicos, naturais e que trazem aspirações sobre a relevância de uma produção de alimentos limpos, puros, orgânicos e sociais, com contato mais direto a partir do que se produzem com quem os produz. Pretendemos desta maneira, demonstrar reflexões e um olhar **de dentro** sobre as questões da evolução da agricultura à luz de percepções sobre a espacialidade do rural e do urbano enquanto um espaço de continuidade e não de segregação na visão do Narrador. Para tanto, utilizamos o diálogo entre a Antropologia Interpretativa e a Teoria da Memória enquanto recurso metodológico para fazer as análises da história de vida.

Nosso primeiro ponto, digamos, que o gatilho, para a realização da coleta da história oral de vida deveu-se a partir do cruzamento da história oral do Seu César com as leituras e estudos advindos de teóricos da memória. Desta maneira, concordamos com Halbwachs (1990) que a representação das ideias de uma ou de muitas pessoas em um acúmulo de lembranças são capazes de descrever com muita exatidão fatos ou objetos que podem ser vistos ao mesmo tempo, possibilitando, a partir desse ponto, a reconstituição de toda uma sequência de atos e palavras em circunstâncias definidas.

Ao percebermos que Seu César, em nosso primeiro contato, teve uma vida urbana, na “*cidade grande*”, e depois de se aposentar é que buscou ser produtor rural orgânico, nosso ponto de partida se deu em buscar de onde vinha o real motivo e incentivo para esse tipo tão específico de produção de alimentos.



Inicialmente, elucidamos que os elementos de sua trajetória também “passam pelo silêncio, pelos olhares, expressões faciais, mímicas, gestos, distância etc. – podem ser úteis mesmo quando não é possível enquadrá-las no contexto lógico do discurso científico” (Maresca, 1996 apud GURAN 2000, p.157), e para tanto, foram realizados os diversos encontros como meio de aproximação do sujeito e do pesquisador.

Durante um desses encontros, ao discorrer sobre sua fazenda, sobre os seus “*modos de vida*”, no plural, Seu César começava então a adentrar sobre fragmentos do passado, fragmentos de memória, ao nos contar que o nome que escolheu para sua fazenda era também o nome de sua avó, “*aí o nome da Fazenda, Fazenda Luciana, é o nome da minha vó, o nome da minha primeira filha chama Luciana [...] Mas a história foi começar por aí, né? Por causa da minha avó, né?*”.

Para além de trazer para a sua vida no momento presente, fragmentos do passado, como colocar em sua fazenda, o nome de sua avó, também como reforçar, logo nas primeiras frases de seu discurso, que este é também o nome de sua filha e “*que a história foi começar por aí*”, nos levou a interpretar o quanto o estar inserido no campo, no meio rural, trazia ao Narrador, uma sensação de pertencimento, e também o quanto essa aproximação o deixava mais próximo de sua avó. Chauí (1979) apud BOSI (2015) nos explica que lembrar não é reviver, mas refazer, sendo, portanto, uma reflexão, uma compreensão do agora a partir de suas lembranças sobre o tempo vivido, e ainda, que não se trata de uma repetição. O que para Bergson (2015) seria como se a história passada, presente e futura se desdobrassem em um só golpe.

Em consequente, Seu César, lembra então de suas memórias de infância, nos relata sobre a impressão do quanto a vida rural, aos sete anos de idade o tinha afetado “*eu tinha sete anos de idade... 1954, o tempo que eu fui morar com ela... sei lá... quase dois anos morando com ela. E aí eu, a vida toda eu sempre quis mexer com isso né?*”. Em nossa interpretação sobre o relato a partir dessa perspectiva, seria que o ato de plantar, além de físico, seria para ele como um tom de ressignificação da infância, ou ainda, uma personificação do passado.

O encontro da narrativa entre passado e presente no seu discurso, reflete sobre o quanto o Narrador está imerso em todos esses períodos, como também, a nosso ver, traz ao discurso do passado uma vivacidade para que possa ser entendido com maior clareza no contexto atual. Entendendo que este pode ser “modificado pelo presente, o qual é interpretado pelo indivíduo, atento aos elementos concretos. A realidade resulta do dialogo entre o concreto percebido pelo

indivíduo e as representações mentais do passado e da interpretação do presente, as quais são reconstruídas constantemente” (CORÇÃO, 2006, p.2).

Então, a partir de uma fala emocionada sobre sua avó, nos conta sobre suas primeiras impressões a respeito dela, nos trazendo argumentos que interpretamos como fundamentais para a compreensão de toda a sua narrativa, nos fazendo ter maior noção sobre o quão grandiosos eram os discursos de sua avó e o quanto ele a respeitava, sendo ela, uma pessoa de vanguarda, dotada de aprendizados trazidos com a experiência e o tempo vivido “*ela não era agrônoma não, ela era só uma pessoa estudiosa. E ela era uma pessoa de vanguarda mesmo, diferente da época, né, que ela que me botou, que botou isso na minha cabeça*”. Seu César afirmava que estando sua avó muito a frente para aquela época, principalmente por defender uma plantação sem aditivos químicos, “*ela que me botou, que botou isso na minha cabeça*”, ele também o estava, porque “*havia, no jeito de lembrar, a superposição e o suceder de gerações*” (MANCUSO, 2010, p.67) e então, acaba por perceber que esse ato de plantar, alimentava também a sua essência.

No desenrolar de sua narrativa, ele desloca referências sobre o despertar de uma sensibilização em detrimento ao ato de se plantar alimentos orgânicos, faz então referência sobre o quanto ser orgânico, fazia parte de uma cultura distinta, da qual ele sempre entendeu por fazer parte. “*Essa cultura, né? Agora que tá começando a aparecer essa cultura. Sabe que eu mexo com isso desde 89, são quantos anos agora? São onze, vinte e seis anos, né? Então antes, eram pouquíssimas pessoas... pouquíssimas, pouquíssimas! Hoje não, hoje é significativo*”. Desta maneira, tendo como ponto de partida o significado que o plantar orgânico trazia como aporte para o momento presente, o Narrador em relação às suas memórias, evoca nuances de sua trajetória a partir de sua infância.

O produtor fala de suas percepções do início de sua história a partir do que ele se constituía ainda enquanto criança, de suas lembranças, quando nos conta como se dava sua rotina na infância na fazenda de sua avó Luciana “*saía cedinho, no escuro ainda pra ir pro colégio, montado numa mulazinha, numa besta, voltava... eu e outros, né? E voltava e chegava e almoçava e aí ia mexer com os ovos, e aí que eu ia estudar, né?*”. Há um desvelar de fragmentos da memória sobre o que se é possível interpretar no seu momento presente.

Para nós, o fato de o Narrador enfatizar que acordava cedo, para começar o seu dia indo à escola em meio a um cenário rural, dá a ele um papel de responsabilidades sobre o futuro. Então, quando indagado sobre o que a vida no meio rural trazia a ele hoje, em sua formação humana, ele

indaga que são seus princípios, “*a consciência, mesmo, a consciência de... [...] Ficou o legado, é, ficou o legado...*”.

Ao falar sobre as suas origens, nos revela o quanto, a partir delas, seu conhecimento sobre a comida e o gosto foi se formando, ao indagar que “*as pessoas comem com os olhos!*” [...] *As pessoas nem percebem isso, nem percebem isso. Comem o que tá no prato, não sabem, não sabem... é... as pessoas também não sabem, não sabem combinar os alimentos, né?* Em nossa percepção, era como que um processo nostálgico a partir de suas vivências, quando Seu César desvelava nesse momento suas aspirações e anseios sobre as diferenças sociais e de acesso a comida sobre a dificuldade de se manter uma vida justa em seu país de origem e volta e meia lembrava de sua avó Luciana, como quem respira presença.

Falava sobre os alimentos de sua infância, sobre a plantação de banana “*tudo sem veneno*” da casa de sua avó lá no Rio de Janeiro, onde, além das bananas sem veneno, também “*tinha galo, tinha cavalo, tinha porco, tinha uma porção de animais, né? Mas lá era basicamente, é, banana e goiaba*”. Contou-nos que sua plantação de orgânicos hoje, era farta, o que para nós, se engendrava era uma mixórdia de lembranças atreladas a uma realidade vivida, “*era produção de banana e goiaba, né? [...] E galinha era solta, né?*”. Naquele instante, fazia uso do poder em que a memória o dava.

Neste desdobramento, iniciamos o encontro teórico com os outros sujeitos eleitos nesta pesquisa, os Chefes de Cozinha, supracitados no início do capítulo. Nesta análise foi possível perceber a partir dos relatos estudados e das histórias de vida, o engendramento e as proximidades entre o produtor de alimentos orgânicos, seu César, e as memórias afetivas e gustativas dos Chefes de Cozinha. Todos eles partilhavam de uma mesma essência, e esta, estava de certa maneira, ligada às memórias em que tinham de suas avós:

Carrego os cheiros da minha infância: o molho de tomate fervendo na panela de ágata; as sementes de erva-doce; o aroma de azeite de oliva e farinha tostada dos pizzele na hora do café; o café com licor de anis; o alecrim colhido na horta para o coelho assado. O perfume das camélias, de parmesão maturado, de uvas fermentando, de vinho patero, aquele que se faz pisando as uvas com os pés em uma bacia de madeira (CAROSELLA, 2015, p.15).

No relato da chefe de cozinha Paola Carosella, ela nos conta os cheiros de sua infância ao se lembrar de sua avó materna, “as pantufas da minha avó María arrastando a sua juventude” e se

lembrava do ambiente da cozinha em que tudo ocorria<sup>18</sup>. Este relato nos dá uma ideia de como o tempo havia passado para a cozinha e que mesmo assim as marcas do passado transferem algum significado para o momento presente. Mas o que queremos no ater aqui é sobre o fato de como as relações que se davam na cozinha, relacionando a lembranças dos cheiros, aromas e dos sentidos, expondo o ideal das “conversas revolucionárias” que se davam na cozinha de sua avó.

As avós contraem um importante papel e cenário de reflexão, tanto a avó da cozinheira, que no decorrer do trabalho, apontamos suas influências a partir de suas memórias gustativas e afetivas. Como a avó de Seu César, “*de vanguarda mesmo*” traz para ele elementos que ele utiliza enquanto premissa de vida, enquanto “legado”.

Compreendemos, a partir dessa correlação entre as memórias da Chefe de Cozinha e as memórias do Narrador, que o marco de renascimento do produtor orgânico, enquanto sujeito rural, e do que ele acredita ser hoje, se daria pela força e presença que ainda sente de sua avó, trazida sempre como personagem principal em sua narrativa.

As suas falas sempre se dão início, ou trazendo sua avó para a sua narrativa, ou fazendo referência a ideais parecidos com os que ela tinha para o momento presente, desta maneira, o produtor então começa a narrar sobre o local onde passou a sua infância, indagando, “*eu fui morar com a minha vó. Minha vó Luciana, minha vó Luciana*”.

Verificamos a partir da contribuição teórica de Bartholo (2009) a interpretar na narrativa que a pessoa da relação Eu-Tu, seria, nesse caso, o suporte relacional que permitiria fazer da alteridade, uma presença, onde, a partir desse ponto, existiria, portanto, uma possibilidade relacional que se estende para além do campo do inter-humano. Em outras palavras, a possibilidade de personificação do outro por intermédio de um dado discurso. Então, desta maneira, interpretamos a partir de seu tom de voz na narrativa, bem como, da forma em que se expressa para falar de si, trazendo sempre a memória de sua avó para o tempo presente, que a sua infância poderia ter se dado em qualquer lugar, geograficamente falando, por assim dizer, mas o local que importava para ele era estar ao lado de sua avó.

Seu César, então dá continuidade em sua fala partindo-se de uma breve apresentação, “*eu tenho 67 anos de idade... quer dizer, eu já não sou nenhuma criança mais, né!*”. Nesse momento, a nosso ver, faz validar o seu relato, pois ele entende que, tendo experiência de vida e estando

---

<sup>18</sup> [...] era um lugar enorme. No centro havia uma mesa grande, em volta da qual tudo acontecia: o café da manhã, as tarefas antes do almoço, as lições de casa da minha tia Cláudia e as conversas revolucionárias entre minha tia Ana e minha mãe (CAROSELLA, 2015, p.15, 16).

hoje a firmando em sua narrativa, essas vivências traduzem-se desta maneira, enquanto legitimidade à sua história de vida.

Não necessariamente, falamos sobre essa legitimidade, como uma busca por fatos, tanto menos com intenção de se fazer uma avaliação sobre o que se estava sendo dito no sentido de comprovar sua veracidade, esse nunca foi nosso objetivo. A liberdade em seu discurso fora em todos os momentos, preservada.

O produtor, então narrava, a partir de suas percepções de tempo e de espaço e nos contava detalhes íntimos, a partir da aproximação com o pesquisador e dessa liberdade a ele disposta, que talvez não fossem possíveis de serem vistos a partir de uma entrevista estruturada. Então dá seguimento em sua fala nos referenciando elementos, para ele, um tanto turbulentos, *“quando eu era pequeno, a minha mãe era muito doente, era uma pessoa muito doente, e ela ficou internada naquelas clínicas de repouso, ficava anos lá...”*. Sempre que percebemos uma aproximação de sua fala sobre a sua mãe, ele a referencia dando ênfase a palavra “anos”, com uma duração longa, maior do que a habitual em sua narrativa, o que representa para nós, um distanciamento que chega até o presente momento.

Quando em sua fala dava a ênfase em *“ficava anos lá”*, em nossa interpretação, seria se como naquela época sua mãe sempre estivesse mais distante do que presente em sua rotina, reforçando-nos a ideia do quanto a figura de sua avó representava então a ele, como que um exemplo a ser seguido, um modelo, até mesmo um referencial materno, ao qual o produtor tem orgulho em ter. Após certo tempo de pausa, quando retoma, faz validar nossas interpretações em relação ao significado da presença de sua avó, *“Eu fui morar com a minha vó. Minha vó Luciana, minha vó Luciana, numa cidadezinha chamada Nossa Senhora de Santana de Japuíba, era uma fazenda perto de Friburgo, perto de Cachoeira de Macacú. Perto de Serra de Friburgo”*.

Quando o Narrador em sua referencia *“Nossa Senhora de Santana de Japuíba”* como nome da cidade onde cresceu, no entanto, verificamos que se trata de uma igreja no município de Nova Friburgo, no estado do Rio de Janeiro. Em suas falas, confunde o nome do município de Japuíba, distrito de Cachoeiras de Macacu, com a igreja que se encontrava ao caminho da chegada da vila, situada em frente ao rio Macacu, chamada de Nossa Senhora de Santana de Japuíba, o que nos sugere a existência de certa religiosidade, que não foi apresentada em momento algum em sua narrativa, ou se pauta por uma localização histórica, já que a igreja é

datada do século XVII. O que nos interessa, no entanto, foi a forte impressão sobre a igreja ao se recordar de sua infância.

Temos conhecimento de que na reconstrução da memória não se há uma preocupação lógica, exata com o tempo ou com a ordem sincrônica de como as coisas de fato ocorreram. A ideia de saber a localização geográfica em que se encontrava no momento de seu discurso, não se deu enquanto comprovação sobre o que estava sendo dito, tampouco nos preocupamos com a veracidade dos fatos, ratificamos aqui essa importante explicação. Pode ter se tratado apenas em uma confusão instantânea sobre os nomes em que estava dizendo.

O nosso interesse foi o de compreender o contexto histórico sobre onde sua narrativa acontecia, pois temos conhecimento do quanto de sociedade o sujeito, ao narrar sua história de vida, carrega consigo, e o quão representativa essas pontuações podem ser, quando o objetivo se pauta em interpretar com maior a proximidade possível os objetivos engendrados na fala do Narrador. Temos desta maneira, uma preocupação lógica com a sutilidade transportada em suas falas.

Seu César retoma sua narrativa apontando aspectos sobre sua infância, sempre tendo sua avó como espelho, como um modelo positivo a ser seguido. Para ele, era substancial narrar sua história de vida a partir das recordações em que tinha de sua avó. Então, em sequência, reforça que ela “*é uma pessoa assim diferenciada pra a época, né...*” personificando-a enquanto momento presente. Neste ponto, especificamente em que Seu César não faz distinção entre tempos verbais para narrar sua história à tona, entendemos o quanto do passado faz parte do presente em sua narrativa. E então, concordamos que, as:

[...] narrativas orais referem-se tanto ao passado quanto ao presente, organizando-os e unificando-os, e ao mesmo tempo apontam para o futuro. Finalmente, o texto mostra como o estudo da tradição oral, relacionado de forma tão íntima ao da história oral, desafia as concepções tradicionais de ‘lugar’ e de ‘evento’. [...] (FERREIRA; AMADO, 1996, p.xxi).

Pudemos desta maneira, verificar, a partir do tom de voz da narrativa de Seu César, uma entonação de orgulho e de respeito em relação ao desfecho que aborda o início de sua vida, enquanto sinônimo de força e inquietude. E o diálogo sobre ele, ou sobre a sua avó, continua, “*filha de portugueses, aqueles portugueses, né... radicais aquela coisa horrorosa*”. A cada frase em que avançava, a cada mazela alcançada ele carregava consigo um tom de defesa, como se a

história de sua avó não pudesse, de maneira alguma, ser interpretada de outra forma, e ele a defende, “*coisa horrorosa*”, a existência de um radicalismo sobre o qual sua avó sofrera naquele tempo. Notamos, nesse ponto que seu tom de defesa se referia inconscientemente ao fato de que “a organização das lembranças se articula igualmente com a vontade de denunciar aqueles aos quais se atribui maior responsabilidade pelas afrontas sofridas” (POLLAK, 1989, p.7). Embora seu discurso nos tendencie a acreditar que sua crítica estava relacionada somente ao fato de os portugueses daquela época, mais especificamente de seu bisavô, ser radical, e que não houve intenção de generalização relacionada à cultura do país ao qual se refere. Inclusive, no decorrer dos encontros, ele fala o quanto se identifica com a cultura portuguesa, e que, inclusive passa boa parte de todos os anos, em Portugal, e que lá, diferente do Brasil, sente uma valorização maior referente à cultura, a alimentação e o consumo de orgânicos, parte essa, não registrada no gravador.

Dando continuidade a sua fala, discorre sua avó, que, “*casou aos 15 anos...*”. O que, aos nossos conhecimentos, era comum àquela época, mas Seu César fez questão de nos explicar em tom de defesa, “*quer dizer, encomendado, né? Aquele casamento... Que ela nunca viu o noivo e... E casou*”. Ele não menciona de forma direta a presença de seu avô em sua infância, ou ainda sobre o seu bisavô, pai da avó Luciana em seu depoimento. Tivemos a impressão de que o Narrador gostaria de deixar claro que suas virtudes do tempo presente se davam a partir dos aprendizados que teve com a avó Luciana, dando-nos brecha a interpretar, que o que importava em sua narrativa de história de vida, era a presença de sua avó. O que nos explica Michael Pollak (1989), que esse fato se deve à ênfase de certas lembranças virem à tona. Ou ainda, o que, a nosso ver, poderia se dar em uma tentativa de narrar a história de vida de sua avó Luciana, como se a sua própria vida, fosse o que desse continuidade a vida dela, como se o Narrador fosse uma extensão de sua avó.

“*Ela, uma pessoa... muito ativa, muito séria, né? Não deu certo. Então (...) teve duas filhas e uma pessoa naquela época, separada, né? que não... naquela época era horrível, não valia nada. A mulher separada e o cachorro... o cachorro era melhor!*”. Pudemos notar que seu tom de voz muda para defender a sua avó de uma forma enfática, ao mesmo tempo em que sempre demonstra a sua admiração em relação à força em que percebia de sua avó.

Quando ele referencia a época em que vivia sua avó Luciana em sua narrativa, faz também uma análise sobre o fato da importância desse diferencial que foi a presença da avó em

sua vida. A contextualização sobre o tempo do ocorrido, a nosso ver se dava sobre o fato que os costumes daquela época eram tais e tais e que esses costumes, quando se tratava sobre a memória de sua avó não faziam interferência sobre o que ela era de fato, “*de vanguarda mesmo*”. E sequencia, “*e aí ela foi...*”, sua avó foi embora da fazenda, da casa de seu avô, porque “*o PAI não quis saber mais dela, não sei o quê... Ai ela foi morar lá*”. Não nos dá indícios sobre onde sua avó foi morar quando foi embora, porque logo depois, “*mas daí depois o pai perdoou ela... ela foi morar com o pai lá na fazenda lá*”. O marco importante, em nossa interpretação, e então, relevante para a sua narrativa, foi o reconhecimento do caráter de sua avó Luciana pelo seu bisavô. Ao mesmo tempo em que sua avó saía da fazenda, em seu discurso, imediatamente ela retornava, porque “*o pai perdoou ela*”, não existindo lacuna aparente entre a saída e volta de sua avó para a fazenda.

Em sua narrativa, quando Seu César fala sobre o perdão vindo de seu bisavô, demonstra certo respeito a ele, talvez pelo fato dele ser mais velho, e ele, ainda criança, mesmo que, na data dos fatos ocorridos, ele ainda nem tivesse nascido. Existe um imperativo sobre a sua onipresença quando se trata de fatos que envolvem sua avó. Ele, mesmo sem ter estado lá, narrava como se ali estivesse, como se carregasse, a partir das memórias de sua avó, suas vivências, suas dificuldades e também suas vitórias, quando se diz respeito ao que ele se tornou hoje. Sabemos que há um tempo passado, mas em sua narrativa, era como se tivesse acontecendo no presente o rememorar de sua trajetória de vida.

Naquele momento, o desvelar da narrativa começa a ser construído, eis então o marco de uma espécie de amálgama entre o Narrador e sua Avó Luciana, “*e aí, nessa época minha mãe foi internada, né, e eu fui morar com ela*”. Ele volta a narrar sobre o acontecimento de sua mãe ter ido morar em outro lugar, embora, em nenhum dos encontros entre em detalhes sobre como essa distância de sua mãe o afetara. Conta-nos também, sobre o fato de ter ido morar com a sua vó, que, a partir da interpretação de sua narrativa, já teria voltado a viver com o seu bisavô, o qual mais uma vez não se faz presente em seu discurso.

Do ponto em que ocorre a grande mudança em sua vida, sobre como se sentia ao estar indo morar com a sua avó aos oito anos de idade, distante de sua mãe, então faz um salto, transportando consigo, fragmentos das lembranças que tinha sobre os assuntos políticos daquela época. Começava então, a partir daquele momento a sua inserção de conhecimentos e interesses políticos sobre os acontecimentos que se davam no meio rural, instigações essas, que se iniciaram



por volta de seus oito anos de idade e que, interferiram no que o sujeito é hoje, tanto no seu modo de vida, quanto as suas intenções quando se fala em visão de mundo. O seu mundo orgânico, o seu estado de “*ser orgânico*” deu-se início ali, com as discussões sobre as formas políticas de adubação química no país, iniciadas por volta da década de 1950.

“*Foi, na época que tava começando no país uma coisa chamada Revolução Verde<sup>19</sup>, não sei por que verde, né, mas falava revolução verde*”. Nesse momento, fora possível notar, a partir das falas do Narrador, que para ele a indagação sobre o “*verde*” da “*revolução*” em seu discurso se pautava a partir dos seus conhecimentos e críticas adquiridas com o tempo sobre o assunto, “*a adubação química, que ia acabar com a fome do mundo, diziam que nunca ia mais ter fome no mundo, que ia ter adubo a vontade*”.

A sua crítica se daria, sobretudo pela indignação a qual sentia pelo movimento e seu sentido verde, faz então analogia sobre o verde que se instaurava dentro do rural, e o sinônimo do verde enquanto bem-estar, tão diferente da demonstração objetiva em que se acreditava pautar sobre esse movimento. Ressaltamos, desta maneira, o entendimento sobre o fundamental papel do pesquisador de interpretar o que se é dito e tentar alcançar uma melhor compreensão das falas do Narrador a fim de descrevê-las da maneira mais leal possível.

No ponto da narrativa em que Seu César faz uma análise crítica sobre o movimento, ou um momento histórico ocorrido na infância, podemos interpretar o fato como a fusão entre o garoto de oito anos de idade e o senhor de sessenta e sete anos na apropriação de seu discurso. A memória, nesse caso, mesmo apontando outras épocas em seus fragmentos, pode ser entendida no momento-presente.

Em suas falas, fora possível notar que a sua compreensão sobre o movimento da Revolução Verde estava aliada ao fato de sua mudança para a fazenda da avó Luciana, “*estava começando no país ainda, e aí... É... Eu fui morar com a minha vó. Minha vó Luciana, minha vó Luciana, numa cidadezinha chamada Nossa Senhora de Santana de Japuíba, era uma fazenda perto de Friburgo, perto de Cachoeira de Macacú. Perto de Serra de Friburgo*”. A Revolução Verde, para ele, era algo distante do que ele vivenciava na prática, onde seus frutos, ou ainda os

---

<sup>19</sup> Revolução Verde foi um programa que tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes às doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratamentos culturais mais modernos e eficientes. (BRUM, 1987, p.44)

frutos de suas percepções sobre o movimento apontavam para uma prosperidade para o campo.

Nos entendimentos do Narrador, a Revolução Verde se deu *“quando... desenvolveram nos Estados Unidos e na Europa também, né? a adubação química, que ia acabar com a fome do mundo, diziam que nunca ia mais ter fome no mundo, que ia ter adubo a vontade, né, ia produzir através do petróleo”*. O Narrador faz então relação da adubação verde, com o que se havia apreendido com o desenrolar de sua trajetória de vida, *“minha vó era uma pessoa ativista, ela era radicalmente contra isso, ela achava que não tinha jeito, que não ia dar certo, porque o adubo químico é o sal, e o sal ia salinizar a terra, e ia ser...”* e então, contestava todo esse argumento sobre o *“verde”* da adubação pelo tom pouco mais rude de voz, elencando então lembranças que mesclam o passado, demonstrando uma garantia sobre o discurso em que ele considera no presente.

É possível perceber a presença, tal como a grande importância de sua avó em sua narrativa, então, deste modo, concordamos que *“o ato concreto pelo qual reavemos o passado no presente é o reconhecimento”* (BERGSON, 1999, p.99). Mesmo não sabendo exatamente se a legitimidade desse discurso sobre a Revolução Verde se dava mais sobre os preceitos aos quais ele acreditava ou sobre suas lembranças referidas entre os sete ou oito anos de idade.

Temos conhecimento de que o assunto pautado se dava por meados da época de 1950, exatamente no momento em que houve o distanciamento do Narrador e de sua mãe, bem como a sua chegada à fazenda da avó Luciana, mas *“o tempo que eu fui morar com ela... sei lá... quase dois anos morando com ela. E aí eu, a vida toda eu sempre quis mexer com isso né?”* Esse tempo referido pelo Narrador, se confunde com sua vontade de vida, ou com que tomou enquanto objetivo de vida.

Não sabemos ao certo quanto tempo o Seu César ficou vivendo a com sua avó, nem ao menos a idade exata em que se ocorreram tais acontecimentos, o que pôde ser percebido e que o que realmente importa para ele, a partir de nossas interpretações, é de que esse tempo na fazenda fora substancial para que a sua trajetória fosse traçada. Sua história de vida novamente dá um salto, ele a coloca a novamente para o presente, abordando, a partir deste ponto, as percepções de sua construção social que se moldaram a partir de suas escolhas e em função do tempo, então explica o porquê, apesar do fato de que sempre quis plantar alimentos orgânicos, *“a vida toda eu sempre quis mexer com isso”*, o motivo disso ter acontecido tão tardiamente em sua vida. Sua primeira explicação partia-se de falta de condições financeiras daquela época, *“não podia*

*primeiro né, que eu não tinha condições, né, financeiras”, mas depois nos elucida, de que não bastaria o dinheiro, o problema maior regia-se sobre o fato de não o local onde pudesse fazer o seu plantio, “não tinha terra, não tinha nada”.*

Nessa época, o Narrador ainda morava em outro Estado, *“eu morava no Rio de Janeiro, e vim trabalhar no Banco Central aqui em Brasília, fiz concurso e vim pra trabalhar aqui no Banco Central”* e complementa, *“aí eu fui juntando um dinheirinho daqui, um dinheirinho dali, num sei o quê, né? Trabalhei também além do Banco Central, trabalhei, eu tinha representações, de indústrias, então... Eu ganhava mais fora do Banco Central que no Banco Central... Consegui juntar...”*.

É possível perceber a vontade de reencontro com suas raízes no meio rural, as quais criou laços afetivos aos oito anos de idade, como precursoras de suas motivações de retorno ao campo. Ele discorre com clareza que entende sobre a necessidade de se trabalhar, de se ter dinheiro para se voltar ao campo, ainda que aponte como crítica, expressa de maneira objetiva, que se *“não tinha terra”* então *“não tinha nada”*, o que a nosso ver, partindo-se da análise das falas ao longo de um ano de encontros, para ele, só se era possível encontrar com o seu estado de pertencimento quando comprara seu pedaço de terra. *“Comprei um terreno no Lago Sul<sup>20</sup>, construí uma casa, daí separei, tive que vender a casa”*. Embora esse ainda não seja o momento crucial de suas buscas, entende-se como um passo para que sua trajetória acontecesse.

Esse é o momento de transição do homem da cidade, como ele mesmo já disse, com o homem do campo. O que entendemos é que houve essa ruptura entre urbano e rural, tanto a partir da separação conjugal com a sua primeira esposa, tanto com a venda da casa que traçaria então um velho, ou novo, objetivo dentro de sua trajetória, o de ser produtor de alimentos orgânicos, ou ainda, o de *“ser orgânico”*, que para ele fazia mais sentido, porque os aspectos de sua produção iriam para além da produção, seria um modo de vida.

Foi então que *“vendi a casa e comprei a Fazenda, e a minha parte eu comprei a fazenda. No Goiás... e lá é onde eu tenho até hoje, lá em Corumbá de Goiás. E aí eu comecei a arrumar, produzir e tal, né? Aí eu comecei a produzir orgânico mesmo, né? Sempre pensei em fazer isso”*. Quando coloca os elementos vividos enquanto momento presente em sua narrativa, principalmente quando fazemos ligação às suas primeiras falas, sobre a sua avó, que também era

---

<sup>20</sup> O Lago Sul é uma Região Administrativa situada no Distrito federal, fundada a partir do Decreto de nº 15.515, de 17 de março de 1994, o qual fixou os limites da Região Administrativa do Lago Sul – (RA XVI).

contrária à adubação química, *“radicalmente contra isso”*, Notamos essas características enquanto uma forma de herança, ou ainda, de proximidade com sua avó, pela semelhança entre os discursos, reproduzido por ele, quanto os mesmos preconceitos que relata ter sofrido por ser contrário a uma agricultura, que tivesse como base uma adubação pautada em defensivos químicos.

*“Sempre fui orgânico, Sempre, Sempre!”*, então discorre sobre as dificuldades enfrentadas por suas escolhas, de *“ser orgânico”*, principalmente a partir de sua visão de mundo, tão diferente das quais se eram comuns naquela época, a de adubação com base em defensivos químicos. Mas a sua vontade de estar no campo só fazia sentido para o Narrador, daquela maneira, da forma como aprendeu na fazenda de sua avó.

Para o Seu César, a agricultura orgânica constituiria para ele um diferencial, o seu diferencial, em consonância com a natureza, *“a gente tenta fazer isso, um equilíbrio, né?”*. Então, esse equilíbrio se pautaria a partir de uma *“rotação, de cultura, né? A terra equilibrada, com os micro, macro e micro nutrientes equilibrados”* e dessa maneira, não precisaria fazer uso de defensivos químicos, porque entende que os insetos não atacariam as suas plantações, porque não atacam as plantações que crescem na natureza, porque estaria reproduzindo os atos da natureza ao plantar orgânicos, *“a natureza faz tudo isso sozinha. [...] Tem, totalmente a ver com a agroecologia. Então a base de cultura orgânica é isso entendeu?”*.

Ele nos contou sobre a forma em que era visto pela sociedade, *“então eu era um maluco, idiota! Orgânico! Na época não existia esse movimento que tem hoje, né?”*. E a partir de suas falas, apreendemos que naquela época, quando ele começou a plantar, não existia o movimento sobre uma consciência de se não utilizar defensivos químicos por uma questão de saúde que se tem hoje.

Deste modo, reproduzimos trechos de sua narrativa, quando nos demonstrou aspectos de como isso ocorria a partir das discussões na fazenda de sua avó Luciana em sua infância e as relações sobre o que estava relatando no início de sua carreira como produtor orgânico, *“ela era uma pessoa de vanguarda mesmo, diferente da época”*, quando se fala sobre a questão de ser radicalmente contra o uso de defensivos. E então fazemos esse aporte das semelhanças entre as dificuldades sofridas pelo produtor, a partir dos aprendizados em que teve de sua avó, *“ela que me botou, que botou isso na minha cabeça”*, e, desta maneira, não sabemos exatamente, nesse momento, em qual período se situa a sua narrativa.

No entanto, gostaríamos de ressaltar que quando ele se refere ao movimento proferido pela Revolução Verde, exprime não somente sobre a importância de não se utilizar defensivos por uma questão de saúde, mas a ênfase sobre o que havia aprendido no decorrer de sua vida desvelando então o ato de plantar orgânicos, como um ato social em consonância com a natureza.

Voltando ao ponto de onde o Narrador se muda do Estado do Rio de Janeiro para Brasília para trabalhar e então juntar dinheiro para a realização de seu sonho de plantar alimentos orgânicos, nos atemos ao ponto de sua narrativa em que começa a trazer importantes fragmentos que legitimam a sua vontade, aliada às dificuldades em que tinha na sua vida na cidade, *“eu trabalhava no Banco, quer dizer, não tinha condições de fazer muita coisa”*. Para ele, *“fazer muita coisa”*, significava dar início a sua nova trajetória de vida, a de produtor rural de alimentos orgânicos, e deixando para trás a vida na cidade, que só fora possível a partir de sua aposentadoria, como aponta em seu relato, *“e aí quando eu me aposentei, aí eu fui morar lá”*. Ele então foi morar na fazenda em que comprou quando se separou de sua primeira esposa, fazenda esta, que inclusive, a partir de sua narrativa, já teria boa parte de seu plantio iniciado. Embora, como bancário não tivesse tempo de se dedicar como gostaria, *“e aí incrementei a produção, porque antes eu produzia praticamente frutas, porque, era mais fácil né, de controlar, né?”*.

Nesse momento era possível notar a alegria transbordada a partir das falas de Seu César. Ele não era mais o bancário, o empresário, *“aí eu comecei a mexer com orgânico, a partir daí”*. A partir daquele momento ele poderia se entregar àquilo que acreditava, e o *“mexer com orgânico”* se referia ao reconhecimento de sua plantação a partir de selos de garantia de produtos orgânicos.

*“Aí o nome da Fazenda, Fazenda Luciana, é o nome da minha vó, o nome da minha primeira filha, chama Luciana”*, mais uma vez trazendo o sentido de pertencimento, de conquista. Apreendemos que somente a partir da lembrança do Narrador foi possível notar de maneira clara como a escolha por esse tipo de produção ganhou sentido em sua vida, bem como salientamos o importante papel de sua avó Luciana em detrimento do que ele era hoje, *“a história foi começar por aí, né? Por causa da minha avó, né...”*.

Com emoção, quando ele afirma que tudo começou por causa de sua avó, *“a história foi começar por aí, né? Por causa da minha avó”*, não nos deixando claro se entende que tais recordações, inclusive, que o emocionam, poderiam ser uma maneira de reviver os valores de sua avó Luciana, afinal, ele dizia que naquela época, *“praticamente não existia”* a consciência de

produtos orgânicos. *“Aliás, existia! Existia muito mais! Porque não existia essa conotação de orgânico, mas a maioria era orgânico. Porque o pessoal plantava era com esterco, só. As terras eram melhores do que hoje”*. Naquela época, como no momento presente, para o Narrador, o que podemos sugerir é que, para ele, sempre houve alimentos orgânicos. Estes, aqui representados, a partir da memória e “presença” de sua avó, que, enquanto personificação no sujeito, permaneceram com o tempo vivido.

O fato dele se autodenominar como um *“produtor orgânico”* traz a tona, em nossas interpretações, uma realidade vivida aos oito anos de idade. E, a partir deste cenário, concordamos que *“através do trabalho de reconstrução de si mesmo, o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros”* (POLLAK, 1989, p.13).

E então, desta maneira, quando Seu César narra sobre o fato que *“a maioria era orgânico”* faz referência às dificuldades em que se tem de adquirir um selo do governo que valide seus produtos e dos outros produtores como, sem-agrotóxico, como saudáveis, em seu entendimento. Em sua narrativa, entendemos que se faz presente, desta maneira, uma crítica a esse modelo de certificação, principalmente quando ratifica que *“antigamente era assim, todo mundo só plantava orgânico... E não tinha a tecnologia que tem hoje”*. Ao seu entendimento, a tecnologia atual está mais voltada à questão de um modelo estabelecido para atender ao mercado, mas o seu interesse, a nosso ver, está em perceber como sua produção é percebida pelo consumidor.

Indaga-nos sobre a dificuldade encontrada para se produzir orgânicos nessa região por conta da qualidade da terra, *“é uma terra muito ácida, tem muito alumínio, então, tem terra que só planta soja/ soja, milho, pasto!”*, e que seriam necessários incentivos financeiros do governo para esse tipo de produção, que se tem um custo maior do que para se produzir alimentos convencionais, porque, *“pra produzir verduras cê tem que trabalhar bastante a terra botar muita matéria orgânica, e muito calcário pra você tirar o nível de acidez da terra”* e muitas vezes não se tem condições financeiras para se manter a produção.

A partir dessa crítica, feita em razão das dificuldades encontradas para se manter uma produção e a falta de incentivo do governo, ele também aponta sobre a sensação de imediatismo de outros produtores, no sentido de que plantam em um dia e já querem colher no dia seguinte *“não têm essa paciência, né? Não tem, não tem. Essa cultura, né? Agora que tá começando a aparecer essa cultura”*. Apontando mais uma vez indícios de como acredita em uma

autenticidade de ser produtor orgânico, e instiga-nos a pensar sobre a importância de que se considere nesse tipo de produção enquanto cultura, à luz de sua resistência de permanência no campo, quando discorre *“eu mexo com isso desde 89, são quantos anos agora? São onze, vinte e seis anos, né? Então antes, eram pouquíssimas pessoas... pouquíssimas, pouquíssimas!”*.

As indagações que o próprio Narrador faz enquanto retóricas em sua fala, mostra que essa resistência valeu a pena, e que hoje existe para além do valor financeiro, um valor simbólico, social, uma expectativa de que cada vez mais se entenda sobre a importância desse tipo de agricultura. A partir dessa premissa, Seu César acredita que estamos em um novo período, que *“hoje é significativo. Tem uma quantidade... cada vez mais, de pessoas que, que passam a entender o quê que é e porque, porque que é orgânico, né. Quê/ que o orgânico traz de bom, né?”* Assim como entende que, para ser orgânico hoje, *“não é só plantar, né? Tem que preservar o meio ambiente, tem que ter a parte social também, é uma coisa muito mais ampla, né, o conceito de orgânico... um valor social muito grande”*.

A sua fala sobre a preocupação social de suas produções nos deu margem para indagá-lo sobre como o uso de seus produtos se dava pelo mercado, principalmente quando em seu uso na gastronomia. Seu César não acreditava na existência de uma preocupação de chefes de cozinha com a origem dos produtos, e indaga que, em sua visão, que quando há um retorno ao campo, dentro desses aspectos, este vem sendo como meramente simbólico, o que, neste caso, interpretamos que se trata sobre os elementos de suas memórias em relação a esses preceitos.

Sobre a percepção do Narrador sobre o interesse de chefes de cozinha com o contato direto à produção orgânica, alega que *“o pessoal até acha bonito, QUE LINDO, QUE LEGAL, mas na hora mesmo, eles não!”* Essa negação forte, a partir da representação de sua fala nos faz compreender o desdobramento que se dá sobre a necessidade de visibilidade de uma área que poderia estar em harmonia com o campo.

Em contraponto às aspirações de Seu César, apresentamos uma reflexão feita por Paola Carosella que, a partir de suas lembranças, carregadas de infância ao se rememorar da horta da casa de sua avó:

[...] Era bonito porque era selvagem, e porque era verdadeiro, e porque uma horta é naturalmente bonita, seja lá do jeito que for. Tinha tudo. Tinha tomate, batata, berinjela, pimentão, manjeriço, alecrim, salsa, louro, romã, tangerina, laranja, limão, uva, coelhos e galinhas. E tinha oliveiras e pessegueiros e flores de todas as cores, e tinha terra úmida e sol forte. E tinha Mimi e Lino, que cuidavam de tudo, todos os dias, do

jeito que era natural para eles. A terra é para ser plantada, para ser bem cuidada, para continuar fértil para que se possa colher seus frutos, para criar bichos, para alimentar pessoas. Eles sabiam muito bem disso (CAROSELLA, 2016, p.17).

O que vemos hoje, principalmente, a partir da memória herdada que pauta sobre a importância do papel dos avós da chefe de cozinha, os quais eram dotados de sabedoria, afinal, ela afirma o fato de que eles “sabiam o que estavam fazendo”, assim como as reminiscências de Seu César com a sua vida na fazenda, com sua avó Luciana, que era uma “*mulher de vanguarda*”.

Para Paola Carosella, o ideal se pautaria pela simplicidade, “era tudo muito simples. Eu compraria os produtos frescos de pequenos produtores – tudo viria da agricultura familiar. A eles entregaríamos o composto feito com os resíduos orgânicos para que pudessem alimentar animais que depois usaríamos no restaurante” (CAROSELLA, 2016, p.48).

Seu César argui “*eles não*” com intenção de dizer que a proposta de consumo de alimentos orgânicos não passaria de um ideal, onde a compra dos produtos é dificilmente efetuada, fazendo, desta maneira, uma crítica sobre a mercantilização da área da gastronomia e produção orgânica quando indaga com um tom de frustração que “*eles querem é bonito. Entendeu? Como se fosse... Não sei se ele come aquilo que ele produz, deve consumir né, mas tem que tá bonito, a visão... do que eu acho, né! o que me parece... para o Chef de cozinha é a beleza, né? O prato tem que tá bem decorado e aquelas coisas todas*”. A sua crítica, a qual se refere a beleza representada em pratos por chefes de cozinha, como o próprio Narrador indaga, carrega consigo um discurso carregado de questionamentos, inclusive sobre a sua descrença sobre o fato de os cozinheiros consumirem aquilo que fazem.

Existe, entretanto, um movimento de alguns chefes de cozinha que trazem o valor social ao prato e também para as suas cozinhas e entendem a necessidade de uma produção orgânica com valores nutricionais que vão para além da ideia da estética. Que sabem o valor do alimento, assim como prega Seu César, como uma forma de nutrir. Entretanto, têm conhecimento sobre as dificuldades contemporâneas do encontro entre cozinheiros e produtores orgânicos.

No livro, *Todas as Sextas*, a chefe de cozinha Paola Carosella, descreve receitas que vêm temperadas com suas lembranças e memórias de sua avó, como a descrição dos modos de fazer da receita de massa branca para pasta:



A minha avó fazia esta receita com as mãos. Com aquelas mãos entortadas, jogava a farinha e a sêmola na bancada de mármore, moldava um vulcão e, no centro colocava os ingredientes. Primeiro ela misturava, com o garfo, as gemas, os ovos e o sal. Depois acrescentava mais farinha no centro do vulcão, para produzir uma massa sobre a qual punha toda a força do seu corpo com o objetivo de formar uma bola lisa, bonita e bem dura. Essa bola, ela deixava descansar um pouco sobre a toalha de linho. O movimento da minha avó, de costas, fazendo força para amassar a bola, inclinando o corpo sobre a bancada, levantando seus calcanhares a 45° do chão, chacoalhando seus vestidos floridos, é uma das mais engraçadas e amorosas lembranças da infância. Caso você não tenha uma avó assim, pode usar um processador (CAROSELLA, 2016, p.103).

Paola Carosella descreve a receita, embora se atente aos detalhes em seu olhar na infância, como o chacoalhar do vestido florido de sua avó, sobre a forma de sua mão “entortada”, ou o movimento de sua mão ao tocar na massa e a importância dos produtos utilizados “500 gramas de farinha de trigo, mais um pouco para amassar; 50g de semolina; 6 gemas de ovo de galinhas de vida digna; 4 ovos orgânicos das mesmas galinhas e 1 colher de sopa de sal fino” (CAROSELLA, 2016, p.103). Para a chefe de cozinha, “[...] o detalhe mais importante de todos é o ingrediente. Todas as receitas deste livro se construíram ao redor dos ingredientes. E não existe um bom ingrediente que não tenha por trás uma pessoa interessante, alguém com olhos honestos e boas intenções” (CAROSELLA, 2016, p.65).

A autora ainda complementa que se utiliza do termo orgânico, para alguns produtos como características obrigatórias em alguns pratos, afinal, acredita que “é assustador imaginar raspas da casca de algo que foi pulverizado com inseticida dentro de nossa comida” (CAROSELLA, 2016, p.67). Nestes termos, é possível notar a existência da busca de produtos orgânicos pelos chefes de cozinha, bem como o incentivo trazido pela Chefe de Cozinha em que se conheça também o produtor. Talvez esse movimento não se dê da maneira como Seu César gostaria, mas o movimento já é existente:

Hoje me orgulho em dizer que conheço grande parte das pessoas por trás dos ingredientes do Arturito (seu restaurante) e, humildemente, encorajo você a empreender esse caminho. Conheça as pessoas por trás da sua comida. Saiba quem são elas e o quanto gostam do que fazem. Faz toda a diferença. São pessoas por trás dos ingredientes e o trabalho delas o meu maior incentivo na hora de cozinhar. Meu trabalho é honrar o trabalho delas (CAROSELLA, 2016, p.65).

Ele, enquanto produtor rural ressalta que não entende como essa relação de estética que se dá sobre o alimento possa ser superior a uma questão de saúde, como acredita. E reforça seu interesse em se fazer ser visto, ou melhor, em ser reconhecido, enquanto produtor orgânico,

quando explica que “às vezes o produto orgânico, ele não é bonito, AINDA não é, melhorou MUITO de uns tempos pra cá. Mas ainda não tem e beleza que os outros têm, né, e que ali, né...”. Reforça sua indignação sobre esse mercado de consumo gastronômico quando alega que o uso de produtos convencionais em prato elaborado pelos chefes de cozinha, muitas vezes “é uma coisa maquiada, polida, né?... , passa uma espécie de... como se fosse uma graxa, né?... uma glicerina, né, porque aí fica tudo brilhando, chama a atenção”. E defende que “não é aquele fruto fosco como é o orgânico, é tudo fosco. E você diz ‘ah, essa coisa feia’, né?”.

Embora essa aparente contradição sobre os aspectos “bonitos”, elencados pelo Narrador a respeito dos produtos advindos de uma agricultura convencional, que ele discorda com o fato, não acha que são bonitos, principalmente pelo fato de terem sido desenvolvidos a partir de um sistema de defensivos químicos e de controle de produção.

É interessante salientar que o produtor transporta em sua fala um tom de ironia e ao mesmo tempo uma representação de seus conhecimentos quando alega que “as pessoas comem com os olhos! As pessoas nem percebem isso, nem percebem isso”. E ainda “comem o que tá no prato, não sabem, não sabem... é... as pessoas também não sabem, não sabem combinar os alimentos, né? A maioria não sabe. Pode ser em qualquer nível cultural”

A sua crítica sobre a cultura faz então seu nivelamento sobre conhecimentos de uma dada sociedade, sua afirmativa quando indaga que “pode ser em qualquer nível cultural” aponta como indignação de um problema em que ele acredita que pode ainda ser mais grave, afinal atinge também àqueles que detêm um conhecimento mais amplo sobre a ingestão e consumo de produtos com defensivos químicos e ainda sim acredita que estética ultrapassa esses valores em níveis ainda mais profundos.

Acreditamos que, para ele, os alimentos poderiam despertar muito mais do que o paladar nas pessoas, poderiam transmitir vida. Aprendemos que os sentidos como o olfato, o tato, a visão e até mesmo a audição configuram dimensões essenciais para a apreciação de alimentos.

Aceitar o quanto um produtor pode nos referenciar enquanto empirismo na pesquisa nos faz ponderarmos sobre que o ideal perpassa a poesia do homem do campo. Podemos então nos aprofundar, nas falas desse sujeito social e então trazer a tona elementos reais, sobre a ideia de transparecer o inverso, o avesso, sendo então a realidade uma representação do mundo exterior. Uma representação também do mercado, este, diretamente ligado ao campo, enquanto

abastecedor dos grandes centros e, portanto, essencial, sobre a questão do mercado que envolve a gastronomia e o uso de seus produtos orgânicos do meio rural.

Desta maneira, Seu César reconhece a importância e existência desse movimento quando discorre que *“tem os mercados também, os mercados. Só que o mercado, é... eu/ eu/ eu entrego às vezes, muitas vezes no atacado, né? Entrego inclusive, eu vendo para SÃO PAULO”*. Alega que apesar de ter seus produtos orgânicos dentro de um ciclo de venda, ainda aponta para grandes deficiências nesse processo quando traz a tona sua trajetória de ligamento com esse nicho. Afinal, *“a gente planta aqui, eles vêm com o caminhão e levam tudo de uma vez, sabe? Pra Goiânia eu também faço a mesma coisa... Muita gente pega orgânico de São Paulo. E pega, às vezes até, produto meu, mando pra lá, eles voltam pra cá”*.

Ele nos elucida com seu descontentamento a respeito desse ciclo, para além de sua fala, demonstrando em seus gestos, como também a tonalidade de sua voz que muda quando em sua fala, ele reconhece o papel do comércio, alegando que *“comércio isso, é comércio. Meu e de outros, não é só meu não, né?... Isso é comércio, é um esquema, né? Vai pra lá – volta pra cá e chega aqui caríssimo, né?... É, é comércio, isso aí!”*, mas deixa claro que desacredita que essa seria a melhor forma de desenvolvimento para ambos os lados.

Em sua narrativa está sempre presente a importância do contato do produtor e consumidor, o que pôde ser comprovado a partir de seu interesse e prontidão para esse diálogo no trabalho. Uma vez perceptível sua motivação em retratar seu passado, fomos em busca de um maior entendimento sobre a questão de se romper um silêncio em determinadas situações, o que para Michael Pollak (1989), seria como inscrever suas lembranças contra o esquecimento ou ainda, manter sua identidade para além do envelhecimento.

Em alguns momentos, logo após a finalização de sua narrativa, já com o gravador desligado, ele indaga sobre o fato de estar feliz sobre essa possível representatividade no meio acadêmico, ressaltando que esse espaço aberto será também uma porta para que suas visões de mundo sejam manifestadas. É então possível notar que existe no campo, representado então por esse sujeito rural, uma preocupação anterior ao processo de mercantilização de seus produtos, os quais só seriam comercializados a partir de seus excedentes, que é a enraizada “obrigação” do servir primeiro a seus entes, ao seu âmago familiar.

Em contrapartida, a partir de determinados pontos de sua narrativa, foi possível fazer outra leitura sobre como esse processo de representação do plantio se dá no campo,

principalmente em se tratando da visão de produtos orgânicos. Ele nos relata que *“muitas pessoas/ muitos produtores não sabem isso, não conhecem, só usa só aquela receitinha de bolo, né? Então usa isso/ isso/ isso/ isso e... por que, nem todos sabem. Muitos produtores orgânicos, eles plantam o orgânico só por causa do dinheiro”*.

A partir dessas afirmações foi possível notar que para ele, o ato de se plantar orgânicos não pode ser uma atividade dada unicamente com objetivos financeiros, *“tem dinheiro, CLARO, se não você não sobrevive, você para. Só prejuízo, prejuízo/ prejuízo! [...] Então é importante, o retorno financeiro mas não é só isso, né?”*. Fazendo-nos interpretar que esse ciclo de se plantar alimentos orgânicos também englobaria as relações sociais e o entendimento com o *“bem estar”* do planeta.

Afinal, para ele existe uma infinidade de íntimos fatores que englobam o *“ser orgânico”*, como também uma preocupação latente com os animais que compõe o meio rural, como pode ser observado em sua narrativa sobre o mercado, *“cê vê um frango hoje, ele é abatido com 29 dias! É um pinto! Era pra tá piando ali”*. Mas não estava, e não está, e explica como se dá esse processo mercadológico, *“normalmente, 29 dias é um pintinho desse tamanho assim, né? Então 29 dias... ENORME, pesadão assim com 29 dias. Come 24 horas, não dorme, muito remédio, muito antibiótico”*. Em contrapartida, corrobora em seu relato fragmentos de uma diferenciação sobre o que ocorre quando não há inserção do mercado no meio rural, *“a galinha caipira ela come sozinha... só come milho, cê joga milho pra ela determinada hora do dia, e o resto ela pasta”*. Desta maneira, é possível ler em sua narrativa a angústia reproduzida na forma em que nos traz essas informações, já que, como já aludido anteriormente, considera que todos nós fazemos parte de um mesmo círculo, todos, animais e pessoas, e, desta maneira, a partir da experiência de vida, traz em seu relato sobre a forma, a qual pondera como sendo justo para todos, em especial sobre como se dá em seu meio.

Na visão da Paola Carosella quanto à execução de receitas, tanto as contidas em seu livros como na prática adotada em seu restaurante vem ao encontro com o depoimento do Seu César, a partir de suas experiências no meio rural, sobre o respeito que se deve ter com a vida dos animais, para ela os *“ovos. Ovos e frangos e galinhas... Assunto complexo e sensível. Recomendo usar apenas ovos de galinha de vida digna, e frangos de vida similar”* e complementa que *“por vida digna entendo que tenham sido criados soltos e não trancados em gaiolas, que tenham tido a possibilidade de dormir no escuro, que tenham sido tratadas como tratávamos os animais quando*

os criávamos como animais e não como fonte de proteína” (CAROSELLA, 2016, p.67). Ou seja, para ele e para ela só se é possível ser saudável, se livre, ideia contrária ao confinamento em que se transforma o animal em produto.

Coadunando essa ideia, apresentamos então os depoimentos de Dan Barber, com base em suas perspectivas que também abordam interpretações sobre o mercado de consumo e, coincidentemente, pudemos observar, que seu relato também trazia fragmentos das memórias herdadas de sua avó, que assim como a herança do Narrador e da Chefe de Cozinha, faziam parte de um processo simbiótico em consonância com a natureza. “Quando minha avó assumiu a granja, ela viu que era preciso ter vacas na terra para pegar os nutrientes da terra e produzir capim bom, que termina sendo feno. Mas quando ela morreu, não havia animais na terra há 20 anos [...], e terminaria vendo o declínio geral da fazenda” (BARBER, 2015). Podemos sugerir que a partir dessa narrativa o então encontro entre produtor e chefe de cozinha já havia ocorrido. Ambos os sujeitos carregavam consigo as mesmas aspirações sobre a perspectiva de um presente e de um futuro diferente, mais justo para todos.

Tanto na narrativa de Seu César, como na de Dan Barber fora possível observar o papel da memória em consonância às aspirações e objetivos a que se tem do momento-presente, “sentia que não haveria pastagem, nada parecia com as nossas lembranças, se não fizéssemos alguma coisa. Como preservar o que minha avó queria preservar, esta paisagem aberta, como tornar essa granja produtiva e a paisagem?” (BARBER, 2015). A partir desse ponto, começamos a refletir sobre como o papel da memória trouxe aspectos de identidade e como a força da vontade de manutenção dessa identidade, enquanto que uma tradição também pode ser vista enquanto forma de ressignificação para um novo começo dentro do campo:

Nós precisávamos de animais. Um bom jeito de pensar nisso era por meio de laticínios se eu quiser ter leite excelente, devo apoiar a melhoria contínua do pasto. Agora criamos galinhas. Que jeito melhor de quebrar o esterco das vacas leiteiras e espalhar no campo? Galinhas. Criamos galinhas e começamos a ter muitos ovos. Mas existe um problema sério, como sempre há. Com a invasão das florestas, estamos cercados por floresta fechada, densa que vem querendo invadir os campos. Como impedir? Cabras. As cabras vão comer a sarça, coisas que as vacas não comem, e, assim, de repente, começamos a criar cabras [...]. E quando você faz a floresta retroceder, surge a chance de trabalhar com porcos e por que não trabalhar com eles? Quando se mergulha nessas relações simbióticas, você só vai melhorando o capim, e ao fazer isso, melhora-se cada mordida dada pelas vacas leiteiras, e ao melhorar a comida das vacas, você aprimora o leite. (BARBER, 2015).

Para ambos, coincidentemente, o papel das avós fora crucial para a concretização do que eles entendiam enquanto visão de mundo, com o apoio pautado em suas memórias. Afinal, “que culpa temos nós dessa planta de infância/ de sua sedução, de seu viço e constância” (Jorge de Lima apud NASSAR, 2014, p.5). A construção e a edificação da memória presente foram amparadas como forma de um novo olhar sobre o que estava acontecendo, no caso, para o Chefe de Cozinha, melhorar a propriedade a partir das lembranças que tinha de sua avó, que assim como seu César tinha certa relação de busca com o que se acreditava por ser certo em suas heranças familiares.

Para Dan Barber (2015), a apropriação e o rememorar de suas lembranças a partir da fazenda, seria, de certa maneira, como trazer uma melhoria contínua do sistema como um todo como uma meta a se desenvolver em seus trabalhos enquanto cozinheiro, por uma busca de sabor, que também daria suporte a uma visão que sua avó tinha de preservar o espaço aberto, enquanto forma social e sustentável, uma forma de também transportá-la para o tempo presente.

Ressaltamos esses aspectos de relação da vida atual em consonância às lembranças, porque também concordamos que é “[...] na memória do avô que dormem nossas raízes, no ancião que se alimentava de água e sal para nos prover de um verbo limpo, no ancião cujo asseio mineral do pensamento não se perturbava nunca com as convulsões da natureza” (NASSAR, 2014, p.58). Essas características de história de vida, ou ainda sobre o entendimento do sujeito, sugerem que esta última pode ser considerada como instrumentos de reconstrução da memória e identidade, e não apenas como relatos factuais, para ambos, além de se manter uma propriedade rural a partir da forma como aprenderam, seriam manter vivas as tradições, os costumes e suas próprias avós, por meio da memória.

A partir da aproximação das narrativas dos sujeitos para a realização de uma reconstrução da memória, podemos sugerir que o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros. Podemos sugerir que as dificuldades, para tanto, se pautariam em tomar como base, “imaginar, para aqueles e aquelas cuja vida foi marcada por múltiplas rupturas e traumatismos, a dificuldade colocada por esse trabalho de construção de uma coerência e de uma continuidade de sua própria história” (POLLAK, 1989, p.11). E então, dessa maneira, como forma de trazer a tona também o fator de construção da memória coletiva, cuja ordem social depende também de uma memória individual.

Ainda, com a ideia de se compreender como nosso Agricultor se encontrou com a produção orgânica, indagamo-lo a falar um pouco sobre a fazenda onde viveu na infância, perguntamos então qual era o nome da fazenda para dar início ao diálogo, e então, na fazenda de sua infância, o Narrador encontrou-se com sua primeira ruptura, “*iche! Não me lembro, não me lembro. Eu nem sabia o nome, eu acho. Criança, né? Cê num liga pra essas coisas*”. A nosso ver, buscaria uma espécie de fuga dessas lembranças, principalmente em se tratando de buscar um culpado para sua falta de memória, o tempo.

Existe, desta maneira, uma dualidade de fatos construídos a partir do rememorar de sua vida na infância. No entanto, compreendemos, a partir da literatura e da subjetividade, que “não se profana impunemente ao tempo a substância que só ele pode empregar nas transformações, não lança contra ele o desafio quem não receba de volta o golpe implacável de seu castigo; ai daquele que brinca com fogo” (NASSAR, 2014, p.55). E então, algumas coisas fugiram de sua mente de forma natural, outras, passaram despercebidas, como o nome da fazenda, por exemplo. Nosso ponto de partida em relação aos questionamentos se deu ao fato de que toda a sua narrativa teve como base a vida na fazenda, e, no entanto, Seu César a trazia naquele momento com certo distanciamento. Não somente pelo fato de não se lembrar do nome, mas, principalmente pelo fato de não se importar com o esquecimento sobre o nome da fazenda.

Desta maneira, concordamos que “há os nomes que ficaram para eles e os nomes deles que ficaram para nós” (CHAUÍ, 1979 apud BOSI, 2015, p.28). Ele alega que se dá ao fato da perda de memória, do esquecimento, “*consciência, mesmo, a consciência de*” essa questão de não se lembrar de determinados pontos e explica parte importante de sua trajetória, parte essa que elenca traços de herança e de memória.

Esse foi o ponto que nos chamou a atenção. Foi notória a percepção desse distanciamento trazido pelo tempo quando alegou não saber o nome da fazenda. Foi como “um sopro escuro no porão de sua memória” (NASSAR, 2014, p.8). Na verdade, é nesse momento em que se recorda que a fazenda era do seu bisavô e que sua avó Luciana apenas vivia por lá, parte essa, que para ele, importava. E a partir desse momento foi o que trouxe numa nova entonação para sua história sobre o que mais se aproxima de sua época lá na casa de sua avó, afinal, ele ressalta que “*ficou o legado, é/ ficou o legado*”. O legado que, em nossa visão reflete sobre o que ele acredita como trajetória de vida.

Pollak (1989, p. 13) nos avança em seu pensamento que “a despeito das variações importantes, encontra-se um núcleo resistente, um fio condutor, uma espécie de leit-motiv em cada história de vida” e então, ligando a aparente contradição entre a fazenda de sua avó ter sido tão importante para sua formação como produtor, sobre a questão da memória, Halbwachs (1990) nos explica em seu livro *A Memória Coletiva*, que a memória possui graus sucessivos e distintos de tensão ou de vitalidade, certamente difíceis de definir, “mas que o pintor da alma”, ou o agricultor, não pode misturar impunemente e desta maneira se finda o seu discurso.

E mais uma vez, ao falar de si traz de volta sua avó em sua narrativa, “*era uma pessoa, quer dizer, ela era rígida e não era rígida, né? Entendeu?*” A nosso ver, o estado rígido de sua avó, e ao mesmo tempo não tão severo assim, nos faz remeter aos ensinamentos em que ela representava para si e para Seu César, quando ele cita que acordava bem cedo para ir ao colégio, logo em seguida demonstra uma preocupação de justificativa, “*eu e outros, né?*” Ou seja, ele não estava sozinho. Nesse momento fora possível notar que o Narrador quer deixar às claras o quão boas eram as intenções de sua avó.

Dando continuidade à sua narrativa, ele discorre sobre as suas tarefas do dia a dia, a partir de sua chegada da escola, “*onde almoçava e aí ia mexer com os ovos, e aí que eu ia estudar, né?*” Buscando então sempre aprovação do ouvinte sobre o fato de as tarefas virem antes dos estudos quando se estava na fazenda.

Com tom de nostalgia, ele nos conta sobre os momentos compreendidos enquanto lazer, onde “*escutava um programa no rádio, chamava ‘Jerônimo, o Herói do Sertão’<sup>21</sup>. EU NÃO ESQUEÇO, EU NÃO ESQUEÇO! Tinha até uma musiquinha, que era legal.*”. Nesse momento, faz uma pausa, e com olhos marejados e sorrindo, nos conta que se tratava de “*um programa de rádio/ programa de rádio porque naquela época não tinha televisão, né?*”

Logo em seguida, ele discorre que “*acordava de madrugada, mas era legal, eu gostava! Era muito interessante*”, quando então retoma o seu forte discurso sobre como se dá a vida na área rural, “*é um tra/ é/ é trabalho! Porque na área rural você trabalha muito! E não tem sábado, domingo, feriado, Natal, Ano Novo, não existe... Não tem jeito, né? Sempre buscando confirmação pela sua entonação de voz. E complementa, “uma vaca não tira férias, né? Não sai*

---

<sup>21</sup> Jerônimo, o Herói do Sertão, foi criada em 1953 por Moysés Weltman para a Rádio Nacional, ambientada no sertão brasileiro, era bastante influenciada pelo faroeste americano, a radionovela ficou 14 anos no ar.



*de férias no meio do ano e diz ‘vou viajar’, não existe isso, né? Então você tem que cuidar do animal... Trabalha de segunda a segunda...”.*

Entretanto, em sua fala, não conseguimos perceber de qual lugar exatamente ele estava falando, se do meio rural em geral, se sobre sua plantação atual de orgânicos no interior do Estado de Goiás ou se nesse momento ele estava retornando à fazenda da sua avó Luciana, onde passou parte significativa de sua infância...

## Considerações Finais

Compreendemos que a sociedade ao longo do tempo nos retribuiu de maneiras diferenciadas o seu olhar de pormenorização do campo, muitos ainda como meio atrasado, e esse preconceito permeava também os que estão imersos nesse meio, como se houvesse uma retórica contraditória permanente e uma apropriação de um discurso fadado ao fracasso.

Sugerimos que por mais que haja movimentos de ressignificação do campo, essa valorização só seria de fato possível, se então, construída a partir da experiência com o outro, por meio de uma continuidade adjunta aos papéis em que cada sujeito exerce na sociedade em geral, partindo-se das reflexões do campo sobre o próprio campo, e da sociedade.

Quanto ao papel da cidade na valorização do meio rural, nos permitimos arriscar dizer que tamanha é a dificuldade de desenvolvimento se tomamos como base a descontinuidade entre esses meios. Melhor seria se pensássemos em uma continuidade, não somente geográfica, mas um *continuum* entre os sujeitos.

Caberia, portanto, à teoria e às ciências sociais, o desvelar de conceitos, de explicar essa diversidade encontrada nas narrativas do sujeito, ou de trazer, a partir desse rol de significações, um novo caminho a ser seguido. E então, a partir dessa diversidade, a criação de um espaço comum a todos os atores sociais, também guardiões de memória.

A partir da trajetória apresentada neste trabalho, da premissa de um panorama rural, melhor dizendo, de uma verdadeira revolução neste meio com o passar dos anos, notamos que o meio rural vem tomando, ainda que em pequenos passos, seu espaço enquanto sinônimo de força para a manutenção de sua cultura, costumes, hábitos e principalmente apontando-nos que todas essas mudanças positivas que aconteceram se deram em um processo inverso, não mais se partindo do espaço geográfico, partindo-se, desta vez, do sujeito.

A partir do olhar, do campo sobre o campo, aos olhos de nosso Narrador, sugerimos que toda magnitude de mudanças e também da conservação desse espaço deu-se início a partir dos sujeitos do campo, nesta multiplicidade de olhares a partir de um único olhar. Os sujeitos do campo, ou os agricultores, ou os produtores rurais, ou seja, quaisquer nomeações que a academia poderá nos trazer enquanto fator de “organização” a partir das pesquisas desenvolvidas, vão nos falar de um único sujeito, o qual carrega em si todos os fatores sociais, psicológicos, de experiência que possam suscitar, enquanto meio de representação de um coletivo, ou até mesmo

de uma sociedade. Para nós, a pesquisa foi desenvolvida a partir desses aspectos do sujeito, de seu olhar, ou, de seus olhares, tendo sua narrativa como fonte legítima neste trabalho.

Enfatizamos que a produção orgânica é mais do que uma forma de produzir. E que esse tipo de produção pode ser visto como contemporânea por muitos, mas é raiz para muitos agricultores, como pôde ser observado nas falas do nosso Narrador e concordadas com os Chefes de Cozinha supracitados no trabalho. É, portanto, todo um modo de vida que advém do campo e para ele retorna, seja com uma preocupação social, seja com uma intenção de preservação do planeta. Sugerimos, desta maneira, que haja um movimento de retorno ao campo, mas com outros olhos, de maior valorização, de sensibilidade.

Por um olhar social, interpretamos que não mais estariam os sujeitos do campo imersos em um espaço de desapropriação de suas culturas, pelo menos não por um viés do campo da gastronomia, com o qual abordamos neste trabalho. Salientamos, portanto, a importância desse olhar ao campo para que não haja mais espaços para que os sujeitos sejam migrantes sem terem saído do lugar (MANCUSO, 2010).

A Teoria da Memória nos serviu como base de compreensão aos contextos vividos pelos sujeitos e pelo Narrador, a partir do desdobramento que o rememorar de lembranças da infância pode ocasionar no momento presente. Apreendemos que rememorar é também reviver e que a memória traz seus fragmentos de diferentes manifestações de acordo com que se é provocada. Mais ainda, a memória é tida como que um refazer. Por meio da memória pudemos perceber o papel do campo dentro da sociedade, bem como o papel que a sociedade exerce dentro do campo. A memória é então compartilhada enquanto base para ambos os lados, como meio de subsistência e permanência de história, de cultura e de tradição.

Os encontros teóricos aconteceram, todos, em volta da mesa, sendo essa mesa, física, ou ainda representativa de um simbolismo preciso sobre a consciência a partir das lembranças rememoradas, na vida de todos os atores sociais. E sugerimos que a mesa, em qualquer sociedade, em qualquer cultura, terá sempre essa conotação social, de partilha.

Seja esse encontro, orquestrado pelas falas da avó Luciana sobre a importância de se produzir algo limpo e justo. Seja pelo rememorar de lembranças da avó de Dan Barber, que permitiram e motivaram a conservação de uma propriedade rural orgânica. Ou ainda, sobre o saber-fazer da avó de Massimo Botura, abrindo massas de tortelino em cima da mesa, e que, a partir dos fragmentos de trigo que se espalhavam pela cozinha, possibilitaram uma construção

social de base e uma herança de uma memória gustativa e afetiva para um chefe de cozinha estrelado. As nacionalidades e os costumes apoiaram-se na memória e no papel da comida, de suas memórias gustativas enquanto meio de existência, ou enquanto meio de unificação de pessoas. Temos no papel da comida o encontro, ou os encontros. E todos esses tendo como base a memória.

Compreendemos que a partir da existência de uma memória individual e coletiva poderíamos também sugerir uma memória gustativa, tanto no campo da subjetividade, quanto nas representações de ideias, os quais envolveram os sujeitos da nossa pesquisa. A partir da ponte entre as memórias gustativas e afetivas colhidas e das experiências gastronômicas, trouxemos a tona a história oral de vida do produtor rural orgânico, quando então observamos uma linearidade existente entre o meio rural e a gastronomia, tendo novamente a memória como meio de vinculação.

Trouxemos então, um pouco da história da gastronomia pautada na existência de uma fisiologia do gosto, as quais foram interpretadas a partir das memórias de Chefes de Cozinha por meio de seus relatos em documentários, livros, entrevistas ou ainda de publicações ao longo de suas trajetórias e então sugerimos a importância e relevância da memória, tanto no cenário gastronômico, quanto ao meio rural, enquanto existência. Então, juntamos as falas do Narrador com alguns depoimentos de Chefes de Cozinha para a obtenção desse cruzamento.

Neste desdobramento sugerimos que o encontro entre esses personagens se deram a partir das lembranças em que todos tinham de suas avós. Seja esse rememorar enquanto uma busca de inspiração permitida pelo gosto (paladar), e então falamos em releitura de pratos, o que nos comprovam a existência de uma memória gustativa, seja essas memórias aludindo às visões de mundo do produtor e às transferindo para o momento presente. Ou ainda, com a comprovação da existência de uma memória afetiva, quando todos carregam em si certo “sorriso nos lábios” as heranças que carregam de suas avós. Ressaltamos nos avós, portanto, o papel de guardiões da memória, responsáveis pela transmissão do saber-fazer, e, portanto, da própria base da memória, possibilitando sua continuidade.

O conjunto de memórias, tanto dos atores da gastronomia, quanto de Seu César, escolhido como porta-voz do meio rural, formaram entre si uma interação social, mesmo que os atores nunca tenham tido contato, factualmente falando. O elo entre eles se dava a partir de suas memórias afetivas, trazidas neste trabalho representado pelo ato de se alimentar. Porque

compreendemos que também nos alimentamos de memória, e o alimento toma esse simbolismo, pelo fato da existência de uma memória gustativa, ao se lembrar deste ou daquele prato da infância.

Sugerimos o quão é possível ter um olhar diferenciado a todos os meios existentes na sociedade, tendo na comida, no ato de se alimentar, esse papel. Deste modo, compreendemos que a alimentação adquiriu papéis culturais e afetivos, bem como políticos. Poderemos tocar em relações sobre as formas de consumo, a partir de como são cultivados os alimentos. Poderemos desta maneira, exercer uma forma de segurança alimentar e nutricional amparado como direito humano a alimentação saudável, quando se tem, por exemplo, na produção orgânica, a clareza sobre o que se come, tendo, desta maneira o real direito ao acesso a alimentos que não sejam geneticamente modificados ou contaminados por defensivos químicos. Então, neste ponto confirmamos nossa hipótese, de que os agricultores plantam memórias, regam memórias e colhem suas memórias, como também se alimentam e nos alimentam delas, e que essas então, memórias, no plural, fazem então parte importante do cenário da cultura alimentar brasileira, representados pela gastronomia.

Outro ponto bastante importante neste trabalho foi o de trazer o papel educativo que a comida pode ter e as relações diretas existentes entre produtor e consumidor, não mais passando por intermediadores, mercados. Quando se passa por muitos intermediários, o retorno financeiro ao produtor é pequeno e deste modo, eles, se vêm obrigados a fazer parte de um mercado mais lucrativo, muitas vezes por questões de sobrevivência. Apontamos uma equação humana muito importante, quanto menos pessoas estiverem intermediando o contato entre produtor e consumidor, mais qualidades se é possível ter em relação aos produtos. Os alimentos viajariam menos da colheita até a sua mesa.

A relevância sobre esse contato é à volta ao fator social, falamos desta maneira, sobre uma responsabilidade individual e humana deste movimento de retorno àqueles que plantaram os seus respectivos produtos. Elencamos o poder de transformação que os sujeitos adquirem quando se tem um olhar mais individualizado, dentro de seus respectivos estômagos, ao se ter a opção de escolha por um alimento limpo, aludindo-se aos impactos de melhoria de saúde que esse movimento poderia possibilitar para as próximas gerações. E quando, ao comprar um alimento industrializado, por exemplo, que esse processo se dê de forma mais lúcida.

Proferimos a necessidade de que as pessoas olhem tudo mais de perto. Que comece por se olharem, olhar o outro, o vizinho, para então, deste modo, poder começar a enxergar, de fato. Individualmente, poderíamos começar esse processo de mudança plantando a cebolinha que será consumida em um vasinho perto da janela, aos olhos do sol, pela feira do bairro, da cidade, até chegarmos a um panorama maior de sensibilização de um país, quando se tem a partir desse tipo de produção alusões à necessidade de preservação do planeta, com menos proliferações de aditivos químicos poluentes, por exemplo.

Outra questão em que a preocupação surgiu tardia foi a forma de como são tratados os nossos animais. Como pudemos observar a partir das falas do Narrador sobre as diferenças temporais relacionadas ao crescimento do frango, na fazenda, criado solto ou na “produção” de frangos para o mercado, por exemplo. Hoje temos a oportunidade de ter um consumo mais consciente. Precisamos pensar que o que comemos não é, de maneira alguma, neutro. Sugiro a você, refletir em sua próxima refeição. Eu peço que você analise o quanto de crueldade teve que haver para que aquele prato pudesse estar em sua frente. Insisto, até quando vamos nos alimentar de crueldade?

A grande diferença que apontamos entre a produção orgânica e a convencional é o sujeito. E suas relações com a natureza. Ou então, são as escalas de intermediários, que para além das questões de saúde apontadas anteriormente, dificulta o retorno financeiro àquele que plantou.

Outro ponto não menos importante se pauta sobre a quantidade de pessoas que são necessárias para se trabalhar em uma produção orgânica, que é muito maior, pelo fato de ser um tipo de plantação mais artesanal, que não se utiliza, como nas plantações convencionais, maquinários pesados e pesticidas, e desta forma, necessita de menos gente. Menos gente provocaria menos laços, menos sociedade inserida naquele meio objetivamente social. Provocamos, desta maneira, uma reflexão sobre qual seria o melhor meio para o agricultor permanecer em seu local de origem, o meio rural.

Uma vez que o tempo em que se dedicava para a alimentação se esvaiu com a velocidade em que as tarefas diárias precisam ser finalizadas para acompanhar o mercado, a presença dos *fast-foods* se tornou inerente aos novos modos de vidas cotidianos. O trabalho apresenta, portanto, uma alternativa que vai de encontro ao paradigma atual, representando, desta maneira, uma possibilidade, a partir do retorno à simplicidade do campo.

## Referências

ABRAMOVAY, Ricardo; et al. **Movimentos sociais, governança ambiental e desenvolvimento territorial**. RIMISP, 2006.

ANDERSON, James. *Ideology in geography: An introduction*. Antipode: 1973.

ATALA, Alex. Entrevista: Alex Atala. **Revista Textos do Brasil: Sabores do Brasil**, Brasil, vol.13, 2013. <<http://dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/revista-textos-do-brasil/portugues/revista13-mat18.pdf>>. Acesso em: 19 de Fevereiro de 2017.

BALSADI, Otavio Valentim. Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação Seade, v. 15, n. 1, p. 155-165, jan./mar. 2001b.

BARBER, Dan In **CHEF'S TABLE**. Produção de David Gelb Autor. Estados Unidos: Boardwalk Pictures; City Room Creative; Netflix 2015. Descrição física com detalhes de número de unidades, 50 min., son., legendas ou de gravação. Série 1, Legendado. Port. Documentário.

BARTHOLO, Roberto. Sobre o sentido da proximidade: implicações para o turismo situado de base comunitária. In BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber e BURSZTYN, Ivan. Org. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. BRASIL, 2009

BENJAMIN, Walter. **O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov**. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERGSON, Henri. **A evolução criadora**. Tradução: Bento Prado Neto - São Paulo: Martins Fontes, 2015.

\_\_\_\_\_. **Matéria e memória**. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Tradução: Paulo Neves - São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Memória e vida**; textos escolhidos por Gilles Deleuze; Tradução: Carla Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BERNARDO, Teresinha. **Memória em branco e negro: olhares sobre São Paulo**. São Paulo: EDUC: Editora Unesp, 2007.

BLAZZO, Pedro Paulo. Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em geografia agrária. In: MARAFON, Glaucio José; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar Pessôa. L. S. (Org.). **Interações Geográficas: a conexão interinstitucional de grupos de pesquisa**. Uberlândia: Roma, 2007.

BÍBLIA, A. Gênesis. In: **BÍBLIA**. Português. Bíblia sagrada: contendo o antigo e o novo testamento. Tradução: Conferência nacional de bispos do Brasil. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

BOGO, Ademar. O MST e a cultura. In: **Caderno de formação**, núm. 34. São Paulo: MST, 2000. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/caderno%20de%20forma%C3%A7%C3%A3o%20n%2004%20-%20o%20mst%20e%20a%20cultura.pdf.pdf>>. Acesso em 11 de setembro de 2016.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1994

BOTTURA, Massimo. **CHEF'S TABLE**. Produção de David Gelb Autor. Estados Unidos: Boardwalk Pictures; City Room Creative; Netflix, 2015. Descrição física com detalhes de número de unidades, 50 min., son., legendas ou de gravação. Série 1, Legendado. Port.

BOURDIEU, Pierre. *Esquisse d'une theorie de la pratique*. Paris: Les editions de Minuit, 1980.

\_\_\_\_\_. **A distinção: Crítica Social do Julgamento**. — Porto Alegre: Zouk, 2007.

\_\_\_\_\_. **La distinction: critique sociale du jugement**. — Paris: Les. Editions de Minuit, 1979.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomás. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Conselho nacional de segurança alimentar e nutricional. **Segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar**. Brasília. Disponível em:



<<http://www4.planalto.gov.br/consea/acesso-a-informacao/institucional/conceitos/conceitos>>. Acesso em: 21 de outubro de 2016.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE). **Mapa do Mercado de Trabalho no Brasil 1992-1997**. Conceitos e definições da PNAD. Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/mapa\\_mercado\\_trabalho/notastecnicas.sht](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/mapa_mercado_trabalho/notastecnicas.sht)>. Acesso em 10 de setembro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm)>. Acesso em: 26 de Janeiro de 2017. BRASIL. Constituição, 1964.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.831**, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.831.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.831.htm)>. Acesso em: 26 de Janeiro de 2017. BRASIL. Constituição, 1964.

\_\_\_\_\_. **Lei 11.105**, Artigo 1. 24 de março de 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/lei/L11105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/lei/L11105.htm)>. Acesso em: 26 de Janeiro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei 11.196**, Artigo 17. 21 de novembro de 2005. Dos incentivos a inovação tecnológica. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11196.htm#art133](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11196.htm#art133)>. Acesso em: 10 de Setembro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Ministério do Meio Ambiente**. Agrotóxicos. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/destaques/item/10660>>. Acesso em: 07 de Fevereiro de 2017

\_\_\_\_\_. **SEGETH** .Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação. Decreto nº 15.515, de 17 de março de 1994. Disponível em: < <http://www.sedhab.df.gov.br/dossie-regioes-administrativas.html>>. Acesso em: 22 de Dezembro de 2016

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Ijuí: Vozes, 1987.p.200.

BUAINAIN, Antônio. Márcio. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento Sustentável: questões para debate**. Série de Desenvolvimento Regional. Brasília: IICA, 2006.

\_\_\_\_\_. **O mundo rural no Brasil do século XXI.** A formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, 2014.

BUAINAIN, Antônio Márcio et al. Sete teses sobre o mundo rural. Brasília: **Revista de Política Agrícola**, ano 22, n. 2, p. 105-121, abr./jun. 2013.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos** – conflitos multiculturais da globalização. Trad. Mauricio Santana Dias. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2006.

CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato Sérgio. Introdução. In: \_\_\_\_\_ (Orgs.) **Para além da produção:** multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

CARNEIRO, Maria José. O ideal rurano: campo e cidade no imaginários dos jovens rurais. In: Teixeira da Silva, F.C., Santos, R., Costa, L.F.C. (orgs.) **Mundo Rural e Política.** Rio de Janeiro: Campus/Pronex, 1998.

\_\_\_\_\_. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, Sérgio (Org.). **A Diversidade da Agricultura Familiar.** 1. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

CAROSELLA, Paola. **Todas as sextas.** São Paulo: Editora Melhoramentos, 2016.

CÉSAR. : depoimento [jun. 2015]. Entrevistadores: Gabriel Marchioli e Alexandra Josias. Brasília: Universidade de Brasília, 2015. Entrevista concedida para fins de pesquisa para o seminário da disciplina Memória e Gastronomia.

CHAUÍ, Marilena. **Introdução à História da Filosofia:** dos pré-socráticos a Aristóteles. Vol. 1. São Paulo: Cia da Letras, 2002.

CHAYANOV, Aleksandr Vasil'evich. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano da; J. G.; STOLCKE, Verena (Orgs). **A questão agrária.** São Paulo: Editora brasiliense, 1981.

COLLAÇO, Janine Helfst Leicht. Gastronomia: a trajetória de uma construção recente. In: **29a RBA**, 2014, Natal. Caderno de Resumos. Brasília: Kiron, 2014. v. 1. p. 1-20.

CORÇÃO, Mariana. **Memória gustativa e identidade**: de Proust à cozinha contemporânea. Curitiba, 2006. Disponível em: < [http://www.historiadaalimentacao.ufpr.br/grupos/textos/memoria\\_gustativa.PDF](http://www.historiadaalimentacao.ufpr.br/grupos/textos/memoria_gustativa.PDF)>. Acesso em: 26 de janeiro. 2017.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999

DEL GROSSI, Mauro; MARQUES, Vicente Penteado Meireles. **Agricultura familiar no censo agropecuário 2006**: o marco legal e as opções para sua identificação. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, vol. 18, nº 1, 2010, pp. 127-157.

DÓRIA, Carlos Alberto. O que é a gastronomia hoje? **Revista Cult**. São Paulo, v.198, fev, 2015. Disponível em: < <http://revistacult.uol.com.br/home/2015/02/o-que-e-a-gastronomia-hoje/>>. Acesso em 22 de Setembro de 2016.

DUBAR, Claude. **La socialisation: Construction des identités sociales et professionnelles**. 3 éd. Paris: Armand Colin, 2005.

FABRE, Daniel. **Ethnologie et patrimoine en Europe: Conclusions et perspectives du colloque de Tours**, *Terrain*: nº 22, pp. 145-150, 1994.

FAVARETO, Arilson. Um contraponto à tese da “argentinização” do desenvolvimento rural no Brasil In BUAINAIN, Antônio Márcio et al. (Org.). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa, 2014. Disponível em: <[https://www3.eco.unicamp.br/nea/images/arquivos/O\\_MUNDO\\_RURAL\\_2014.pdf](https://www3.eco.unicamp.br/nea/images/arquivos/O_MUNDO_RURAL_2014.pdf)>. Acesso em 29 de novembro de 2015.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira. **Mundo rural e geografia**: geografia agrária no Brasil, 1930-1990. São Paulo: Unesp, 2002.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FISCHLER, Claude. **Le corps ingouvernable, ou le complexe alimentaire moderne** In **Le gouvernement du corps**. Paris: Le Seuil, 1993.

- FLEXOR, Georges. Incertezas qualitativas e alimentos de qualidade específica entre contratos e convenção. Caxambu: ANPOCS, 2005
- FRANCO, Ariovaldo. **De Caçador a Gourmet: Uma história da gastronomia**. Brasília: Thesaurus, 1995.
- FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. In FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína FERREIRA (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- FREUD, Sigmund. Projeto para uma Psicologia Científica In: **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, v. 1. Rio de Janeiro: Imago, 1990.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978.
- GOLDEMBERG, Mirian. Cultura e gastro-anomia: psicopatologia da alimentação cotidiana. Entrevista com Claude Fischler. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, vol.17, no. 36, jul./dez. 2011. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832011000200010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832011000200010)>. Acesso em 02 de Fevereiro de 2017.
- GUANZIROLI, Carlos Enrique; CARDIM, Silvia Elizabeth de C. S.. **Novo retrato da agricultura familiar: O Brasil redescoberto**. Projeto de Cooperação Técnica INCRAFAO, MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, DF INCRAFAO, MDA, 2000. Disponível em <[www.INCRA.gov.br/fao](http://www.INCRA.gov.br/fao)>. Acesso em 21 de Setembro de 2015.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.
- GURAN, Milton. Fotografar para descobrir, fotografar para contar. In: **Cadernos de antropologia e imagem.**; n.º1. Rio de Janeiro: EDUERJ, p. 155-65, 1995.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

KAYSER, Bernard. *La renaissance rurale: sociologie des ampagnes du monde occidental*. Paris: Armand Colin, 1989. 316 p.

LE GOFF, Jacques. Memória In: \_\_\_\_\_. **História e Memória**. 5 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. p. 419-476.

LEÃO, Marília. **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2013.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América**: Novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Tradução de Maria Beatriz Miranda Lima. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1980.

MAFFESOLI, Michel. **A contemplação do mundo**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.

MANCUSO, Maria Inês. A vida pensada a partir da morte In *Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad*, vol. 2, núm. 2, abril, 2010, p. 62-70.

MANCUSO, Maria Inês Rauter; RAMIRO, Patrícia Alves. De volta ao campo: estratégias para se viver a pobreza. REDD - **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v. 2, p. 1-21, 2010.

MARTINS, José de Souza. A modernidade do 'passado' no meio rural. In BUAINAIN, Antônio Márcio et al. (Org.). **O MUNDO RURAL NO BRASIL DO SÉCULO 21**. Brasília: Embrapa, 2014.

\_\_\_\_\_. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARX, Karl. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização econômica, 2008.

MATTEI, Lauro. Considerações Acerca de Teses Recentes sobre o Mundo Rural Brasileiro. In: **Revista de economia e sociologia rural**. Piracicaba, V. 52, Supl. 1, p. 105-124. Fev. 2015.

MORIN, Edgard. A noção de sujeito. In: \_\_\_\_\_. **A cabeça bem feita**. 17. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 117-128.

NAGABE, Fabiane. Tradição e modernidade no turismo do espaço rural: o caso do hotel “Fazenda Água Azul” (Fênix – Paraná/1996-2008). **Cultur** - Revista de Cultura e Turismo, Ilhéus (BA), v. 6, n. 1, p. 125, 2012.

NASSAR, Raduan. **Lavoura arcaica**. São Paulo: Companhia das letras, 2014.

NUNES, H. O Rural e o Urbano: Necessidade de nova legislação e a experiência no Marajó. In: Secretaria do estado de agricultura. In **SEDAP**- Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agropecuário e de Pesca, 2012. Disponível em: <[http://sedap.pa.gov.br/posts/view/185/o\\_rural\\_e\\_o\\_urbano\\_necessidade\\_de\\_nova\\_legislacao\\_e\\_a\\_experiencia\\_no\\_marajo](http://sedap.pa.gov.br/posts/view/185/o_rural_e_o_urbano_necessidade_de_nova_legislacao_e_a_experiencia_no_marajo)>. Acesso em: 06 de dezembro de 2015.

OLIVEIRA, Eduardo. Romero. Histórias de vida às margens do Rio Paraná. **Revista de História Regional**, v. 13, p. 191-220, 2008.

ONFRAY, Michel. **A razão gulosa: filosofia do gosto**. Trad. Ana Maria Scherer, Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

PIRES, Lana. Magaly. **O fruto proibido e o pão: um estudo etnográfico no Assentamento do Contestado no Paraná**. São Paulo: PUC, 2003.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989. Disponível em: <[http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf)>. Acesso em 06 de Dezembro de 2015.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992.

Disponível em:

<[http://www.pgedf.ufpr.br/downloads/Artigos%20PS%20Mest%202014/Andre%20Capraro/memoria\\_e\\_identidade\\_social.pdf](http://www.pgedf.ufpr.br/downloads/Artigos%20PS%20Mest%202014/Andre%20Capraro/memoria_e_identidade_social.pdf)>. Acesso em 06 de Dezembro de 2015.

PRADO, Jr. Caio. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

RANGEL, Ignácio. Questão Agrária e agricultura In\_\_\_\_\_. **Questão Agrária, Industrialização e Crise Urbana no Brasil** / \_\_\_\_\_. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. **A memória como espaço fantástico**. Iluminuras. Vol. I, N. 1, 2000.

RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v.1, n.1, p. 82-106, fev. 2006. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/11781/6895>> . Acesso 11 de Setembro de 2016.

SANTO AGOSTINHO. **Confissões**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. A comida como lugar de história: as dimensões do gosto. In: **História: Questões & Debates**, Curitiba: Editora UFPR, n. 42, p. 103-124, jan./jun., 2011. Disponível em: < <http://revistas.ufpr.br/historia/article/viewFile/25760/17202>>. Acesso em 22 de setembro de 2016.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço, técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

\_\_\_\_\_. **O espaço e o método**. São Paulo: Nobel, p. 70, 1985.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, José Graziano da. O novo rural brasileiro. In **Revista Nova Economia**. Belo Horizonte, 1997. Disponível em: <[http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio\\_Valeria/Pdf/O\\_novo\\_rural\\_brasileiro.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/O_novo_rural_brasileiro.pdf)>. Acesso em 20 de Setembro de 2016.

\_\_\_\_\_. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1980. Disponível em: <[http://araguaia2.ufmt.br/professor/disciplina\\_arquivo/16/20131211135.pdf](http://araguaia2.ufmt.br/professor/disciplina_arquivo/16/20131211135.pdf)>. Acesso em 04 de Fevereiro de 2017.

SITWELL, William. **A história da culinária em 100 receitas:** Uma incrível viagem pelos hábitos alimentares ao longo do tempo. Tradução: Áurea Akemi Arata. São Paulo: Publifolha, 2015.

SOUZA, Maria Célia Martins. **Cafés sustentáveis e denominação de origem:** a certificação de qualidade na diferenciação de cafés orgânicos, sombreados e solidários. USP (mimeo), SP, 2006.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Org.). **Cidade e campo:** relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão popular, 2006.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A Questão Cidade-Campo: Perspectivas a partir da Cidade. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Org.). **Cidade e Campo:** Relações e Contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

TEIXEIRA, Gerson. **A sustentação política e econômica do agronegócio no Brasil.** Reforma Agrária, edição especial, jul. 2013.

TERRA, Tatiana. O traço diferencial e a escrita da paisagem pela linha do horizonte. In **VI Colóquio Internacional Escritura:** Linguagem e pensamento – Rastros do Impensado: a desconstrução, a literatura (de retorno a Derrida). 19-23 setembro de 2016, Universidade de Brasília. Universidade de Brasília. Mesa dia 22 de setembro de 2016.

TURNER, Victor. **Dewey, Dilthey e Drama:** um ensaio em antropologia da experiência (primeira Parte). Cadernos de Campo, n.13: 177-185. 2005. Disponível em: <[http://www.academia.edu/1333449/Dewey\\_Dilthey\\_e\\_Drama\\_um\\_ensaio\\_em\\_Antropologia\\_da\\_Experi%C3%Aancia\\_de\\_Victor\\_Turner](http://www.academia.edu/1333449/Dewey_Dilthey_e_Drama_um_ensaio_em_Antropologia_da_Experi%C3%Aancia_de_Victor_Turner)>. Acesso em 10 de Janeiro de 2016.

VEIGA, José Eli da. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos avançados**, vol. 18, n.51, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142004000200003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000200003)> . Acesso em 04 de Fevereiro de 2017.

VOLOCHINOV, Valentin Nikolaïevitch. *Les frontières entre poétique et linguistique.* Tradução por Georges Philippenko. In: TODOROV, Tzvetan. **Mikhaïl Bakhtine: Le principe dialogique – suivi de Écrits du cercle de Bakhtine.** Paris: Éditions du Seuil, 1981.



ZAMBERLAM, Jurandir; FRONCHETI, Alceu. **Agroecologia**: caminho de preservação do agricultor e do meio ambiente. Petrópolis: Vozes, 2012.

ZAOUAL, Hassan. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? **Caderno Virtual de Turismo**. 2008.

WILKINSON, John. A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema alimentar na América latina. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n.21, 2003, p. 62-87.